

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Escola de Comunicações e Artes

Departamento de Artes Plásticas

GABRIEL USSAMI GOMEZ

A cidade, o currículo e a recusa

Oficinas de Arte em ocupações de moradia no centro de São Paulo, um relato de
experiência

São Paulo

2024

GABRIEL USSAMI GOMEZ

A cidade, o currículo e a recusa

Oficinas de arte em ocupações de moradia no centro de São Paulo, um relato de
experiência

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Licenciatura
em Artes Plásticas, apresentado ao Departamento de Artes
Plásticas da Escola de Comunicações e Artes da Universidade
de São Paulo.

Orientação: Profa. Dra. Sumaya Mattar

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Ussami Gomez, Gabriel

A cidade, o currículo e a recusa: Oficinas de arte em ocupações de moradia no centro de São Paulo, um relato de experiência / Gabriel Ussami Gomez; orientadora, Sumaya Mattar. - São Paulo, 2024.

124 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Artes Plásticas / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia

1. Arte. 2. Educação. 3. Arte-Educação. I. Mattar, Sumaya. II. Título.

CDD 21.ed. -

700.7

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

Nome: Gabriel Ussami Gomez

Título: A cidade, o currículo e a recusa: Oficinas de arte em ocupações de moradia no centro de São Paulo, um relato de experiência

Aprovado em: __/__/__

Banca:

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

À minha mãe, que me criou, me empurrou, e hoje me acompanha e incentiva.

À minha família e meus amigos, amigas e amigues; a vida é agridoce, e a parte doce eu devo totalmente a essas pessoas.

À Victória, com quem tenho a sorte de construir.

Agradeço à minha orientadora, Sumaya Mattar, pela paciência e generosidade, assim como por me mostrar – enquanto exemplo – que a Academia é um território que pode, e deve, sempre tentar ser mais.

Agradeço às comunidades da Ocupação 9 de Julho (MSTC) e da Ocupação Penha Pietra's (MMIS/FLM) por me abrirem generosamente suas portas.

Agradeço à Giovana Lin, pela parceria e amizade.

Agradeço à banca examinadora, Leandro Oliva e Ana Letícia Penedo, por fazerem parte importante da minha formação.

RESUMO

A cidade, o currículo e a recusa: Oficinas de arte em ocupações de moradia no centro de São Paulo, um relato de experiência narra e analisa as experiências vividas pelo estudante de graduação entre 2019 e 2023 em educação artística dentro de oficinas de arte em duas ocupações de moradia no centro de São Paulo: Ocupação 9 de Julho (MSTC) e Ocupação Penha Pietra's (FLM). Por meio de estudos de caso, as análises metodológicas e das atividades partem das práticas desenvolvidas em conjunto com as comunidades das duas ocupações. Essas análises são norteadas pelas noções ampliada de currículo (a partir da cidade), e dos conceitos de “esperança”, “denúncia” e “anúncio” - de Paulo Freire -, e de “recusa” - de Raymond Williams. Este trabalho parte da vontade de investigação e problematização a respeito do papel social dx artista e dx educadorx de arte, e suas intersecções.

Palavras-chave: Educação, arte, arte-educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CIDADE E CURRÍCULO. CIDADE CURRÍCULO. CURRÍCULO CIDADE	3
A DENÚNCIA E O ANÚNCIO, E O QUE ESTÁ ENTRE ESSAS DUAS COISAS	17
OCUPAÇÕES DE MORADIA E OFICINAS DE ARTE, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA: OCUPAÇÃO 9 DE JULHO E OCUPAÇÃO PENHA PIETRA'S	31
BIBLIOGRAFIA	124

INTRODUÇÃO

A Cidade, o currículo e a recusa: Oficinas de Arte em ocupações de moradia no centro de São Paulo é um relato de experiências vividas dentro de oficinas de arte em ocupações de moradia no centro da cidade de São Paulo, entre os anos de 2019 e 2023. Essas experiências situam-se nas ocupações 9 de Julho (MSTC) e Penha Pietra's (MMIS/FLM).

O relato de experiência me leva ao uso da primeira pessoa, tanto no singular quanto no plural. Utilizando dessa forma narrativa para conduzir este trabalho, coloco em perspectiva a minha experiência ao longo destes anos e nestes espaços de maneira ativa. Com isso, abraço todo tipo de “contaminação” que a “pessoalidade” no texto traz consigo. Acredito que desta forma eu abrace a possibilidade e me coloque aberto para discussões, indicações e problematizações sobre o trabalho; não enquanto um que quer definir máximas e criar certezas, mas que queira abrir caminhos possíveis para a discussão crítica.

Desta forma, enquanto texto introdutório de um relato de experiência, julgo que aqui seja o espaço para que eu coloque os porquê's que me levaram a realizar este trabalho. Em outras palavras, quais foram - e são - as minhas intenções aqui.

Ao longo destes últimos anos de formação, sempre me interessei muito em discutir o papel social do artista. Perguntas como “Final, para que serve x artista?” dão a toada deste interesse que me persegue há muito tempo. Essa pergunta é problemática de diversos pontos de vista, sejam eles a respeito da necessidade de uma função ao artista, ou até mesmo se a sua “utilidade” não reside justamente em sua “inutilidade” ao sistema capitalista. Mas são estes mesmos problemas que me interessam. O fato é que foi na educação, e especificamente na educação em arte, que encontrei alguns ecos sobre essa questão.

Acredito que os papéis dx artista e dx educadorx sejam muito similares, e se confundam em determinados momentos - e isso depende muito do que se entende enquanto artista e educador. A grosso modo, entendo que x artista crie, em sua prática, espaços em que seu universo linguístico e visual entre em choque com o

universo de quem interage com seus trabalhos. Nesta interação, há uma suspensão das “coisas como elas são”, abrindo novas possibilidades para experiências do sentir. X educadorx, por sua vez, cria espaços onde o seu universo de conhecimentos interage com os universos dos seus educandxs, abrindo novas possibilidades de criação em ensino e aprendizagem. Em ambos os casos, há a possibilidade de destruir e reconstruir estruturas do que seja possível, e o espaço da educação em arte é privilegiado nesta discussão. A convergência das práticas artísticas e educacionais podem criar espaços de reconfiguração e transformação do sentir e da construção do sentir de maneira coletiva e dialógica. As hierarquias, as normas e as fronteiras são suspensas, dando lugar à possibilidade da construção de liberdade do sentir e expressar - e, logo, de ser.

Essas perspectivas das potencialidades da arte, e principalmente da educação, partem de um pressuposto dessas atividades enquanto práticas interessadas na construção de autonomia e emancipação. Esse pressuposto, por sua vez, depende de uma ação educativa que seja comprometida a essa construção e aversa à práticas alienantes. Esse comprometimento passa pela recusa da neutralidade enquanto convivência diante de uma realidade formada por estruturas opressivas - e, por consequência, pela afirmação de uma radicalidade.

Isso tudo, no entanto, situa-se no campo das ideias. Partindo, então, de que a educação e a arte são práticas, como praticar a educação artística a partir destes comprometimentos? Quais são os espaços cujas práticas artísticas e educativas, e educativas em arte, exercitam estes papéis potencialmente emancipadores e libertadores? Até onde a prática educativa e a prática artística se somam à prática política?

Por meio da contingência e do encontro, as experiências aqui narram parte da minha formação a partir destes questionamentos e construções. A cidade, o currículo e a recusa são coordenadas que localizam e contextualizam os territórios que o trabalho entra, cujas práticas educativas, artísticas e, por fim, educativas em artes, parecem criar parte dos recursos para a prática política emancipatória.

CIDADE E CURRÍCULO. CIDADE CURRÍCULO. CURRÍCULO CIDADE

Ao longo deste trabalho, frequentemente empregarei o termo “território” para caracterizar locais a partir de uma perspectiva que transcende as fronteiras geográficas e temporais que os delimitam enquanto fronteiras. A concepção de território que adoto vai além dessas delimitações ao negá-las como limitações, interpretando-as como coordenadas inseridas nas dinâmicas sociais, econômicas, políticas e históricas. A escolha de utilizar o termo “território” deriva, portanto, da compreensão desses espaços tanto como produtos quanto como produtores da realidade que os envolve e define. As dimensões sociais, culturais, relacionais e materiais, juntamente com as complexas relações de poder, produção e circulação de capital, constituem apenas uma parte deste vasto universo que permeia e é permeado pelo território¹.

A abordagem e a elaboração desse conceito se desdobram em debates extensos e profundamente enriquecedores nos campos da Geografia, Filosofia e Ciência Política. Contudo, opto por restringir essa discussão dentro dos parâmetros necessários para a sua definição neste trabalho. Neste contexto, o termo 'território' será tido como um espaço-tempo localizado e descentralizado, imerso em contexto e cultura.

Quando menciono a Cidade, é provável que eu entre em um território comum para a maioria dos leitores deste texto. Aproximadamente 54% da população mundial reside em áreas urbanas, com projeções indicando que esse número poderá alcançar 68% até 2050². No cenário brasileiro, em 2022, constatou-se que 61% da população total vive em áreas urbanizadas, segundo o IBGE³.

¹ Geógrafos, filósofos e cientistas sociais como Milton Santos, Henri Lefebvre, Doreen Massey, Michel Foucault e David Harvey - dentre muitos outros - contribuíram e contribuem para as diferentes perspectivas que formam a interdisciplinaridade do conceito de território.

² Dados de 2022, fornecidos pelo Centro de Imprensa das Nações Unidas Brasil. Para saber mais, acesse: <https://brasil.un.org/pt-br/188520-onu-habitat-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-ser%C3%A1-68-urbana-at%C3%A9-2050> (acesso dez 2023)

³ Dado de 2023, fornecido pela Agência de Notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para saber mais, acesse: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes> (acesso nov 2023)

No Brasil, uma área urbana é, em linhas gerais, caracterizada por seus aspectos espaciais e populacionais preponderantes, como: localização em perímetro urbano, população total, densidade demográfica, plano diretor, estrutura fundiária em lotes, presença de equipamentos urbanos de serviço e edificações verticalizadas⁴. Já a cidade, por sua vez, é delimitada através de critérios políticos, legais e administrativos específicos, situando esse espaço conforme definições próprias da administração política⁵.

Empregarei, assim, o termo 'Cidade' para descrever um Espaço Urbano, abrangendo todas as suas características espaciais e populacionais, circunscrito por uma administração e divisão política estatal institucionalizada. Ao compreender esses três grupos de características - espacial, populacional e político - busco uma maior clareza na definição do que pretendo expressar com 'Cidade', estabelecendo, dessa forma, um ponto comum de entendimento.

Os relatos que compõem *A cidade, o currículo e a recusa* situam-se na cidade de São Paulo. Com quase 22 milhões de habitantes em sua área metropolitana⁶ e cerca de 11.5 milhões no município⁷, São Paulo ostenta o título de maior cidade do país. Definida enquanto uma metrópole, é caracterizada por sua extensão territorial colossal, densidade demográfica elevada e uma significativa influência cultural, política e econômica sobre outros municípios do estado de São Paulo e do resto do Brasil. Em termos econômicos, para efeito de comparação, o PIB da cidade atingiu aproximadamente R\$ 740 bilhões em 2019, enquanto a cidade do Rio de Janeiro, a

⁴ Definição extraída do portal do Ministério das Cidades do Governo Federal. Para saber mais, acesse: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacao-de-areas-urbanas/2-o-que-e-uma> (acesso nov 2023)

⁵ Definição extraída da seção de Localidades, da seção de Estrutura territorial e Organização do Território do IBGE. Para saber mais, acesse: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/27385-localidades.html?=&t=o-que-e> (acesso nov 2023)

⁶ Dado extraído da prévia do Censo de 2022 do IBGE, de acordo com o Jornal da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Para saber mais, acesse: <https://jornal.unesp.br/2023/01/30/previa-do-censo-de-2022-mostra-que-desde-2010-populacao-da-grande-sp-ganhou-2-milhoes-de-habitantes/#:~:text=Divulgado%20no%20final%20de%202022,entre%20cada%20um%20dos%20munic%C3%ADpios> (acesso nov 2023)

⁷ Dado extraído do Portal das Cidades do IBGE, de acordo com o censo de 2022. Para saber mais, acesse: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama> (acesso nov 2023)

'segunda colocada', registrou R\$ 354 bilhões⁸. Por essas e outras razões, podemos inferir que, em termos absolutos, São Paulo é a cidade mais rica do país.

Este panorama extremamente resumido e estatístico que faço tem como objetivo sustentar que aqui neste trabalho a cidade de São Paulo será dada como um território privilegiado; isto é, como matéria centralizadora e correspondente direta das dinâmicas de produção e circulação de capital no Brasil. Na construção histórica do capitalismo no país, sua consolidação, neoliberalização, globalização e no contemporâneo, estabeleço São Paulo como lugar em que as contradições deste processo histórico se apresentam, produzem e reproduzem. Importante apontar que quando falo de contradições dos processos de formação, produção e reprodução do capitalismo no Brasil e na cidade de São Paulo refiro-me em grande parte aos conflitos e tensões inerentes a estes processos, e que surgem a partir de suas próprias dinâmicas de funcionamento. Desta forma, então, quando escrevo sobre tais contradições, não quero dizer de modo algum que são “falhas” de um sistema, mas tensões e problemas que são fundamentais para sua manutenção e sobrevivência.

Das inúmeras contradições produzidas pelo sistema de produção capitalista na dinâmica da cidade de São Paulo, quero situá-la na perspectiva da desigualdade social. Quando falamos de São Paulo, falamos também de Brasil. Não é possível entrar em uma discussão aprofundada sobre a desigualdade no país e na cidade de São Paulo sem atentar e estabelecer explicitamente os devidos recortes regionais, de classe, de gênero e de raça / etnia que definem o modo no qual a desigualdade opera. Deste modo, reitero a impossibilidade de tratar deste assunto de maneira aprofundada - pela minha falta de formação adequada e brevidade do trabalho -, mas acho importante pincelar algumas considerações sobre este tema, a fim de colocar o contexto e a tensão da cidade na qual as experiências deste trabalho ocorrem.

Ao falarmos sobre a desigualdade no Brasil e, mais especificamente, em São Paulo, é possível apresentar dados e estatísticas relacionados a áreas como: população,

⁸ Dados de 2019, extraídos da Agência de Notícias do IBGE, em matéria de 2021. Para saber mais, acesse: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32596-cidade-de-sao-paulo-concentra-10-3-do-pib-do-pais-em-2019> (acesso nov 2023)

habitação, transporte, infraestrutura, trabalho, renda, saúde, educação, cultura, esporte, meio ambiente, segurança pública e direitos humanos. Diante dessa complexa teia de políticas públicas que podem vir a contribuir para a desigualdade, meu foco será limitado a apresentar e discutir brevemente os aspectos da concentração de renda no Brasil e suas repercussões na problemática habitacional da cidade de São Paulo, sob duas perspectivas - uma mais abrangente, e outra mais localizada e indispensável para o escopo deste trabalho.

Segundo o Relatório sobre as Desigualdades Sociais do World Inequality Lab⁹, o Brasil figura como o segundo país mais desigual entre os membros do G20, sendo “superado” apenas pela África do Sul. Os programas de transferência de renda no início dos anos 2000 foram importantes para conter uma eminente convulsão social produzida pela desigualdade no país, mas não foram efetivos em conter os processos de concentração de renda, que por sua vez foram agudizados e explicitados violentamente durante a pandemia de COVID-19 (de 2020 a 2022).

Conforme destacado pelo Relatório Sobre as Desigualdades Sociais de 2021 produzido pelo World Inequality Lab, os 10% mais ricos do Brasil concentram o equivalente a 59% da renda nacional total. Em outras palavras, apenas 10% da população brasileira detém mais da metade da renda do país. Ao analisarmos a concentração de patrimônio privado, os índices de desigualdade aumentam de forma dramática. A fatia dos 10% mais ricos do país representa 80% de todo o patrimônio privado e, ao estreitar a análise para o 1% mais rico - os "ultrarricos" - observamos a concentração de praticamente 50% da riqueza patrimonial privada.

O índice Gini é um coeficiente que varia de 0 a 1 e avalia a concentração de renda em praticamente todos os países, colocando em perspectiva a desigualdade existente no cenário global. Quanto mais próximo de 1 nas escalas decimais, maior é a

⁹ O World Inequality Lab é um laboratório internacional de cientistas sociais e econômicos vinculado à Escola de Economia de Paris, co-dirigido por Thomas Piketty. O Laboratório conta com o trabalho em rede de acadêmicos do mundo inteiro para produção e disseminação de pesquisas sobre a desigualdade em escala global, e suas ramificações econômicas, políticas e climáticas. Para saber mais, acesse: <https://wir2022.wid.world/about-us/> (acesso nov 2023)

desigualdade no país em questão. Segundo dados do IBGE¹⁰, o Brasil apresenta um índice Gini de 0,518, ocupando a 10ª posição em uma lista dos países com os maiores índices. Esta classificação o coloca atrás de Estados como África do Sul, Namíbia, Haiti, Botsuana, República Centro-Africana, Zâmbia, Lesoto, Colômbia e Paraguai.

O índice Gini é apenas um entre diversos indicadores a serem considerados ao analisar a situação social de um país. No entanto, argumento aqui que a desigualdade não é, de forma alguma, uma consequência direta da pobreza. Isso é evidenciado pelo fato de que o Brasil está projetado para retornar ao grupo das dez maiores economias do mundo em 2023, conforme prevê o Fundo Monetário Internacional (FMI)¹¹. A desigualdade é tida aqui como resultado de uma série de políticas que propiciam a concentração de renda e propriedade, contribuindo para a formação da desigualdade como modo de estruturação da sociedade.

No contexto específico de São Paulo, o “Mapa da Desigualdade” é um relatório anual divulgado pela Rede Nossa São Paulo que oferece uma análise abrangente e comparativa a partir dos 96 distritos da cidade em diversos temas, por meio de índices interseccionais. Sua versão atualizada de 2023¹², publicada em novembro, apresenta um mapa que permite a comparação entre todos os distritos do estudo, além de um “desigualtrômetro” que estabelece a relação entre o distrito “melhor” e o “pior” avaliado em determinado tema. Em outras palavras, o “desigualtrômetro” é um índice de desigualdade entre extremos da cidade. As contribuições do Mapa são muito significativas para a compreensão deste enorme problema, proporcionando uma visão detalhada das desigualdades na cidade. Uma das percepções que se tem ao observar e analisar a pesquisa é a de que existem muitas cidades dentro da cidade de São Paulo.

¹⁰ Dado extraído do Portal das Cidades do IBGE, na seção Síntese de Indicadores Sociais do ano de 2023. Para saber mais, acesse: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/88270> (acesso nov 2023)

¹¹ Segundo matéria do UOL de outubro de 2023, o Fundo Monetário Internacional (FMI), elevou a projeção de crescimento do PIB do Brasil para 3,1%, subindo duas posições no ranking das maiores economias em 2024. Para saber mais, acesse: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/10/16/fmi-preve-que-brasil-tera-a-9-maior-economia-do-mundo-ainda-em-2023.htm> (acesso nov 2023)

¹² O “Mapa da Desigualdade” é atualizado anualmente, e disponível gratuitamente em seu site oficial. Para saber mais, acesse: <https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo/> (acesso nov 2023)

O sumário do Mapa é bastante intuitivo. Na seção dedicada ao tema da Habitação, são apresentados dois indicadores: “Famílias em atendimento habitacional provisório por situação de risco” e “Favelas” (indicador caracterizado pela concentração de domicílios caracterizados como favelas em relação à totalidade de domicílios no respectivo distrito). Em “Favelas”, é gritante observar que o “desigualtrômetro” registra o índice de desigualdade de 468,1 vezes. Para ilustrar, enquanto em Pinheiros tem “apenas” 0,8% de seus domicílios identificados em áreas classificadas como favelas, esse número salta para 35,35% no distrito de Vila Andrade. Os dois distritos estão separados por pouco mais de 10 km de distância, ressaltando a disparidade social entre áreas geograficamente próximas.

O que este indicador revela é apenas um dos problemas que compõem a questão da desigualdade em São Paulo, que por sua vez é refletido no tema da moradia e habitação na cidade. Esta problemática, conjuntural e estrutural, é compreendida na chave da falta: o problema da falta de moradia e habitação na cidade de São Paulo. A terminologia da “falta de moradia” que utilizo aqui, contudo, pode nos induzir a uma armadilha. É importante colocar desde cedo que a “falta” não diz respeito a uma falta na oferta de imóveis aptos para moradia - muito pelo contrário. Retorno ao meu raciocínio de que a desigualdade é produto não da pobreza enquanto falta de recursos, mas sim de políticas que produzem e reproduzem desigualdade.

Na cidade de São Paulo, segundo o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do município, 53.118 pessoas se encontram em situação de rua - isso representa cerca de 25% desta população de todo o Brasil¹³. Situação esta que atinge majoritariamente a população preta e parda - configurando 7 de cada 10 pessoas vítimas desta situação -, e LGBTQIAP+. É sempre importante colocar em perspectiva nestes dados a pandemia de COVID-19. Durante os anos de 2020 e 2021, o número

¹³ Dado extraído da reportagem de João Ribeiro para o portal G1 de notícias da Globo. Os dados a respeito da população em situação de rua na cidade divergem numericamente a depender da fonte e da instituição que mede e divulga os dados. Isso, no entanto, não muda a seriedade e o caráter dramático da questão. Para saber mais, acesse: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/09/cidade-de-sp-registra-mais-de-53-mil-moradores-de-rua-alta-de-18percent-em-marco-segundo-levantamento.ghtml> (acesso nov 2023)

de pessoas nesta condição cresceu 31%¹⁴. Em 2019, eram 24.344 pessoas; em 2021, 31.884 pessoas. De 2019 para 2023 o número de moradores de rua na capital paulista mais que dobrou. Para além do número de pessoas, nos últimos anos houve também uma mudança nos perfis e recortes desta população; o número de famílias em situação de rua quase dobrou neste meio tempo.

A relação entre o número da população em situação de rua e o preço dos aluguéis na cidade é algo que não se pode ignorar. Ao procurarmos pelas palavras-chave “Aluguel” e “São Paulo” no Google, e limitarmos às buscar por Notícias, é impactante constatar que a integridade das veiculações sobre o tema chama a atenção para o intenso processo de alta nos preços dos aluguéis dos últimos anos na cidade. De novo, é impossível analisar estas condições sem ter como perspectiva os dois anos de pandemia sem, contudo, cairmos num lugar de “causa e efeito”; a pandemia tão apenas agudizou e intensificou tais processos.

Em 2020 o índice IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado, ou a famosa “inflação”) acumulado do ano atingiu 23,4% - o maior nível desde 2002 -, segundo a FGV¹⁵. Este índice é comumente utilizado enquanto parâmetro para o reajuste de aluguéis - embora não seja o único - ao final de ciclos anuais em contratos de locação. Nos anos subsequentes, o índice IGP-M foi medido respectivamente em 17,78% em 2021¹⁶, 5,45% em 2022¹⁷ e, no acumulado dos 11 primeiros meses de 2023, -3,89%¹⁸. A situação econômica conjuntural dos últimos anos no país, sua agudização nos últimos 3 anos - com aumento do desemprego e corrosão de poder de compra, por exemplo -, em conjunto com uma inação do Estado no campo da política habitacional (em nível

¹⁴ Dados extraídos da reportagem de Isabela Palhares e Mariana Zylberkan para a Folha de São Paulo, de 2022. Para saber mais, acesse: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/na-pandemia-quase-dobra-o-numero-de-familias-que-vivem-nas-ruas-de-sao-paulo.shtml> (acesso nov 2023)

¹⁵ Dado extraído de matéria de André Kwak para o Jornal Nexo, de 2021. Para saber mais, acesse: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/O-aumento-dos-alugu%C3%A9is-e-os-despejos-em-tempos-de-pandemia-em-S%C3%A3o-Paulo> (acesso nov 2023)

¹⁶ Dado extraído de matéria de Ana Carolina Nunes para o portal de notícias da CNN Brasil, de 2021. Para saber mais, acesse: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/igp-m-indice-de-reajuste-do-aluguel-encerra-2021-com-alta-acumulada-de-1778/> (acesso nov 2023)

¹⁷ Dado extraído de matéria de Thaís Matos para o portal de notícias G1, da Globo, de 2022. Para saber mais, acesse: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/12/29/igp-m-inflacao-do-aluguel.ghtml> (acesso nov 2023)

¹⁸ Dado extraído do Portal de Notícias da Fundação Getúlio Vargas, de 2023. Para saber mais, acesse: <https://portal.fgv.br/noticias/igp-m-novembro-2023> (acesso nov 2023)

federal, estadual e municipal), formaram as condições para a formação desta “tempestade perfeita”. Morar em São Paulo torna-se cada vez mais caro.

Mas, a partir de 2023, com um acumulado negativo do índice IGP-M (no qual, novamente, define os reajustes dos aluguéis), crescimento do PIB projetado na casa dos 3% e um *boom* imobiliário na cidade, não seria lógico pensar na redução do aluguel?

O *boom imobiliário*, segundo Raquel Rolnik¹⁹, é uma contradição. Para Rolnik, “por mais incrível que pareça”, este fenômeno representou um aumento dos preços dos terrenos e, conseqüentemente, dos aluguéis. Isso, segundo a arquiteta e urbanista, acontece dado o fato da indústria imobiliária ser um ativo financeiro, e logo, voltado às necessidades do capital antes das necessidades habitacionais de interesse público. Em outras palavras, o que lucra não é o que atende às necessidades públicas, e o que atende às necessidades públicas não é o que lucra, a partir de uma ótica predatória capitalista. O resultado deste processo é o aumento de 11,76% no aluguel em 2023 na cidade de São Paulo - de acordo com o índice FIPEZAP²⁰ de locação residencial -, muito acima da inflação.

A concentração de patrimônio na cidade de São Paulo é algo que também deve ser levado em conta nesta análise. Os 1% dos donos de imóveis na capital paulista concentram 45% do valor imobiliário da cidade, segundo o levantamento de 2016 do Estadão Dados²¹. De acordo com Mônica de Souza, do Observatório das Metrôpoles, para a mesma reportagem, a concentração também se dá “qualitativamente”, isto é, em regiões valorizadas e centrais da cidade, onde há maior oferta de infraestrutura urbana e pública.

¹⁹ Raquel Rolnik, em entrevista de 2023 para Júlia Galvão - do Jornal da USP - tece alguns comentários a respeito do aumento da população em situação de rua, o aumento dos aluguéis em São Paulo, e da falta de políticas públicas de habitação social. Para saber mais, acesse: <https://jornal.usp.br/radio-usp/sao-paulo-tem-quase-20-vezes-mais-imoveis-vazios-do-que-individuos-em-situacao-de-rua-segundo-ibge/> (acesso em nov 2023)

²⁰ Para acessar o índice FIPEZAP de locação residencial, acesse: <https://www.datazap.com.br/wp-content/uploads/2023/11/fipezap-202310-residencial-locacao.pdf> (acesso nov 2023)

²¹ Levantamento realizado em 2016. Para saber mais, acesse: <https://www.estadao.com.br/brasil/1-dos-donos-de-imoveis-concentra-45-do-valor-imobiliario-de-sao-paulo/> (acesso nov 2023)

A concentração de renda e patrimônio refletida na concentração de imóveis na cidade, o aumento descabido, predatório e especulativo dos preços dos aluguéis, e os processos estruturais de precarização e pauperização das condições da classe trabalhadora, em conjunto com a inação do Estado para com políticas habitacionais formam - em grande medida - este cenário tenebrosamente desigual. Algumas das consequências desses processos que culminam num só - da falta de moradia acessível em São Paulo - são a intensificação de processos de empobrecimento da classe trabalhadora (prejudicando o orçamento das famílias), a existência e aumento de uma população de rua, e a impossibilidade de grande parte da população em viver em regiões centrais da capital paulista, sendo expulsas economicamente em direção às periferias.

Julgo importante fazer um adendo aqui a respeito do antagonismo que estabeleço entre “centro” e “periferia”. Aqui e agora, penso que essa separação seja necessária, como elementos antagônicos, para definir regiões na cidade de São Paulo que são próximas e distantes da região central geográfica e administrativa da cidade. É sempre fundamental esclarecer que as noções de “centro” e “periferia” são sempre em relação a algo e estabelecem entre si uma condição contraditória de dependência - ao definir um “centro”, define-se por consequência uma “periferia”, e é necessário que haja uma “periferia” para haver um “centro”, reciprocamente. Parto do pressuposto que o problema e o perigo residem na naturalização e no entendimento de que existem centros e periferias de maneira essencialista, fazendo-se uso de um pensamento simplista e classista. Existem centros em periferias, e periferias em centros; do mesmo modo, periferias são centros e centros são periferias. Essa relação depende de uma perspectiva histórica, política, social, geográfica e econômica. Logo, quero deixar clara a intenção de separação e uso. Acredito que essa divisão entre centro e periferia parte do importante pressuposto que as regiões periféricas são aquelas com menor acesso a aparatos públicos de direitos básicos. É aí que a problemática da habitação se intersecciona com outros temas caros à vida na cidade. A “periferização” de grande parte da população influencia no acesso ao transporte, ao trabalho e aos aparelhos públicos de lazer e cultura. E esse distanciamento afeta a qualidade de vida de determinada população, criando uma relação com a cidade num pé de desigualdade.

Uma vez feito este importante apontamento, uma outra consequência - e sintoma - deste processo amplo é o número impressionante de imóveis desocupados na cidade. Segundo o Censo 2022 do IBGE, São Paulo tem 588.978 domicílios sem moradores na capital paulista, cerca de 11 vezes a população de rua da cidade; 12x ao considerar o número divulgado pelo POLOS-UFMG - Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, da Universidade Federal de Minas Gerais²². O IBGE considera como “domicílio vago” aquele que não tinha morador na data da coleta dos dados do Censo. De todos os imóveis particulares da cidade (quase 5 milhões), o número de domicílios vagos representa cerca de 11,8% do total.

É difícil mensurar todas as razões que explicam este número altíssimo de imóveis desocupados, e quantos são exatamente os imóveis irregulares do ponto de vista tributário, por exemplo, ou tão somente vagos por acaso da saída momentânea de moradores. O fato é que a maioria destes imóveis domiciliares estão em - ou estão em vias de - uma situação legal já definida e reconhecida enquanto uma propriedade sem “função social”. O que define a função social de uma propriedade é a consonância de seu uso de propriedade com os interesses coletivos sociais e ambientais, conferindo ao Poder Público o poder de intervir diante de um abuso de exercício de propriedade privada, e dar um cumprimento legítimo de seu fim social; no caso, de uma moradia. Sendo curto e grosso: fazer com que uma moradia seja uma moradia.

No caso de São Paulo, a Comissão de Direito Urbanístico da OAB diz - em entrevista para o portal de notícias G1²³ - que há uma estrutura legal que dá ao Estado os meios para dar função social para estes imóveis. O Estado notifica o proprietário, que tem 2 anos para comprovar a função social do local; caso o proprietário não o faça, o município pode sancioná-lo por meio do IPTU progressivo. Passados 5 anos, o Estado pode desapropriar o imóvel e torná-lo um bem público, definindo uma função para o lugar e aplicando-a (seja na transformação do imóvel em creche, CAPS, Unidade de Saúde, Praça, Habitação Social e etc.).

²² Dados retirados de matéria de Arthur Stabile para o portal de notícias G1, da Globo, em 2022. Para saber mais, acesse: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/01/censo-2022-imoveis-desocupados-representam-12-vezes-a-populacao-de-rua-da-cidade-de-sp.ghtml> (acesso nov 2023)

²³ Entrevista concedida a Arthur Stabile para o portal de notícias G1, da Globo, em 2022. Para saber mais, acesse: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/01/censo-2022-imoveis-desocupados-representam-12-vezes-a-populacao-de-rua-da-cidade-de-sp.ghtml> (acesso nov 2023)

A partir do momento em que as condições da desigualdade são dadas, divulgadas e debatidas por estudos e levantamentos de dados de inúmeros órgãos públicos e não-governamentais, dentro e fora de espaços especializados de discussão, e são construídas estratégias de combate às estruturas que formam a desigualdade, o que produz a distância entre a retórica e a ação? O Plano Diretor discutido e sancionado por Ricardo Nunes - prefeito de São Paulo - em 2023 privilegia a verticalização e adensamento da população na cidade, assim como o aumento de construção urbana em relação ao tamanho da área de seu terreno²⁴. Isso favorece o *boom* imobiliário destinado exclusivamente ao lucro, e conseqüentemente gera aumento dos preços venais e de aluguel nos bairros da cidade, centrais e periféricos²⁵.

O Plano Diretor da cidade de São Paulo é uma lei municipal que congrega e articula as diretrizes de crescimento e desenvolvimento urbano na cidade - é o instrumento básico para que cada município organize e discuta suas políticas de organização urbana. Por ser uma lei municipal, é articulada nas esferas do poder executivo e legislativo, sendo constituídos relatores e comissões legislativas, assim como sessões públicas de debate com a população.

A discussão e elaboração do Plano Diretor, e logo da organização do desenvolvimento urbano, passa invariavelmente pela política. Tanto nas esferas institucionais quanto não-institucionais, a discussão política é permeada pela disputa e pelo conflito de classes. De grosso modo, a discussão pública da organização urbana é disputada entre agentes que representam classes interessadas na apropriação dessa discussão para seus próprios interesses privados, e agentes representantes de outras classes que querem colocar o interesse público e o desenvolvimento sustentável como centro

²⁴O Plano Diretor de São Paulo, sancionado em 2023, foi tema de discussão e disputa entre diversos setores da sociedade. Estes são algumas das críticas feitas por urbanistas e profissionais da organização da cidade, retirados da matéria de Gustavo Honório para o G1. Para saber mais, acesse: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/26/mais-transito-imoveis-mais-caros-e-menos-arvores-entenda-as-criticas-apontadas-por-urbanistas-ao-texto-substitutivo-do-plano-diretor-de-sp.ghtml> (acesso nov 2023)

²⁵ Em matéria para a Agência Pública, Matheus Santino chama à atenção para o aumento maior - em termos relativos - dos aluguéis nas regiões periféricas. A especulação produz desigualdade na medida em que também atinge de maneira mais intensa os setores mais pobres da sociedade. Para saber mais, acesse: <https://apublica.org/2023/08/em-tres-anos-aluguel-em-sao-paulo-aumentou-mais-nas-periferias-do-que-no-centro/> (acesso nov 2023)

dessa discussão. Quando, no entanto, os interesses privados de um grupo pequeno - porém economicamente muito poderoso - se sobrepõem aos interesses públicos de uma cidade sustentável - economicamente, socialmente e ambientalmente -, a política pública que organiza a cidade de São Paulo torna-se uma política pública que cria condições que produzem e reproduzem a desigualdade.

O resultado é uma cidade estruturada a partir destes interesses privados e especulativos - verticalizada, inacessível, sem espaços públicos e violenta. Condomínios murados, parques gradeados, ruas escuras e esvaziadas, impossibilidade de habitar o centro e trânsito insustentável dão a tônica da cidade, que naturaliza este tipo de organização da vida cotidiana, e por consequência da vida social.

“O desenvolvimento do meio urbano da cidade é a educação capitalista do espaço”²⁶. A cidade enquanto meio - e resultante - do desenvolvimento capitalista é uma cidade que educa de determinada forma. É a cidade que educa a partir de como se circula na rua, como se habita, se consome e se pratica a vida dentro deste espaço. É comum ouvirmos dentre quem mora – e também não mora - na cidade que “São Paulo é desorganizada”. O que quero defender aqui é que a cidade de São Paulo é, de fato, organizada – e é aqui que reside a problemática. O modo no qual a cidade se organiza – seja no Plano Diretor ou nas demais políticas públicas urbanísticas - é, ao fim e ao cabo, o modo como nós experimentamos e experienciamos ela. Se ela é organizada a partir de saberes e ideologias que produzem desigualdade, ela será essa materialização que reproduz e produz desigualdade. Com o tempo, as formas da cidade que refletem e reproduzem esses e outros problemas sociais profundos vão se tornando algo “dado”, uma “normalidade”; os modos de vida, as práticas culturais, “valores”, estilos e comportamentos são “moldados” para corresponderem a essa norma, e isso tem relação íntima com o poder e sua manutenção.

A educação capitalista do espaço é parte fundamental da educação capitalista enquanto uma racionalidade. Essa mesma racionalidade - ou forma de ver, ler, interpretar e estar o mundo - à maneira das dinâmicas de produção e reprodução do

²⁶ (BONAFÉ, 2013, p. 405)

capital é a racionalidade que opera a partir dos antagonismos de classe; de quem tem e de quem não tem, opressores e oprimidos. O problema da educação do opressor é que ela é unidirecional, autoritária e acrítica, não pensa o oprimido enquanto sujeito - pelo contrário, imagina-o enquanto um problema que deve ser limpado. E, mais ainda, toda e qualquer forma de vida que se proponha a ir contra essa lógica será, em última instância, perseguida. A perseguição contra o Padre Júlio Lancellotti, por exemplo, é ilustrativa ao evidenciar como o Estado “lida” com agentes civis ou públicos que tentam, por meio de sua prática política - e, no caso de Lancellotti, eclesiástica -, interferir de maneira positiva nas dinâmicas de produção e reprodução da desigualdade²⁷.

O processo de educação se dá por meio das linguagens. Significados são construídos e se constroem nesse processo. Ideias e formas de conhecer e saber são selecionadas, organizadas e cruzadas, criando um sistema simbólico-cultural. Na educação, o modo no qual, por sua vez, todo esse universo simbólico e cultural é materializado, estruturado e organizado na forma de um discurso - seja ele textual, imagético, sonoro, tátil e etc. - é o que eu chamarei de currículo. É o currículo que de fato constrói, destrói e reconstrói possibilidades de formas de se ver, ler e viver o mundo a partir de uma perspectiva, pois é o currículo que materializa essa estrutura simbólica. A falta de habitação social e de políticas públicas que garantam o direito à moradia para mais de 50 mil pessoas em situação de rua na cidade, por exemplo, são apenas algumas das formas materializadas da desigualdade enquanto *modus* estruturante de nossa sociedade a partir de uma perspectiva. As formas nas quais operam o que Padre Júlio Lancellotti chama de “arquiteturas hostis e aporofóbicas”²⁸ - manifestadas em arquiteturas que restringem a permanência e circulação de pessoas em situação de rua -, por exemplo, são a materialização destes simbolismos.

²⁷ O vereador Rubinho Nunes (União Brasil) protocolou um pedido de abertura de CPI para “investigar ONG’s que atuam na região da cracolândia”, em São Paulo. O parlamentar, no entanto, cita Lancellotti em suas redes sociais como alvo da CPI. Para ver mais, acesse: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cpi-contra-padre-julio-lancellotti-nao-vai-prosperar-diz-vice-presidente-da-camara-de-sp/> (acesso jan 2024)

²⁸ A “aporofobia” é um termo cunhado pela filósofa espanhola Adela Cortina, que caracteriza a partir da junção dos termos gregos “A-poros” e “Fobia”; o ódio aos pobres. Este termo foi popularizado aqui no Brasil por Padre Júlio Lancellotti, em suas manifestações públicas a respeito das formas nas quais as “arquiteturas hostis” materializam essa questão abstrata. Para saber mais, acesse: <https://blog.archtrends.com/aporofobia/> (acesso em nov 2023)

A cidade é um currículo. Um texto. Uma estrutura física que materializa simbolismos, ideias e ideologias que nortearam – e norteiam - sua organização, e que por sua vez pautam, divulgam e educam aqueles que vivem dentro dela. É uma forma material da cultura, um complexo dispositivo cultural e histórico, de onde emergem mensagens, significados, onde se constroem e destroem experiências. Mas, quais experiências são estas? Não é possível pensar a cidade sem pensar em quem a habita. Aquela que habita a cidade a observa, lê, vive e sobrevive. O território da cidade é o território em que a vida de seus habitantes se dá.

Se a cidade enquanto um currículo educa a partir de ideias e ideologias que sustentam o opressor, então as experiências na cidade serão estruturadas a partir das lógicas de reprodução de capital vazio e do lucro. É o currículo que privilegia, em seu Plano Diretor, o aumento de 50% no coeficiente de construção de imóveis em relação à área do terreno, além do perímetro de verticalização em vias de transporte, mas que não aprofunda as propostas de construção em habitação social. Um currículo que cede quase todos os espaços públicos de cultura e lazer para a iniciativa privada, ou que privatiza o fornecimento de bens fundamentais como o acesso à água²⁹. Currículo este que produz, tolera, naturaliza, estigmatiza e oprime uma população economicamente excluída para a rua.

Novamente, a cidade enquanto meio, e resultado, do desenvolvimento capitalista é uma cidade que educa de determinada forma. É a cidade que produz e reproduz políticas que geram e intensificam processos de desigualdade, que por sua vez priva grande parte da população ao acesso a direitos básicos, como a moradia. É a cidade que se multiplica e fragmenta na lógica individualizante do “condomínio”³⁰, que prima por obediência e, no final, por sujeição a padrões de classe, raça e gênero. O currículo da cidade que corresponde aos interesses privados da produção de lucro é um

²⁹ A privatização da SABESP, e de grande parte do sistema de fornecimento da água, é um retrocesso e um exemplo de como o Estado opera políticas públicas que fogem do interesse público. Para saber mais, acesse: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/12/06/sabesp-os-problemas-com-privatizacao-que-levaram-cidades-a-reestatizar-sistema-de-agua.ghtml> (acesso nov 2023)

³⁰ Utilizo aspas para me referir à “Lógica do Condomínio” presente em “Mal-estar, sofrimento e sintoma; uma psicopatologia do Brasil entre muros”, de Christian Dunker. A “lógica do condomínio” definida pelo autor descreve o fenômeno social que reflete as relações interpessoais em espaços urbanos, marcadas pela fragmentação e isolamento social. Para mais, ver (DUNKER, 2015)

currículo que empobrece a experiência dentro da cidade, pois é posta - primordialmente - à necessidade do mercado.

No entanto, uma cidade como São Paulo - retornando a constatações essenciais deste texto -, é composta por muitas cidades, centros e periferias. Nesses muitos territórios que compõem a imensidão e a diversidade que é São Paulo, outros e novos currículos se formam; maneiras de ver, ler, habitar e experienciar a cidade.

A cidade é produto, palco e produtora de disputa, é a materialidade histórica cuja construção se deu pela história, seus sujeitos e pelas contingências. A cidade enquanto currículo é um texto, então, que pode - e deve - ser alterado e atualizado, a fim de superar suas próprias estruturas de dominação e exclusão. Por meio destes “outros” e novos currículos que são produzidos e praticados dentro do espaço da cidade, formam-se espaços de profundas transformações no tecido urbano, que por sua vez criam as condições para mudanças nas relações sociais. Tais currículos são escritos por mãos que reconhecem e recusam a alienação enquanto modo de se viver a cidade hoje, e assumem o papel de agentes ativos e modificadores de sua realidade que foi imposta. Ao fazer isso, reivindicam a cidade enquanto espaço curricular de uma educação libertadora e potencializadora de outros tipos de experiências e modos de vida.

O que seria, então, uma proposta de currículo para a cidade que seja radicalmente contrária à que existe hoje em São Paulo? Quais são estes territórios que, a partir da própria prática e forma de habitar a cidade, estabelecem um contraponto ao que há por aqui enquanto regra? Como produzir uma exceção a partir da própria regra? Em outras palavras, o que seria um currículo que recuse e denuncie sua própria realidade? “Recusa” e “denúncia” são palavras que nos guiam ao entrar um pouco mais nestes territórios produtores de outras vidas, educações e currículos.

A DENÚNCIA E O ANÚNCIO, E O QUE ESTÁ ENTRE ESTAS DUAS COISAS

O artigo 6º do segundo capítulo da Constituição Federal brasileira de 1988 diz que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o

transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição”.

A moradia é um direito previsto na Constituição Federal outorgada em 1988 no contexto da redemocratização do país após mais de 21 anos de ditadura cívico-militar. É neste texto que o Estado reivindica e assume os seus deveres ao mesmo tempo em que reconhece e define quais são os direitos e deveres dos cidadãos compreendidos enquanto membros da sociedade que legitima o poder administrativo e político do Estado. Essas reivindicações e esses compromissos, é claro, limitam-se ao plano das ideias contidas no texto constitucional. O que o Estado faz ou deixa de fazer no campo das políticas públicas efetivamente para garantir o acesso pleno e universal a estes direitos é algo mais complexo, e posto às dinâmicas de disputa econômica e política.

O caso aqui apresentado, relatado e estudado da cidade de São Paulo nos mostra justamente essa inação do Estado em desenvolver e colocar em prática políticas públicas que garantam o acesso universal aos direitos básicos. Mais ainda, tem-se aqui que a desigualdade e a “falta” de moradia são produtos de uma série de políticas que produzem estas condições desiguais de uso da cidade.

A moradia - ou a casa - é mais do que uma estrutura física que media o espaço privado do espaço público. É um espaço destinado à vida afetiva e íntima de quem a habita; onde suas escolhas estéticas, suas memórias e experiências são vividas, registradas, guardadas, organizadas ou expostas. É, em suma - e idealmente é claro -, um lugar seguro e afetivo em meio ao caos e à indiferença urbana³¹. A própria moradia - sua existência ou falta dela, localização e situação legal - media a experiência entre a cidade e quem a habita. Retornando ao Mapa da Desigualdade, é nítida a diferença

³¹ Essa indiferença urbana, contudo, não necessariamente é algo intrínseco à Cidade de maneira essencialista, ao analisarmos a *pólis* - ou a cidade-estado - a partir de Aristóteles. Em uma análise um tanto superficial, em “Política”, o filósofo grego define a *pólis* enquanto a mais elevada das comunidades políticas, formada por indivíduos políticos que dividem um mesmo modo de vida, um território e uma série de leis em comum. Idealmente, é claro, a *pólis* para Aristóteles seria essa comunidade autossuficiente produzida a partir da ação política de seus cidadãos em busca da “felicidade” e da “plena potência”. O desenvolvimento da cidade – *pólis* – ao longo da história até a realidade contemporânea formou uma série de características da cidade que divergem daquela visualizada por Aristóteles. A individualização, a fragmentação social e o consumismo são alguns exemplos dessas características. A cidade, no entanto, jamais deixou de ser este espaço público do exercício político; o problema talvez resida na forma desigual como este poder é exercitado e compartilhado.

de tempo médio gasto no transporte público em relação à proximidade dos bairros ao centro, e isso por sua vez tem íntima ligação com distribuição da oferta de emprego formal em São Paulo³². Mais tempo transportando-se para ir e voltar do serviço, menos tempo - e também energia - para todos os outros aspectos da vida que não sejam ligados ao trabalho, por exemplo.

Retomo alguns aspectos da desigualdade na cidade de São Paulo, assim como chamo a atenção para como ela aglutina - de maneira interseccional - os direitos básicos previstos na Constituição Federal de 1988. A falta de acesso a um influencia diretamente no acesso a outro direito - em outras palavras, não há como pensar no problema do acesso à moradia sem pensar numa série de outras questões, e isso diz respeito diretamente a como as políticas públicas são formuladas e aplicadas. Se o Estado, portanto, é inexistente para suprir essa necessidade - e até mesmo legisla e opera em favor da manutenção desta condição -, ele é omissos e conivente com realidade que é imposta.

Diante desse cenário, como mudá-lo? Como, diante de um currículo que organiza e estrutura os anteparos para uma relação alienante com a cidade, introduzir um currículo radicalmente oposto?

Produzir um currículo que seja radical e contrário à situação passa por sua recusa. A recusa opera, enquanto prática e conceito, nos pólos negativo e positivo. A recusa à realidade que é tida como “normal” denuncia as estruturas de opressão e desigualdade que produzem esta “normalidade” - como o pólo negativo. A recusa, por outro lado, também anuncia a possibilidade de uma outra realidade - é aí que reside seu pólo positivo.

³² No Mapa, na seção de Mobilidade, no indicador “Tempo médio (em minutos) no transporte público” no pico da manhã, existe um contraste visual no que tange à diferença de tempo gasto no transporte ao trabalho (indicado pelo “pico da manhã” do indicador) entre bairros da periferia e do centro de São Paulo. Enquanto no centro expandido a média fica em torno de 30 minutos, nas regiões periféricas esse número sobe para 1 hora. Para ver mais, acesse: <https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo/> (acesso nov 2023)

A escolha que faço dos termos “denúncia” e “anúncio” não é por acaso. Paulo Freire utiliza da Utopia enquanto matéria necessária e irradiadora de um novo futuro em contraposição a um presente “intolerável”. Nas palavras dele:

“Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós (...). A utopia implica essa denúncia e esse anúncio, mas não deixa de esgotar-se a tensão entre ambos quando da produção do futuro antes anunciado e agora um novo presente. A nova experiência de sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não morre. Pelo contrário, continua. (FREIRE, 2020, p. 126)

A ideia de Utopia defendida por Freire é a ideia de projeção de uma realidade. Uma realidade que seja a superação de uma anterior, ligando-se ao anúncio. Para superar, é preciso partir do que se quer ser superado, e logo, a utopia se encontra em um horizonte de uma experiência vivida; isso que a liga à denúncia. A utopia, então, não está de maneira alguma situada no campo filosófico - no sentido de uma ideia esvaziada de materialidade - tão somente. Para Freire, teoria nunca está separada da prática, colocando a utopia na chave da *práxis*.

Para se denunciar, imaginar e projetar um futuro, e assim anunciar um novo presente, é preciso esperança. Para Freire, no entanto, o substantivo Esperança não pressupõe o verbo Esperar; para ele, a espera nada mais faz do que se conformar com a realidade. Ao invés disso, o verbo de Esperança seria o Esperançar, enquanto atividade em que há uma ação. Contudo, a Esperança não é suficiente para a mudança por si só; é preciso que ela se alie à prática de luta política, e logo, organizada:

Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas, prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura cientificidade, é frívola ilusão. Prescindir da esperança que se funda também na verdade como qualidade ética da luta é negar a ela um dos seus suportes fundamentais. O essencial, como digo mais adiante no corpo desta Pedagogia da esperança, é que ela, enquanto necessidade ontológica, precisa de ancorar-se na prática. Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera pura, que vira, assim, espera vã. (FREIRE, 1992, p. 5)

“Esperança”, “denúncia”, “anúncio” e “utopia”. Essas e outras palavras de Paulo Freire a respeito da íntima relação entre a prática da educação com o comprometimento social e político formam as bases e recursos para a ação transformadora da realidade, que por sua vez só ganham concretude histórica e estrutural pela organização coletiva.

Nascido no mesmo ano que Paulo Freire, Raymond Williams foi um acadêmico, sociólogo e teórico da cultura - além de ativista político - galês da geração da Nova Esquerda Britânica das décadas de 60 e 70 no Reino Unido. A partir de seus trabalhos em diversas áreas, produziu uma guinada em seu cenário político e intelectual. Do mesmo jeito que Freire nos ensinou sobre Esperança enquanto construção ativa, Williams faz eco a este pensamento sob o símbolo da Recusa. Em suas palavras:

Para construir a paz, agora mais do que nunca, é preciso construir mais do que a paz. Para recusar as armas nucleares, temos que recusar muito mais do que as armas nucleares. A menos que as recusas possam ser conectadas a tais construções, a menos que o protesto possa ser conectado e suplantado pelas construções práticas significativas, nossa força continuará insuficiente. Então, é tornando prática a esperança, em vez de tornar o desespero convincente, que continuamos, mudamos e ampliamos nossas campanhas. (WILLIAMS, 2015, p. 305)

Williams coloca a Recusa na mesma perspectiva de uma ação ativa e reativa de uma “realidade intolerável”. A recusa é um movimento de reconhecimento do que há, um entendimento de sua insustentabilidade enquanto modelo civilizatório, e uma vontade de mudança já inserida na perspectiva de uma luta organizada e coletiva. Pego, então, emprestada a Recusa elaborada por Williams para este trabalho, na medida em que atua enquanto síntese das ferramentas formuladas por Freire. Ainda, acredito aqui que “Recusa” de Williams tenha uma componente autônoma importante, e que coloca o movimento da revolta de recusar uma realidade na mão de quem é oprimido por ela.

Diante de todas as interseccionalidades aqui apresentadas que formam o problema da desigualdade social na cidade de São Paulo, o pensamento de Williams a respeito da recusa aparece aqui de maneira fundamental. Para recusar a falta de acesso democrático à moradia na cidade de São Paulo é necessário recusar muito mais do que a falta de acesso democrático à moradia na cidade de São Paulo. Ao recusar essa privação de direito, recusa-se a privação de todos os outros direitos que passam pelo

acesso à moradia, e nesta mesma recusa reside o desejo de uma cidade cujos habitantes tenham acesso à moradia de qualidade de maneira profundamente democrática.

Em outras palavras, quem recusa algo acaba por ir além em sua recusa. Aquelx que é oprimidx recusa o papel que lhe é empurrado de indivíduo passivo, alheio e alienado de alterar a sua realidade. A recusa faz com que lembremos que essa condição passiva é algo construído por quem oprime, e pelas diversas maneiras de ensinar e construir essa farsa. É sempre bom lembrar que é quem é oprimido que, ao alterar a sua realidade, altera a realidade de um todo. No entanto, retomando Freire, de nada adianta a recusa, a esperança e a utopia se estas forem descoladas de uma perspectiva prática, coletiva e organizada.

A Recusa coletiva e organizada que não tolera a desigualdade representada na forma de inacessibilidade à moradia em São Paulo se faz na forma dos movimentos sociais por moradia nos espaços urbanos e as Ocupações.

As ocupações de moradia na cidade de São Paulo são ações coletivas realizadas por uma coletividade que busca garantir o direito à moradia digna - e seu acesso democrático - para todos. Em outras palavras, a ocupação de imóveis e sua transformação em moradia para aqueles que são privados de seus direitos é uma tática. O fato de ser uma tática, no entanto, não retira toda a sua complexidade.

A recusa na forma de ocupação se dá por diversos fatores e razões. A inação do Estado - e políticas que contribuem com a desigualdade -, é um fator importante para a formação das ocupações. Diante da falta de perspectiva de uma mudança de realidade - ou ao menos esforços do poder público para tal - a ação direta torna-se o único recurso possível de atuação para os movimentos sociais por moradia e/ou coletivos autônomos. Se o Estado falha em garantir um direito previsto na Constituição, então é direito dos cidadãos pressioná-lo para garantir tal direito, assim como fazê-lo valer quando constantemente negado. Em outras palavras, os movimentos sociais e/ou coletivos que ocupam imóveis desta natureza o fazem também como último recurso; quando o diálogo se torna impossível e infrutífero, por exemplo. O processo de ocupação de imóveis para destino imediato de moradia para

cidadãos em situação de vulnerabilidade em relação a seus direitos mais básicos é feito a partir da ocupação literal de imóveis ociosos, embargados e/ou com problemas fiscais e tributários com o Estado. Imóveis desta natureza estão desocupados e/ou abandonados por tempo indeterminado, ociosos e sem cumprir com sua função social. Desta forma, ao ocupar tais imóveis sem qualquer tipo de uso, os movimentos por moradia acabam por fazer valer outro princípio da Constituição Federal, o da função social de uma propriedade privada aos interesses coletivos de uma sociedade republicana. Ocupar é um direito, que vem de uma necessidade.

A principal função social que é dada a tais imóveis é o da moradia. Aqueles que ocupam estes imóveis e o fazem sua casa chamam a atenção do poder público e da sociedade civil para a necessidade de políticas públicas que garantam o direito à moradia, exigindo a regularização das ocupações, a construção de moradias populares e a implementação de programas sociais mais robustos, por exemplo. Mas, enquanto estas reivindicações não são ouvidas e assimiladas pelo Estado, a ação de se ocupar um imóvel ocioso para transformá-lo em moradia popular é também uma ação direta para fazer valer o direito fundamental e constitucional à moradia. É importante, no entanto, não colocar as ocupações - e todo seu complexo processo - em um lugar de fácil romantização. Por estes imóveis estarem ociosos e abandonados por um tempo considerável, muitos deles não passam por inspeções em suas infraestruturas e instalações físicas por muito tempo. Isso faz com que os coletivos e movimentos sociais que ocupam tais espaços tenham de lidar com potenciais perigos estruturais e instalativos nos imóveis, seja por meio de obras estruturais nos espaços, reformas nas instalações hidráulicas e elétricas, dentre outros. Este processo de “adequação” do espaço para as famílias que vivem nas ocupações é feito com a ocupação já realizada, ou seja, com as famílias já instaladas lá. Deste modo, este processo é desafiador - para dizer o mínimo - em termos de estrutura e garantia de serviços básicos para os novos moradores, como a circulação, o acesso à água, ao esgoto e à luz. Infelizmente por vezes os problemas instalativos e estruturais do imóvel podem contribuir para que tragédias ocorram nestes espaços, como na ocupação do prédio Wilton Paes de Almeida, perto do Largo do Paissandu, em São Paulo, em 2018³³. Ainda, viver e participar da organização de uma ocupação é conviver com a

³³ O prédio Wilton Paes de Almeida, no Largo do Paissandu, era ocupado desde 2003. No dia 1o de maio de 2018, um incêndio provocado por razões de um curto-circuito. Para saber mais, acesse:

ameaça constante de uma ação de reintegração de posse ou desocupação, por muitas vezes realizada pelo braço repressor do Estado, a polícia, de maneira truculenta e por meio da violência física, jurídica e psicológica. A estigmatização de parte desta população, produzida em grande escala por meio de veiculações preconceituosas de matérias em diversos meios de comunicação, também é um tipo de violência contra esta população.

No Brasil há cerca de 142 mil famílias vivendo em ocupações. Isso “somente” nas cidades, ou seja, nas áreas urbanas do país - sem contar as ocupações realizadas nas áreas rurais do Brasil, que reivindicam o acesso à Terra e a Reforma Agrária. Dessas 142 mil famílias vivendo em áreas urbanas e imóveis ocupados, o estado de São Paulo concentra o maior número, 25 mil³⁴. As ocupações urbanas são realizadas em imóveis ociosos e também em terrenos públicos e privados na mesma condição, na maioria das vezes por movimentos sociais que concentram sua luta na questão da moradia na cidade. Dos vários movimentos que constroem e compõem a luta pela moradia digna e acessível nas cidades brasileiras, podemos citar o MSTC (Movimento sem Teto do Centro), a FLM (Frente de Luta por Moradia), o MMIS (Movimento por Moradia e Inclusão Social), MTST (Movimento de Trabalhadores Sem Teto), o MNLM (Movimento Nacional de Luta por Moradia), o MMPT (Movimento de Moradia para Todos), o MPM (Movimento Popular por Moradia), a CMP (Central de Movimentos Populares), a UNMP (União Nacional por Moradia Popular) e o CLM (Coletivo de Luta por Moradia).

O recorte proposto neste trabalho concentra os relatos e análises no território da cidade de São Paulo, especificamente na região central da cidade. A luta por moradia também é uma luta pelo direito à cidade. O direito à cidade envolve, dentre muitos outros, o de habitar na região central - por muitas vezes privado pela especulação imobiliária, que por sua vez eleva os preços dos imóveis a um patamar insustentável. As ocupações de imóveis do centro têm, para além das características comuns a todas

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/01/incendio-e-desabamento-do-predio-no-largo-do-paissandu-completa-um-ano-veja-o-que-se-sabe-sobre-o-caso.ghtml> (acesso nov 2023)

³⁴ Dados extraídos da matéria do Jornal Hoje no portal de notícias G1, da Globo. Para saber mais, acesse: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2022/06/27/o-drama-da-falta-de-moradias-no-brasil-142-mil-familias-vivem-em-ocupacoes.ghtml> (acesso nov 2023)

as ocupações, essa camada de reivindicação do direito à cidade e do direito a viver na região central contra a lógica de exclusão econômica para as periferias.

Dois movimentos que atuam nesta perspectiva do acesso democrático à moradia na região central da cidade são o MSTC (Movimento sem Teto do Centro), e a FLM (Frente de Luta por Moradia). Coloco estes dois movimentos em destaque pelo motivo das atividades realizadas e relatadas neste trabalho terem ocorrido em ocupações organizadas por estes dois movimentos sociais. Dito isso, é importante citar que não pretendo me aprofundar na história e na dinâmica de organização política destes dois movimentos - isso merece uma pesquisa por si só -, e sim contextualizá-los enquanto movimentos com uma história de luta, que por sua vez abriram - com muita generosidade - seus espaços para as atividades que serão relatadas e analisadas aqui.

O MSTC (Movimento Sem Teto do Centro) foi fundado em 2001 e atua na mobilização e organização de famílias na luta por moradia digna. O movimento é coordenado por Carmen Silva, mãe, professora, militante e candidata à Deputada Estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) nas eleições de 2022, tendo recebido 25 mil votos.³⁵ A FLM (Frente de Luta por Moradia), por sua vez, é um coletivo de movimentos autônomos fundado em 2004, em São Paulo, expandindo suas atividades de mobilização, organização e ocupação em território nacional desde 2017 por meio de alianças com outros movimentos e coletivos em busca dos mesmos direitos; seu “lema” que acompanha e nomeia grande parte dos processos de ocupação é o “Nenhuma Mulher sem Casa”. Isso se deve ao fato das famílias que ocupam os imóveis em movimentos organizados serem chefiadas por - em sua imensa maioria - mulheres.³⁶

O Movimento sem Teto do Centro (MSTC) mobiliza e organiza a luta por moradia de mais de uma dezena de ocupações na região central de São Paulo, dentre elas a Ocupação 9 de Julho. A “9 de Julho” pode ser considerada a ocupação mais conhecida da cidade de São Paulo, tanto por seu tamanho quanto por sua atuação

³⁵ Para saber mais sobre o MSTC e sua luta, acesse: <https://www.instagram.com/movimentomstc/> (acesso nov 2023)

³⁶ Para saber mais sobre a FLM e sua luta, acesse: <https://portaldafim.com.br/> (acesso nov 2023)

política e cultural. Localizada em um antigo prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), localizado entre a Avenida 9 de Julho e a Rua Álvaro de Carvalho, o espaço está ocupado desde 1997. Após sucessivas idas e vindas em reintegrações de posse, desocupações e “re ocupações”, o prédio foi novamente ocupado em 2016 pelo MSTC, tornando-se oficialmente a Ocupação 9 de Julho, lar de mais de 500 pessoas. O território conta com - para além dos espaços específicos de moradia dos moradores - brechó, marcenaria, cozinha coletiva, refeitório, sala multifuncional, biblioteca, brinquedoteca, galeria de arte, quadra e horta comunitária, tornando-se uma referência para outras ocupações. Ainda, a Ocupação 9 de Julho é referência enquanto modelo urbanístico de moradia que busca a coletividade, a convivência com a comunidade do bairro, e a cultura como aspectos centrais de sua dinâmica e organização.

A Frente de Luta por Moradia (FLM) atua dentro e fora das regiões centrais nas cidades em que sua luta alcança. Por ser formada a partir de um coletivo de movimentos autônomos, a FLM organiza e apoia ocupações de movimentos filiados a ela, além das ocupações realizadas pelo próprio movimento. Dentre essas ocupações, está a Ocupação Penha Pietra's. A Ocupação Penha Pietra's nasce na noite de 28 de novembro de 2021, a partir da ocupação do antigo hotel Paulista Center, na Rua da Consolação entre a Alameda Santos e a Avenida Paulista - área com um dos metros quadrados mais caros da cidade. O Movimento de Moradia e Inclusão Social (MMIS), filiado à FLM, organizou um grupo de cerca de 200 pessoas para ocupar o prédio. Hoje, a ocupação é o lar de 104 moradores, em sua esmagadora maioria composta por mulheres (41), e crianças e adolescentes (23). “Penha Pietra's”, que dá nome à ocupação, faz homenagem à Penha Pietras, atriz, bailarina e coreógrafa que deu aulas de dança e teatro para crianças no Bixiga, e criadora do grupo “Os 16 meninos da 13 de Maio”, falecida em 2021. É uma ocupação recente, coordenada por Giulia Ramilo e Gabriela Feliciano, artistas, militantes e conselheiras tutelares eleitas na região da Bela Vista.

A homenagem a Penha Pietras vai além do nome que batiza a ocupação. A cultura e a arte são pilares importantes de extensão da luta política por moradia cuja ocupação reivindica. No espaço da ocupação, diversas atividades como sarau, oficinas de linguagens artísticas, arte-terapia, roda de brincar, bate papos acerca de assuntos

relevantes para a política e a cultura da comunidade, brechó e almoços coletivos. Além disso, parcerias foram feitas com instituições como o MASP - em visitas ao museu -, e com o Instituto Moreira Salles (IMS) de maneira mais aprofundada, com atividades dentro da ocupação, doação de materiais e mobiliários, por exemplo.

A Ocupação 9 de Julho, como já mencionado, é uma ocupação que reside em seu atual prédio desde 2016. Nestes últimos anos, o território da 9 de Julho tem se consolidado enquanto um espaço referência de resistência na luta por moradia, assim como de luta e resistência política de forma mais abrangente e entendendo-a enquanto um campo ampliado, onde a cultura tem papel fundamental. A cultura e a arte dentro do espaço da 9 de Julho permeiam o cotidiano de quem vive e de quem frequenta a ocupação. Com uma programação cultural intensa e extensa, a 9 de Julho abre seu espaço privilegiado no centro de São Paulo para diversas atividades culturais, educativas e artísticas. Atividades pontuais como lançamentos de livros, bate papos, sessões de cinema (CineOcupa), feira de publicações, apresentações musicais e teatrais acontecem no espaço da ocupação ao longo do ano inteiro, por muitas vezes compreendidas dentro da dinâmica da Cozinha da Ocupação 9 de Julho³⁷. Esta atividade acontece aos domingos no espaço comum da ocupação, e que tem como dinâmica a parceria do movimento com *chefs* para elaboração de pratos para produção na cozinha comunitária - por moradores e colaboradores do movimento -, utilizando ingredientes produzidos na horta comunitária do espaço, e venda para a comunidade do bairro e da cidade. Aos domingos, então, o espaço da ocupação torna-se um espaço comum da cidade para almoço de qualidade e preço acessível, atividades culturais, feiras de livros, arte e brechó, assim como atividades políticas mais “tradicionais”, como lançamentos de campanhas e bate papos. Com seu lema “Quem ocupa, cuida”, a relevância da iniciativa da Cozinha Ocupação 9 de Julho teve seu reconhecimento institucional na sua presença enquanto participante da 36a Bienal de São Paulo, em 2023³⁸.

³⁷ Para saber mais sobre a “Cozinha Ocupação 9 de Julho”, acesse:

<https://www.instagram.com/cozinhaocupacao9dejulho/?hl=pt> (acesso nov 2023)

³⁸ A Cozinha Ocupação 9 de Julho foi escolhida para ocupar o espaço da 36a Bienal de São Paulo “Coreografias do Impossível”, enquanto atividade prática constante na programação da Bienal. Para saber mais, acesse: <https://35.bienal.org.br/participante/cozinha-ocupacao-9-de-julho/> (acesso nov 2023)

A ocupação também organiza festas e comemorações em datas comemorativas e feriados na cidade de São Paulo, como por exemplo ocorrem nas Festas Juninas e do Dia do Trabalho, mobilizando agentes culturais e promovendo shows, feiras e exposições de maneira gratuita e acessível. Ainda, a galeria do prédio, cuja entrada dá para a Avenida 9 de Julho - e onde funcionava a antiga entrada do INSS - foi reformada e deu lugar para a Galeria ReOcupa³⁹, que recebe exposições de artes visuais coletivas organizadas pelo movimento desde 2019. Finalmente, a cultura e a arte dialogam com a educação na 9 de Julho na forma da Oficina de Arte da Ocupação 9 de Julho⁴⁰. Desde 2018, as oficinas de arte da ocupação ocorrem semanalmente em diversos espaços do prédio, propondo atividades artísticas para crianças, adolescentes, adultos e idosos ao longo de sua história.

Atividades culturais, artísticas e educativas dentro de espaços de ocupações dão caldo à luta política que elas reivindicam e colocam em prática. O papel da cultura na política é complexo e multifacetado, compreendendo aqui dois pólos de atuação que têm uma relação de soma na luta destes movimentos. O primeiro volta-se à mobilização imediata da população que vive nas ocupações, a comunidade na qual a ocupação se insere e a cidade como um todo. Essa mobilização chama a atenção da cidade para a luta por moradia, que por muitas vezes é tratada injustamente por veiculações enviesadas por instituições tradicionais de informação, que as “demonizam” e seus métodos de luta. Ao promover atividades culturais em seus espaços, as ocupações se abrem para um diálogo direto com a comunidade do entorno, desmistificando e desconstruindo a visão deturpada que foi imposta às ocupações, a quem as organiza e vive. Neste lugar, há uma construção de vínculo entre a ocupação e seu território do entorno. Ao mesmo tempo, ao construir a ocupação enquanto espaço de relevância cultural, artística e educacional, há também a formulação de argumentos jurídicos que sustentam a função social que eles estão dando a estes espaços, antes ociosos.

³⁹ Para saber mais sobre a Galeria ReOcupa e sua programação, acesse: https://www.instagram.com/galeria_reocupa/?hl=pt-br (acesso nov 2023)

⁴⁰ Para saber mais sobre a Oficina de Arte da Ocupação 9 de Julho, acesse: <https://www.instagram.com/oficinadearteocupa/?hl=pt-br> (acesso nov 2023)

O acesso à cultura no Brasil é mediado por classe, raça e gênero. O número de aparelhos públicos acessíveis e de qualidade de cultura está muito aquém do necessário para suprir a demanda por este direito. O que ocorre, então, é a transformação da cultura em mercadoria; ao transformar-se em mercadoria, a sua produção e circulação acabam por ser limitadas e definidas pela necessidade de mercado - isto é, sem compromisso público. ONGs, iniciativas do terceiro setor e espaços comunitários formam as bases de uma resistência cultural, chamando atenção para a necessidade de políticas públicas culturais mais abrangentes, potentes e diversas.

A ocupação de imóveis por movimentos sociais de moradia vem da necessidade e da recusa. Recusa esta de uma realidade esmagadora que priva sujeitos de direitos básicos, e da necessidade de fazer valer um compromisso do Estado que não está sendo cumprido. Retomando Raymond Williams, adaptando-o livremente: Para recusar a falta de moradia acessível, é preciso recusar mais do que a falta de moradia acessível. As ocupações, ao promover o acesso democrático e plural à cultura, recusam a realidade imposta de que o acesso à cultura é um privilégio de poucos, engrossando o caldo da luta pela democratização da cultura e indo além de suas reivindicações primeiras.

Ainda, ao abrir suas atividades para a comunidade do bairro e da cidade, as ocupações apresentam uma contraposição à lógica que estrutura as cidades grandes no Brasil de hoje. São Paulo é ilustrativa de como a lógica privada estrutura a vida na cidade: a carência de espaços públicos, as privatizações, as concessões, a verticalização, a especulação e a individualização ou individualismo. Todos estes aspectos que estruturam a maneira na qual a cidade se organiza promovem a violência - em todas as suas manifestações - enquanto forma de se experienciar a cidade. As ocupações, na sua maneira de operar e se abrir para a comunidade externa, fazem parte também da luta pelo direito a uma cidade que privilegie o bem-estar público e geral, sem qualquer tipo de distinção, exercendo o papel de espaços públicos e que não privilegiam o consumo enquanto maneira principal de socialização.

O outro pólo no qual a cultura soma na luta política se dá no campo da subjetividade. Não se trata aqui de uma “política cultural” de maneira rígida, que define em diretrizes

o que é “digno” enquanto manifestação cultural, mas sim de uma política pela cultura que considera a subjetividade enquanto um território político privilegiado e múltiplo. As formas nas quais a política opera na formação das subjetividades não estão postas à mensurabilidade exata; elas passam pelo afeto e pela experiência do corpo do sujeito. Em outras palavras, a política que permeia as inúmeras subjetividades se dá pelo sensível. Comer, beber, dançar, tocar, cantar, ouvir, ler, ver, desenhar, pintar, modelar, dentre muitos outros aspectos do sentir, formam esta maneira de se produzir política. Diversidade, pluralidade, igualdade e equidade são conteúdos políticos extremamente radicais hoje, e que a cultura - apresentada na sua multiplicidade - é capaz de construir. A cultura, as artes e as diversas formas de expressão podem contribuir para redefinir as relações sociais e políticas, desafiando hierarquias existentes e dando espaço para que novas vozes e perspectivas se manifestem.

“O contrário da vida não é a morte e sim o desencantamento”⁴¹. Os dois pólos no qual a cultura cumpre seu papel na política se encontram nessa frase de Rufino e Simas. São Paulo é estruturada por meio da exclusão e da desigualdade, em uma política de desencantamento da experiência do sujeito com a cidade. A forma na qual as subjetividades dos sujeitos que vivem nela são construídas diz respeito diretamente a como esta experiência se dá. Desta forma, ao recusar estas políticas que produzem o desencantamento - contrárias à vida -, as ocupações e os movimentos por moradia na cidade de São Paulo nos apresentam também uma alternativa de reencantamento com a experiência na cidade, principalmente por meio da retomada dos princípios de coletividade, comunidade e diversidade em todas as esferas de sua luta. A vida é o fascínio, mas também a visão crítica de como nossa sociedade se estrutura, o desencantamento seria, portanto, tudo que vai contra o fascínio e a visão afiada do mundo.

As ocupações e os movimentos sociais pelo acesso democrático à moradia, por meio de suas lutas que vêm da necessidade e da recusa, escancaram uma série de aspectos no modo de se viver o espaço urbano que denunciam a insustentabilidade deste modo de vida, ao mesmo tempo que mostram possibilidades que anunciam novas e outras formas de se viver e praticar a cidade. A cultura, a arte e a educação

⁴¹ (RUFINO, SIMAS, 2019, introdução)

atravessam profundamente esses modos de ser e viver enquanto ferramentas privilegiadas nestes contextos, capazes de contribuir com a mudança radical. As ocupações, neste lugar, adquirem um papel importante de espaço de formação e construção de alternativas.

São nestes espaços de formação que as experiências relatadas a seguir estão inseridas. Em um espaço tão complexo - fruto da reação e formador de proposições - como o artista e o educador se colocam nestes espaços? Quais seriam seus respectivos papéis dentro das múltiplas dinâmicas de uma ocupação? São algumas das provocações iniciais que norteiam as experiências narradas e análises feitas a seguir.

OCUPAÇÕES DE MORADIA E OFICINAS DE ARTE, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA: OCUPAÇÃO 9 DE JULHO E OCUPAÇÃO PENHA PIETRA'S

O ano era 2019, estava no 3o ano do bacharelado em Artes Plásticas da ECA-USP. Naquela época o currículo do curso presumia uma escolha entre o Bacharelado e a Licenciatura após um curto período de ciclo básico. Escolhi primeiramente o bacharelado pela menor carga horária, e logo uma maior disponibilidade de tempo para práticas livres de ateliê, embora a vontade de migrar para a Licenciatura sempre existisse.

Estava experimentando técnicas em fotografia, pintura, lambe lambe e vídeo, e começando a colocar trabalhos de arte na parede com algum tipo de “contundência” que eu ficasse satisfeito, e logo, com vontade de colocar no mundo fora da universidade ou de minha própria casa e ateliê. No mês de abril daquele ano, recebi de uma amiga uma chamada aberta na forma de edital da Ocupação 9 de Julho, que eu conhecia muito pouco naquela época; o edital consistia na chamada de trabalhos artísticos para compor uma exposição chamada “Escadaria”.

O prédio da Ocupação 9 de Julho é composto por 14 andares que são integrados verticalmente por meio de uma escadaria interna que liga os *halls* de acesso para cada andar. O edital propunha uma exposição ao longo dos *halls* de acesso e da

escadaria do prédio da ocupação, selecionando um número não definido de trabalhos para ocupar estes espaços em diálogo com trabalhos produzidos pelos moradores. Enviei para o então edital uma proposta de colagem em lambe-lambe na parede de uma fotografia analógica que havia tirado numa viagem no ano anterior, sem muitas expectativas - afinal era o primeiro edital que eu aplicava. Para minha surpresa, algumas semanas depois recebi a notícia de que minha proposta havia sido aceita pela organização do edital, e a possibilidade de expor na 9 de Julho tornava-se uma realidade.

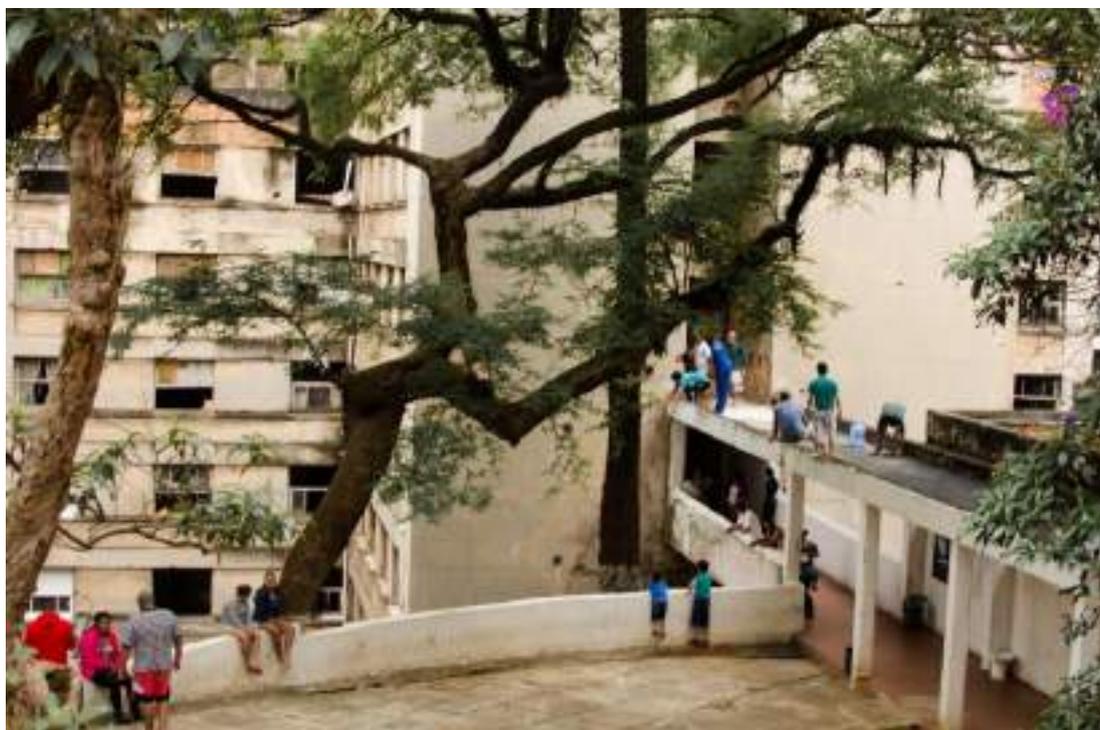


Imagem 1: Fotografia da entrada do prédio da Ocupação 9 de Julho

I. Fonte: Jeroen Steven

Olhando para trás nestes últimos anos de formação no bacharelado e licenciatura do curso, enxergo com um pouco mais de clareza uma série de interesses que só agora consigo nomear. No que diz respeito à vontade e possibilidade que me foi dada - com muita generosidade - de expor no espaço de uma ocupação, a experiência dos últimos

anos me faz atribuí-la ao meu interesse em colocar trabalhos de arte fora de ambientes “neutralizados”. Chamo de ambientes “neutralizados” - com aspas - os espaços tradicionais das artes visuais, especificamente da arte moderna e contemporânea, formados quase que exclusivamente pela definição de “galeria”. A “galeria”, por sua vez, seria este espaço caracterizado pelas paredes brancas, iluminação homogênea, chão cinza e ausência de janelas, em favor do pressuposto de uma “neutralização” do espaço, para que não haja nenhum tipo de influência na relação entre o espectador e a “obra de arte”. Essa ideia de uma “neutralidade” do espaço constrói o pressuposto de que exista um ambiente sem tempo e espaço, e onde as influências do mundo exterior não chegam. Coloco aspas ao me referir à “neutralidade” do cubo branco para colocá-la em xeque enquanto uma ideia farsante de um espaço totalmente neutro e desprovido de influências. A galeria, ao apresentar obras de arte de maneira isolada em um espaço branco e uniforme, cria uma ilusão de neutralidade, uma construção artificial de um espaço “livre” de espaço, tempo, contexto e - principalmente - ideologia. Essa construção artificial parte do pressuposto de que o espaço no qual a arte se coloca é passivo, e ajuda a construir a ideia de que o trabalho de arte é autônomo - em outras palavras, alheio ao mundo exterior e sua materialidade. Em “No Interior do Cubo Branco”⁴², Brian O’Doherty defende a ideia justamente contrária à dada ao cubo branco. Para o teórico, o cubo branco influencia diretamente a maneira no qual vemos e interpretamos um trabalho de arte, e conseqüentemente o que se entende por trabalho de arte, moldando significativamente a experiência. O cubo branco é, portanto - e ao contrário do que se pressupõe em sua construção - um espaço cheio de ideologia.

Sempre desconfiei - e ainda desconfio - de afirmações que negam a existência da ideologia em suas ideias ou espaços. Ainda, considero que as “piores” ideologias são aquelas que negam o conteúdo ideológico de si próprias, numa tentativa de se passar por “neutra”. No que diz respeito a arte, considero que a ideia de uma “autonomia” da arte de maneira rígida esbarra nessa farsa de uma neutralidade, e logo, não contribuindo para uma discussão crítica a respeito de si própria. Por outro lado, não acredito que a arte seja redutível ao seu contexto, produzindo o mesmo efeito de achatamento sobre uma discussão de si mesma. Acredito que a arte tenha uma

⁴² (O’DOHERTY, 2002)

história própria, mas que também ela seja produto da cultura, e logo, intoxicada de contexto e política, sendo necessário levar tudo isso em consideração na hora de uma discussão crítica e aprofundada.

O espaço da ocupação foi então uma possibilidade de colocar meu trabalho de arte em um ambiente que não se coloca enquanto neutro; pelo contrário, atravessado profundamente por um contexto que até então não conhecia. Além disso, é impossível não citar a admiração e o interesse político pelos movimentos sociais de moradia enquanto um fator relevante ao meu interesse de entrar no espaço da 9 de Julho.

A montagem do trabalho submetido ao edital “Escadaria” se deu numa terça-feira à noite. Já não era a primeira vez que entrava na ocupação, tendo frequentado alguns almoços aos domingos; era, no entanto, a primeira vez que entrava lá além dos espaços comuns de circulação no térreo. Me encontrei com Érica Ferrari e Cacá Mousinho, artistas, militantes do Movimento Sem Teto do Centro e duas das organizadoras da proposta; elas me direcionaram para o quinto andar da ocupação, cuja parede do hall receberia meu lambe-lambe.



Imagem 2: Registro da colagem em Lambe Lambe para o Projeto Escadaria

I. Fonte: Arquivo pessoal

Com a ajuda de duas amigas, instalei o lambe-lambe de 170 x 190 cm na parede da ocupação. No processo, moradores do espaço transitavam pelas escadas e o *hall* do andar, fazendo perguntas sobre o trabalho, a imagem e sobre a proposta de exposição na escadaria. Uma vez instalado, desci os lances de escada em direção ao térreo para

falar para Érica e Cacá - que estavam na sala Multiuso - que já havia instalado o trabalho, e agradecê-las pela ajuda. Ao entrar na sala, vi um grupo de crianças, adolescentes e idosos sentados nas mesas, e as duas artistas e organizadoras preparando e separando materiais de desenho para o que viria a ser uma oficina de arte. Me aproximei delas, falei que o trabalho estava montado, agradei pela ajuda das duas no processo, e aproveitei para perguntar o que iria acontecer na sala com as crianças, adolescentes e idosos. Elas me responderam que todas as terça-feiras à noite, por volta das 19 horas, elas e mais um grupo de artistas e educadores realizavam oficinas de arte com moradores da ocupação, e que a organização estava aberta para novos integrantes. Diante da possibilidade de poder somar nesse projeto, me interessei imediatamente. Não pude acompanhar a oficina daquele dia, mas naquela mesma semana enviei uma mensagem para Cacá, e combinamos de eu começar na semana seguinte a frequentar as atividades da oficina, ajudando na organização.

A Oficina de Arte da Ocupação 9 de Julho é um projeto de iniciativa de artistas e educadores - de dentro e de fora da ocupação -, composto por oficinas semanais às terças-feiras durante a noite que trabalham as linguagens artísticas como o desenho, pintura, modelagem, recorte, colagem e brincadeiras com o público morador da 9 de Julho. Além disso, a Oficina de Arte também organiza visitas à exposições em espaços públicos de cultura, como museus, centros culturais e teatro.

No dia da primeira oficina que participei, conheci alguns dos artistas e educadores que faziam parte da construção das oficinas até então. Além de Cacá e Érica - artistas visuais - havia ilustradores, produtores de teatro, trabalhadores do cinema, arquitetos e professores na organização, formando um grupo composto de uma dezena de pessoas advindas de diversas áreas. Como era meu “primeiro dia”, limitei a minha participação a ajudar os organizadores em tarefas pragmáticas como organização de materiais, do espaço e no auxílio na condução das propostas com o público participante. Naquele momento, a proposta dada aos participantes era a de desenho livre em papéis A4 sulfite branca e colorida, com lápis grafite, lápis de cor, canetinhas hidrocores, e giz de diversos tipos. Os materiais utilizados vinham de diversos contextos, entre doações, parcerias e compras feitas pelo próprio movimento, e ficavam guardadas numa sala específica junto com às produções artísticas realizadas

nas oficinas e cujos participantes não quiseram levar para a casa. O acesso à sala, por sua vez, era restrito aos organizadores das oficinas e à coordenação da ocupação.

As oficinas eram, em sua maioria, sediadas na Sala Multiuso da Ocupação, no térreo do prédio. A depender da temperatura, do clima, da proposta do dia e, principalmente, da disponibilidade da Sala para o uso das oficinas, os locais nos quais elas aconteciam eram alterados para o refeitório, a quadra, a horta e demais espaços internos. A Sala Multiuso caracteriza, em seu próprio nome, a finalidade diversa de uso da sala, como para reuniões gerais da ocupação, por exemplo; logo, se em uma terça-feira à noite de oficina houvesse conjuntamente um reunião extraordinária da 9 de Julho, o uso prioritário da sala seria dado à reunião, e a oficina relocada.

O público participante das oficinas, naquele momento, não tinha um recorte específico de faixa etária ou gênero, sendo abertas para o público geral da ocupação. Isso, dentre outros fatores, influenciou na escolha do horário das oficinas ser no começo da noite - isto é, no contraturno do período regular escolar, e no horário fora de expediente da maioria dos trabalhadores. Essa escolha de horário, no entanto, por si só não é o suficiente para atrair todas as faixas etárias e de gênero para as atividades. As oficinas, então, contavam com um número expressivo de crianças entre 2 a 12 anos, adolescentes de 13 a 16 anos, e idosos, ainda que em menor número. Independentemente da faixa etária, a presença de pessoas do gênero feminino era expressivamente maior do que a presença de pessoas do gênero masculino. Esse fato reflete uma questão muito maior do que as oficinas de arte e a própria arte, atravessando as questões de gênero e dos papéis que lhes são socialmente atribuídos em nossa sociedade estruturalmente machista, e que por sua vez atravessa e estrutura o modo no qual as relações se dão.

Do conteúdo das oficinas no espaço da ocupação, elas podem ser separadas em dois grandes grupos: as oficinas propostas por participantes da organização, e as oficinas propostas por artistas e educadores “externos”. O que havia de comum entre esses dois grandes grupos de propostas - e dentre todas elas - era a espontaneidade, flexibilidade e diversidade de assuntos e temas. No primeiro grupo, as propostas eram trazidas de maneira espontânea entre nós, a partir de nossos interesses, produções e vontades de trabalho com xs participantes das oficinas - o planejamento, então, de

cada proposta ficava por conta de um ou mais organizadores, e os outros ajudavam na organização e condução dela. O segundo grupo, por sua vez, caracteriza as propostas trazidas por artistas e/ ou educadores “externos”, que entravam em contato com a organização das oficinas pelo perfil do Instagram, ou diretamente com algumxs organizadorxs, e propunham atividades, de mesmo modo a partir de sua própria experiência e produção enquanto artista e educador.

Essa maneira de se organizar e planejar as atividades que compõem a dinâmica das oficinas de arte da Ocupação 9 de Julho parece se apropriar de muitas influências do que se costuma chamar de “educação não escolar”. Me refiro à “educação não escolar por atividades de ensino e aprendizagem que ocorrem fora do sistema escolar institucionalizado de ensino, que por sua vez se passa e é estruturado em instituições como escolas e universidades, a partir de uma base curricular elaborada por também instituições, estas burocráticas de administração. Por não pertencerem à estrutura física e simbólica da educação escolar, a educação não-escolar não tem a obrigação de seguir um currículo tradicional e estruturado por uma entidade do Estado, por exemplo, e não está sujeita às demais formas tradicionais de organização do ensino. O princípio da educação não-escolar esbarra na ideia de que a educação ocorre em toda a parte, não apenas em instituições convencionais de ensino e as formas de conhecimento que elas se estruturam e ajudam a estruturar. Essas ideias são refletidas na forma das oficinas em diversos pontos, partindo do mais básico, na diversidade etária entre xs participantes, por exemplo. Um dos aspectos centrais da educação escolar no Brasil é a separação dxs educandxs em turmas numa divisão estruturada em níveis etários de aprendizagem em anos do ensino básico, fundamental e médio. As oficinas da ocupação 9 de Julho não possuíam, à época, essa separação em suas atividades, isso se deu em parte por uma necessidade pragmática de organização, disponibilidade de espaços e pessoal, mas muito também em função de uma vontade de construir um espaço de ensino e aprendizagem que fosse diferente ao da educação escolar.

Conversando com meus colegas e amigos da organização das oficinas, a vontade comum entre todos era a de não “imitar” a estrutura de uma escola, uma vez que elas aconteciam no contra turno, ou seja, após o período escolar das crianças e adolescentes; isso seria desgastante e, no final, não seria atraente para esta parte do público participante. Ainda, as oficinas apresentavam uma oportunidade de experimentar outras formas de organizar e conduzir uma aula, assim como seus conteúdos, cuja estrutura mais rígida de planejamento não permitira.

No que diz respeito aos planejamentos das oficinas, em ambos os grupos de propostas, a tônica era dada a partir da flexibilidade e diversidade temática e formal das proposições. Muitas vezes as propostas eram trazidas pouco antes do momento da oficina, e mediadas a partir da disponibilidade de materiais e viabilidade da atividade por diversos motivos, como por exemplo o número de participantes e o espaço disponível. As reuniões de planejamento e organização das oficinas ocorriam uma vez ao mês, após as oficinas, e se concentravam no lugar de um momento em grupo onde ideias eram colocadas na mesa e discutidas para as próximas oficinas, quando haviam. Do mesmo modo, havia um grupo de Whatsapp que fazia o papel de espaço virtual centralizador de discussões a respeito de propostas nossas ou externas, organização e condução das atividades.

Essa maneira na qual o conteúdo das oficinas se estruturou construiu um espaço potente e aberto a uma gama extremamente diversificada de propostas e temas dentro das linguagens artísticas. Nos meses que se seguiram à minha experiência dentro da organização das oficinas, recebemos um número expressivo de artistas-propositores, como por exemplo o artista Zé Vicente, cujo trabalho se concentra na linguagem da fotocoloragem a partir de revistas e jornais. Sua proposta para uma oficina do mês de novembro de 2019 concentrou-se na produção de composições em recorte e colagem de materiais advindos de revistas e jornais. Após a atividade, o artista passou a integrar a organização das oficinas.



Imagem 3: Trabalho em fotocoloragem do artista Zé Vicente

I. Fonte: Perfil no Instagram do artista



Imagem 4 - Oficina Recorte e Colagem em 2019; produção dx participante

I. Instagram da Oficina de Arte da Ocupação 9 de Julho

Recebemos também - em dezembro de 2019 - Duchelier Mahonza Kinkani, artista da República Democrática do Congo e integrante do coletivo “Deslocamento Criativo” -, para conduzir uma oficina de pintura a partir dos padrões de tecidos africanos. Duchelier contou a história e o universo simbólico dos motivos e padrões dos tecidos, e propôs que xs participantes fizessem pintura a partir das referências trazidas por ele.



Imagem 5: Registro da Oficina com o artista Duchelier Kinkani

I. Fonte: Idem



Imagem 6: Registro da produção de participante na oficina com Duchelier Kinkani

I. Fonte: Idem

Das propostas elaboradas pela organização das oficinas, destaco a trazida por Carmen Silva, coordenadora do movimento MSTC e da ocupação, para ilustração de seu pequeno livro lançado pela N-1 edições chamado “Cem dias de exílio”. No contexto de ativação da exposição “o que não é floresta é prisão política”, na galeria ReOcupa, seriam distribuídos um grande número de cópias dos livretos de Carmen com ilustrações em desenho feitas pelxs participantes da Oficina de Arte. No livro, Carmen narra o processo dos cem dias em que ficou presa entre 2018 e 2019, na forma de relatos e reflexões.



Imagem 7: Produção da oficina “Cem dias de exílio”, a partir da obra de Carmen Lúcia

I. Fonte: Idem

Em junho do mesmo ano, uma horta estava sendo construída perto da entrada da rua Álvaro de Carvalho, com o objetivo de montar um espaço de horta comunitária para a ocupação. Neste contexto, em composição à tradição da Festa Junina, surgiu a oportunidade de propormos a composição e construção de um espantalho - ou, como preferimos chamar, o “espírito protetor da horta”. A estrutura da oficina então foi montada a partir da apresentação de Pagu - escritora, poetisa, diretora, artista e militante brasileira -, enquanto personagem que nomearia o espírito protetor da horta. Em seguida, conversamos com xs participantes da oficina sobre o que seria - e para quê servia - um espantalho e espírito protetor em um lugar. Finalmente, propomos a

montagem de um espantalho - ou espírito protetor - físico para colocar no espaço que viria a ser tornar a Horta da Ocupação 9 de Julho.



Imagem 8: "Pagu", o espírito protetor da Horta

I. Fonte: Idem

Esta oficina foi uma das poucas em que trabalhamos coletivamente no sentido mais direto. A proposta era a de materializar somente um espantalho para a horta, que fosse grande e feito de inúmeros materiais. Esse processo passou pela elaboração de rascunhos, negociação e materialização coletiva de “Pagu, o espírito protetor da horta”. Essa oficina foi importante pelo fato de ter sido uma das únicas cujo trabalho coletivo foi proposto desta maneira.

Finalmente, em outubro de 2019, após alguns meses de experiência na organização e condução das aulas, apresentei uma proposta de atividade para uma oficina no mesmo mês. A proposta consistiu na ideia central de uma produção coletiva em cima de um material já “contaminado” por uma imagem.

Naquela época eu e alguns colegas estávamos produzindo pinturas sobre cartazes publicitários de pontos de ônibus da cidade de São Paulo, apropriados de seu espaço e uso comum. Os cartazes são grandes, com cerca de 120 x 170 cm - tamanho que abraça um fazer coletivo com maior facilidade - e apresentavam imagens publicitárias de empresas nacionais e internacionais. A proposta, então, seria de apresentar o suporte para xs participantes, conversar sobre qual imagem que o cartaz apresentava, as possibilidades de intervenção e, finalmente, a proposição de uma produção coletiva em cima da imagem do cartaz.



Imagem 9: Oficina de intervenção coletiva sobre material publicitário

I. Fonte: Idem



Imagem 10: Oficina de intervenção em material publicitário

I. Fonte: Idem

Se por um lado nos meses de 2019 e 2020 as oficinas tiveram uma diversidade enorme e extremamente rica de temas, envolvendo apropriação, colagem, pintura, padrões de tecidos da África Central, construção de personagens, ilustração e modelagem, dentre muitas outras linguagens e recursos, por outro foi praticamente

impossível formular ou vislumbrar algum tipo de continuidade - ou processo direcionado - quando observando seu conjunto. Não acho que isso seja algo ruim ou bom, de saída; penso que seja necessária uma ponderação dedicada sobre.

No âmbito da educação não-escolar, que é onde essas oficinas também se inserem, acredito que exista a possibilidade de não ter a obrigação de se ater a um planejamento rígido e inflexível. Não que todo ambiente escolar necessariamente pressupõe uma inflexibilidade, mas é num espaço de ensino e aprendizagem dinâmico e flexível que as contingências de cada grupo participante são produzidas, e que por consequência produzem mudanças no currículo e no processo contínuo de ensino e aprendizagem – e as oficinas se inserem neste contexto de maneira privilegiada. Ao mesmo tempo, a liberdade que é dada ao fato do espaço da Oficina não estar inserido em uma instituição escolar de educação não quer dizer que um planejamento ou organização que pense um processo para além de uma oficina pontual seja descartável. Acredito que a educação não-escolar tem sua potencialidade de estabelecer contrapontos interessantes à educação escolar de maneira experimental, pegando a experiência da escola e partindo dela para a proposição de adaptações ou alternativas, ao invés de negá-la por completo. A instituição escola compreende diversas experiências institucionais de educação, a partir de diversas linhas e métodos elaborados a partir de uma diversidade de experiências em diversos lugares no mundo. Não se deve tratar, logo, todas as escolas como um mesmo espaço e sem particularidades; do mesmo jeito que espaços de educação não-escolar. O que eu quero dizer é que as oficinas de arte em ocupações – enquanto um espaço não-escolar de ensino e aprendizagem – não estão atrelados a instâncias burocráticas e/ou estatais de ensino, o que lhes dá a possibilidade de experimentar e colocar em prática métodos outros de maneira experimental com maior facilidade. O atrelamento a instâncias burocráticas e/ou estatais de ensino não é algo ruim ou limitante por definição, é claro; mas a maneira na qual elas funcionam fazem com que mudanças curriculares profundas e nas formas nas quais a dinâmica de ensino e aprendizagem se dão sejam mais lentas.

Neste contexto, então, ainda que a riqueza de conteúdos e formas de se produzir arte tenha sido trabalhada de maneira incrível nestes meses, por vezes o conjunto de oficinas em um determinado mês - por exemplo - era muito fragmentado. A discussão

a respeito da rigidez de um planejamento e processo de ensino e aprendizagem em artes, especialmente no contexto de ensino não-escolar, é complexa. Me questiono o que seria, de fato, um “processo contínuo e direcionado” de ensino e aprendizagem em artes, a partir do momento em que as linguagens artísticas exercem o papel de questionar formas de pensamento linear. Acredito na potencialidade das artes de apresentar novas e outras maneiras de se estabelecer um processo de ensino que supere a linearidade, assim como na autonomia dx educandx em transformar as suas experiências na oficina e formar o seu próprio processo de aprendizagem.

A flexibilidade das oficinas também produziu um cenário que não antecipamos: a inconstância na presença dxs participantes. Jamais cogitamos introduzir uma lista de presença ou colocar obrigatoriedade de presença em um número Z de oficinas, por exemplo, como acontece na maioria das instituições de educação escolar e inclusive em espaços da educação não-escolar. Essa escolha, no entanto, produziu uma dinâmica de presença curiosa dentre um grupo considerável de participantes; uma das organizadoras nomeou a dinâmica de “semana sim semana não”. O próprio nome já dá a entender de como ela funcionava: xs participantes desse grupo frequentavam a oficina de uma determinada semana, e não frequentavam a da outra. De novo, não acredito que isso seja necessariamente um problema, a partir do momento em que a imposição de uma presença talvez criasse um ambiente similar ao da sala de aula tradicional, o que não era de nosso interesse. Acredito que abrimos mão dessa consistência na presença de um número significativo de participantes em nome da construção de um espaço com maior liberdade.

Estas e outras questões, cenários e estruturas caracterizaram as oficinas de arte em que estive envolvido na Ocupação 9 de Julho entre 2019 e 2020. As oficinas representam, de fato, a minha primeira grande experiência formativa em educação artística. Pude desenvolver minha autonomia como educador e organizador das atividades, assim como vivenciar dinâmicas com xs educandxs e xs outrxs educadores, em um trabalho profundamente coletivo. Neste espaço, acredito que entrei em contato com alguns aspectos centrais de como se pensar o planejamento de uma aula e de um processo mais extenso de forma prática, em constante diálogo entre nós organizadores e xs participantes. Ainda, inserido dentro de um território atravessado pela disputa política e econômica, é inevitável reconhecer que as oficinas

- em algumas mais do que outras - foram atravessadas pela questão da luta por moradia. Isso se tornou evidente, por exemplo, na proposta de ilustração do livro de Carmen Silva a respeito de seus 100 dias de privação de liberdade. Embora todos conhecessem Carmen, alguns participantes mais jovens desconheciam sua prisão e sua relação com a luta da ocupação e do movimento de moradia. Isso demandou esforços conjuntos entre nós organizadorxs e participantes para abordar e apresentar esse tema aos mais jovens de maneira responsável e sensível.

A amplitude etária entre xs participantes também foi uma característica das oficinas que me formou nessa experiência. Essa diversidade etária não é exclusiva da ocupação, mas foi lá que pela primeira vez entrei em contato com uma turma tão diversa nesse sentido. O fato é que diante dessa diversidade, tivemos de pensar em propostas que fossem acessíveis a todxs presentes, sem privilegiar e/ou excluir faixas etárias. Também nos vimos com o desafio de mobilizar uma turma cheia e diversa, utilizando recursos específicos para mobilizar e envolver essa diversidade de participantes na atividade. A forma de se comunicar uma proposta para um adolescente de 15 anos é diferente da utilizada com uma criança de 5, por exemplo. O grupo, no entanto, mostrou como a amplitude etária dentro de uma dinâmica de ensino e aprendizagem exercita a relação entre educandos de maneira positiva; várias foram as vezes que xs mais velhxs atuaram enquanto educadores ao acompanhar e auxiliar os processos dxs mais novxs.

Gostaria de fechar o relato de minhas experiências nas oficinas de arte da Ocupação 9 de Julho entre 2019 e 2020 com uma reflexão, que parte da afirmação de que essa experiência me formou também em como entrar - e como não entrar - em espaços atravessados pela disputa política e econômica enquanto educador propositor.

É preciso tomar cuidado ao entrar nestes espaços marcados pela disputa e pela reivindicação de direitos fazendo parte de uma classe que possui privilégios. Me refiro a “privilégios” a partir do momento em que um direito não é para todos, logo tornando-se um privilégio de alguns. Esse cuidado passa pela responsabilidade coletiva de não reproduzir desigualdades em nossas relações, e essa responsabilidade torna-se imperativa ao entrar em espaços que materializam a luta por direitos sem reproduzir desigualdades estruturais. Das experiências que tive na 9 de Julho, aprendi que é

necessário “pedir licença”. “Pedir licença” é entrar com respeito, afinal uma ocupação é a casa de dezenas de famílias. “Pedir licença” também é entrar despido de intenções de salvamento ou de uma visão que coloca a população que vive nas ocupações enquanto “coitadas”, ou “alienadas”, e que precisam ser salvas; essa postura esbarra numa visão colonial de outros territórios, em especial aqueles marginalizados pela desigualdade. Em outras palavras, por melhores que as intenções sejam, elas não garantem que as atitudes dentro da dinâmica destes espaços não reproduzam ainda mais desigualdade.

A própria ocupação e sua coordenação impõe distâncias para que quem chegue de fora precise “pedir licença”. No caso da minha experiência na 9 de Julho, não foi desde o primeiro dia que pude ter acesso à chave da sala dos materiais, por exemplo, ou que a porta da ocupação sempre estivesse aberta para mim sem que eu justificasse minha entrada na noite de uma terça-feira. Ao mesmo tempo, não foram nas primeiras semanas que eu me coloquei na organização das oficinas com a intenção de “encabeçar” ou “liderar” a dinâmica. É necessário adquirir um “contexto”. “Contexto”, por sua vez, implica na observação e vivência da dinâmica daquele espaço, construída por anos de luta, ocupação e organização coletivas. A observação e vivência são exercitadas principalmente pela escuta atenta, tornando-se necessário “ouvir” muito mais do que “falar”; isso é algo que não é exclusivo das ocupações, mas que se torna imperativo ao adentrar com intenções de desenvolver atividades.

A falta desses cuidados pode produzir uma série de desigualdades expressas de diversas formas. Gostaria de me aprofundar um pouco em uma delas, pois acredito que seja pertinente ao trabalho e ao questionamento da função social do artista – e da arte.

A arte contemporânea é resultado histórico de uma série de eventos e contingências. Um destes eventos é o processo iniciado no século XX de desmaterialização⁴³ da obra de arte enquanto um objeto. Em outras palavras, a existência de um objeto físico como

⁴³ A “desmaterialização” da arte é um tema bastante discutido na contemporaneidade. Lucy Lippard, crítica de arte, curadora e pesquisadora, traça questões importantíssimas ao tema, sendo creditada a ela a concepção do termo “desmaterialização”. Livros como *Six Years: The Dematerialization of the Art Object from 1966 to 1972* (LIPPARD, 1997) são importantíssimos para a discussão deste tema tão complexo para a arte, a instituição Arte e o mercado de arte.

uma escultura ou uma pintura já não é um pressuposto obrigatório para tornar algo uma “obra de arte”. Esse movimento de desmaterialização se desenvolveu nas práticas das artes conceituais, da performance e da “experiência”, que foram – e são – linguagens extremamente importantes para o questionamento da instituição Arte, enquanto uma crítica. Em conjunto com a arte conceitual, a performance, a “experiência”, também surgem as discussões a respeito da confluência entre arte e vida, e a respeito da “vida como arte”. Estas discussões não ficaram tão somente no campo da filosofia da arte, com um número considerável de artistas procurando lidar com estas questões em suas poéticas.

A desmaterialização do objeto artístico – e logo, da arte – provocou também uma problemática dentro do mercado de arte. Como vender uma obra de arte cuja materialidade “não existe”? Ou, como mercantilizar um conceito, uma performance, uma “experiência”? A experiência da desmaterialização da arte também faz parte da ampla experiência da formação da pós-modernidade cultural e, por consequência, do desenvolvimento do capitalismo. A desmaterialização e fragmentação que caracterizam tais processos andaram “de mãos dadas” com a capacidade desenvolvida do sistema capitalista de assimilar – e com isso, neutralizar – expressões da cultura, transformando em mercadoria experiências, significados e sentidos, até mesmo as formas mais radicais de crítica cultural⁴⁴. Este processo vai de encontro com a construção da noção de capital enquanto algo que não diz respeito necessariamente a um bem – ou riqueza – material. O “capital social” e o “capital simbólico”, distintos entre si⁴⁵, entram nessa construção complexa do capital a partir da desmaterialização. Em linhas gerais, o “capital simbólico” opera a partir do valor simbólico dado a uma prática, um símbolo e formas da cultura - educação, arte, linguagem, entre outros - por meio de construções culturais e políticas que dão prestígio e legitimidade a determinada prática. A transformação de formas de arte produzidas a partir da desmaterialização – a arte conceitual, a performance e a “arte

⁴⁴ Autorxs como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Guy Debord, Jean Baudrillard e Frederic Jameson – entre muitos outros - são importantes para a discussão aprofundada a respeito da “Pós-Modernidade” e da capacidade do Capital de assimilação do simbólico e da representação.

⁴⁵ Ambos os conceitos “capital social” e “capital simbólico” são concepções do sociólogo francês Pierre Bourdieu; capital social, especificamente, diz respeito a rede de relações sociais – como amizades, família, associações, profissionais – que tem um valor dentro de uma sociedade. Essas construções dos diferentes tipos de operação do capital podem ser aprofundadas no livro “A Economia das Trocas Simbólicas”, de Bourdieu (BOURDIEU, 2011).

e vida” – em mercadoria passa por essa construção do capital simbólico, que por sua vez dá valor ao artista e sua prática. Esse valor é “convertido” em exposição – no sentido de visibilidade -, valorização monetária de seu trabalho e precificação em última instância. Essa relação entre visibilidade, “influência” e valorização monetária do trabalho é uma das tônicas que ditam o mercado da arte contemporânea.

A capacidade desenvolvida pelo mercado em absorver manifestações desmaterializadas da arte, convertendo-as em capital, abrange também a prática do artista fora de seu próprio trabalho. A atuação política, educacional e cultural fora do âmbito estrito de seu trabalho artístico torna-se também aspecto que constrói o capital simbólico de um artista. Participar de movimentos políticos – por meio, ou não, da militância organizada – de certa visibilidade, por exemplo, é algo que pode vir a se tornar uma prática que constrói e aumenta o capital simbólico de um artista. Não quero dizer de forma alguma que é a luta política que produz isso, mas sim que o mercado – e o capital, em última instância – tem este poder de assimilação até mesmo da forma crítica mais radical. Ainda, não quero dizer que a prática de um artista em movimentos políticos, por exemplo, necessariamente produz este tipo de capital; isso se dá na forma na qual o artista entra nestes espaços.

Durante minhas experiências na oficina de arte da Ocupação 9 de Julho, não foram poucas as vezes que ouvi, e discuti, a respeito de casos de artistas que propunham atividades para as oficinas e, conscientemente ou não, acabaram por agir em direção a utilização do território da ocupação e das oficinas enquanto espaço de construção de seu próprio capital simbólico. A forma na qual x artista age nesta direção passa pela instrumentalização da atividade desenvolvida enquanto material a ser divulgado extensivamente nas redes sociais pessoais e profissionais dx artista em questão, por muitas vezes acompanhado de legendas cujas palavras esbarram numa visão perigosa de “voluntariado”. Não quero aqui tratar de casos específicos ou limitar a discussão a qualquer tipo de julgamento moral das atitudes dessxs artistas; acredito que o problema seja complexo e diga respeito diretamente a como que o mercado de arte se estrutura. O que é importante aqui é como que uma série de atitudes alienadas e alienantes dentro de territórios como de ocupações podem produzir desigualdades como estas.

Ao longo dos meses entre 2019 e 2020, as oficinas na Ocupação 9 de Julho - e a própria ocupação - abriram suas portas para mim e me foram, dentre muitas coisas, um espaço de formação enquanto educador. Foi lá que pude apresentar pela primeira vez um trabalho de arte fora do cubo branco, que por sua vez foi o contexto que abriu a possibilidade de experiência que me permitiu aprender na prática aspectos fundamentais sobre processos de ensino e aprendizagem. Em erros e acertos, vivi experiências que hoje posso olhar e tirar novas e outras lições sobre o que significa ser um educador, e sobretudo um educador com interesse em praticar uma educação libertadora e comprometida com a política.

Em março de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19, as atividades culturais e abertas ao público externo da ocupação foram suspensas até segunda ordem - medida esta muito necessária para a saúde de todos. O caráter abrupto no qual todas as atividades não essenciais foram suspensas não permitiu que as oficinas de arte tivessem algum tipo de encerramento de ciclo, e isso se mostrou doloroso para todos os organizadores e participantes das oficinas. Não havia a possibilidade de migrar para a realização de oficinas on-line, pela falta de infraestrutura da ocupação para que todos os participantes entrassem plenamente. Deste modo, as oficinas entraram em um hiato sem previsão de retorno.

Em 2022, as oficinas retornaram no contexto de aprovação de um projeto submetido ao PROAC (Programa de Ação Cultural do Estado de São Paulo), elaborado por artistas e educadoras que já faziam parte da organização das oficinas em conjunto com outras que entraram por este contexto. O projeto - nomeado "auto construção o comum de nós" - previa a organização de oficinas de arte na ocupação organizadas por artistas e educadoras mulheres para as crianças e as mulheres residentes na ocupação. O projeto previa, ao final do ciclo de oficinas, a proposição de uma exposição coletiva de mulheres e crianças do MSTC enquanto atividade de encerramento. A abertura da exposição "auto construção o comum de nós" aconteceu no dia 12 de Junho de 2022, no final de um ciclo de 4 finais de semana de atividades, desta vez aos domingos⁴⁶.

⁴⁶ Para saber mais sobre o projeto "autoconstrução o comum em nós", acesse: <https://www.instagram.com/oficinadearteocupa/> (acesso dez 2023)

Ainda em 2022, o mesmo projeto foi contemplado no Prêmio “Museu é Mundo”⁴⁷, e a proposta das oficinas foi reformulada. A nova fase das Oficinas de Arte da Ocupação 9 de Julho foi estruturada na realização de oficinas aos domingos a partir de convites a artistas, educadores e coletivos para elaborarem atividades com as crianças moradoras da ocupação. É neste contexto que retorno às oficinas da ocupação pontualmente, na forma de dois encontros em dois domingos.

Neste novo ciclo das oficinas da Ocupação 9 de Julho, fui convidado por Ana Letícia e Néle Azevedo - artistas e educadoras - para elaborar um pequeno ciclo de duas oficinas de arte com as crianças moradoras do território. Foi um momento especial, uma espécie de reencontro após um hiato forçado por motivos maiores. Ainda, Ana Letícia foi minha professora de artes no Ensino Fundamental. Esse convite, então, tornou-se ainda mais especial.

Convidei minha querida amiga e colega educadora Anna Talebi para pensarmos em proposições para dois encontros em dois domingos distintos, a partir da confluência entre nossos interesses artísticos e enquanto educadores. Meu interesse em desenvolver pintura junto com o interesse de Anna em trabalhar o corpo encontrou sua síntese no desenvolvimento de uma proposta que desenvolvesse a tridimensionalidade da pintura, dando à estrutura da pintura um corpo para além da bidimensionalidade. Organizamos os dois encontros em dois momentos distintos. O primeiro, por meio de brincadeiras corporais como “mestre mandou”, procurou ativar corpo e a consciência corporal enquanto uma forma tridimensional no espaço. O segundo momento concentrou-se na proposta de pintura sobre formas geométricas a partir de pedaços de papelão recortados previamente, possibilitando o encaixe entre si e a formação de módulos tridimensionais.

⁴⁷ O Prêmio Museu é Mundo foi criado para mapear, fomentar, difundir e viabilizar ações artísticas que propiciem desenvolvimento cultural e social. O prêmio está em sua 2ª edição. Para saber mais, acesse: <https://www.premiomuseuemundo.com.br/> (acesso dez 2023)



Imagem 11: Oficina de Pintura Tridimensional em 2022

I. Fonte: Idem

A proposta acima, que era para ser a primeira de um ciclo de duas, tornou-se a proposta principal de ambos os encontros pelo fato do primeiro ter sido conduzido por Anna Talebi sem mim - com o auxílio de Néle e Ana Letícia - pelo fato de eu ter ficado doente naquela semana. A impossibilidade de minha participação no primeiro encontro dificultou a elaboração de um segundo, e a saída que encontramos com o pouco tempo que tínhamos foi de repetir a proposta. O segundo encontro não foi, no

entanto, repetitivo; isso se deu pela alta rotatividade dxs participantes da oficina, e pelo caráter aberto da proposta.

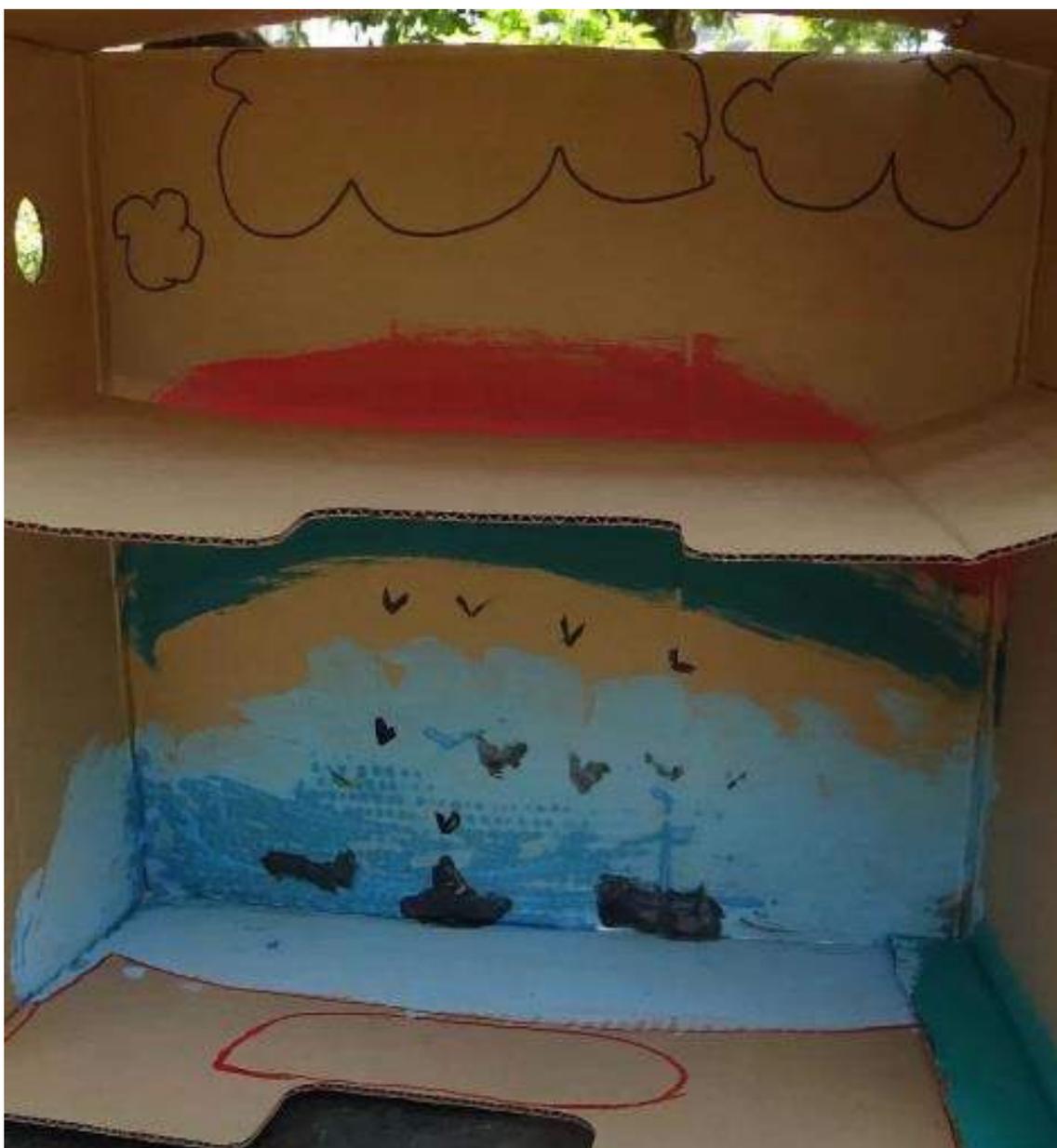


Imagem 12: Oficina de Pintura Tridimensional em 2022

I. Fonte: Idem

A estrutura que caracteriza este “novo” ciclo de oficinas da 9 de Julho continuou ao longo dos anos de 2022 e 2023, realizando parcerias com a Escola da Cidade, outros artistas e educadores, sempre aos domingos. A Oficina de Arte da Ocupação 9 de Julho sobrevive, vive, e continua a produzir espaços de ensino, aprendizagem e troca entre moradores da ocupação, artistas e educadores de São Paulo, do Brasil e do mundo, fortalecendo e exercitando a luta política nos seus campos mais complexos e abstratos.

Meu interesse pela educação - e pela educação em arte - só cresceu depois da minha experiência dentro da organização das oficinas de arte na Ocupação 9 de Julho. Numa feliz coincidência, o currículo do curso de Artes Visuais foi atualizado em 2019, após um longo processo de discussão interna no Departamento de Artes Plásticas, e a possibilidade da realização da dupla titulação tornou-se possível com a introdução do novo currículo da graduação. Diante dessa nova oportunidade que se abriu, solicitei a migração de currículo para a dupla titulação em bacharelado e licenciatura, entrando em um processo formal de formação em educação e educação em arte.

Considero impossível refletir sobre os últimos anos desde 2020 sem mencionar a pandemia de COVID-19. O modo abrupto no qual o modo de vida da imensa maioria das pessoas mudou, a ameaça e o perigo constantes de uma doença pouquíssimo conhecida, a ansiedade da incerteza de um futuro; tudo junto com a presença de um governo fascista e muito pouco preocupado com seus cidadãxs foram recursos que produziram a desesperança generalizada. Em face a esta desesperança, imobilizadora e geradora de angústia, as aulas da licenciatura - em especial no Departamento de Artes Plásticas - foram muito importantes para que eu pudesse continuar agarrado à esperança e à confiança da finitude daquele cenário tão tenebroso. Entrei em contato com educadores espetaculares, inspiradores e cheios de histórias; troquei com colegas, professores, amigos e educandos. Entrei em contato com a educação em arte em escolas, museus, projetos sociais e grupos de extensão e pesquisa universitária. Após um período de 3 anos de formação na licenciatura, o trabalho de conclusão de curso se apresentou como a etapa final de encerramento deste longo ciclo. Já havia, no entanto, realizado e apresentado um primeiro TCC do bacharelado em 2022. “Desencantei”, em outras palavras; vi a possibilidade de realizar outro trabalho de conclusão de curso como uma chance de

colocar em prática reflexões do processo de TCC que aprendi na experiência anterior. Uma dessas, e talvez a mais importante, é a de que o trabalho de conclusão de curso é um espaço de também oportunidade para perspectiva e reflexão de minha própria formação, dentro e fora da universidade. Sinto que foi essa a vontade central que norteou minha escolha de tema e forma para este trabalho. Para alguém como eu, que tem dificuldades de definir um recorte temático, isso foi de grande ajuda - mas o desejo por si só não produz um TCC. Acredito que um trabalho de conclusão de curso seja também uma síntese entre as vontades e as possibilidades do momento; como tempo e disponibilidade de espaços abertos às propostas de trabalho, por exemplo.

Estava começando a pensar nas possibilidades que seriam acessíveis para a proposição de uma série de atividades que comporiam este trabalho. Coincidentemente, ou não, um convite inesperado me foi feito por uma querida amiga e psicóloga, que estava realizando trabalhos com uma ocupação próxima à Avenida Paulista até o final de 2022. Giovana Lin, então recém-formada em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), contou-me de sua experiência dentro do espaço da ocupação, e de sua vontade em realizar um ciclo de atividades envolvendo arte e saúde mental no espaço em 2023. Pedi para que nos encontrássemos para ela dividir comigo sua experiência e desejos de trabalho, assim como para saber se a ocupação estava aberta para novas proposições. A ocupação em questão era a Ocupação Penha Pietra's, coordenada pelo Movimento de Moradia e Inclusão Social (MMIS) e a Frente de Luta por Moradia (FLM).

A relação de Giovana com a Ocupação Penha Pietra's começou a partir de um estágio no Núcleo de Educação do curso de Psicologia da PUC-SP, que possui vínculo com a FLM já há alguns anos. O vínculo, formado pela docente orientadora do núcleo do programa de estágio, faz parte de um interesse da universidade em situar seus estágios em espaços de interesse, vulnerabilidade e urgência social. Esse interesse se materializou em um vínculo, que nos últimos anos têm possibilitado a atuação e formação de jovens estudantes da PUC nas ocupações da FLM, como por exemplo na Ocupação Almirante Negro, também na região central da cidade de São Paulo.

No primeiro semestre de 2022, em reunião com a coordenação da FLM, foi oferecida a possibilidade da equipe de estagiários da PUC trabalhar em conjunto com a Penha

Pietra's. A Penha Pietra's foi ocupada pelo MMIS e pela FLM no dia 28 de novembro de 2021, na ocupação do prédio de um antigo hotel chamado Paulista Center, que havia sido abandonado já havia alguns anos, localizado na junção da Rua da Consolação com a Avenida Paulista. A Ocupação Almirante Negro, por outro lado, é uma ocupação já “consolidada”, isto é, com anos de ocupação e atividades políticas, culturais e artísticas que compõem sua dinâmica e estrutura de funcionamento. Pelo fato da Penha Pietra's ser uma ocupação “nova” - e logo, menos estruturada tanto em termos de infraestrutura, segurança jurídica e etc. -, a coordenação entendeu que talvez fosse interessante que a equipe de estagiários atuasse neste território, ao invés da Almirante Negro e outras mais consolidadas.



Imagem 13: Fachada do prédio da Ocupação Penha Pietra's

I. Fonte: Página da FLM no Facebook

O grupo de estagiárixs, então, decidiu por iniciar um processo de trabalho junto à Penha Pietra's. Em abril de 2022, os primeiros contatos foram feitos com a coordenação da ocupação em reuniões, visitas de caracterização do espaço e formação de grupos de trabalho dentro do espaço da ocupação. Em diálogos com a comunidade do território, foi então formado o “Grupo de Cultura da Penha” por parte do grupo de estagiárixs, moradores da ocupação, artistas e educadores externos a estes dois contextos. O grupo se encontrava semanalmente para pensar em ações culturais no espaço e, aos poucos, a construção da cultura enquanto extensão da atividade política - e enquanto atividade política em si - foi sendo construída.

Das atividades que foram desenvolvidas a partir do Grupo de Cultura, pode-se citar festas temáticas, bate papos sobre arte, cultura e política, apresentação de artes cênicas, almoço coletivo, sarau, bingo, brechó, aulas abertas, oficinas de arte-terapia e visitas a exposições. Além disso, foi firmada uma parceria cultural com o Instituto Moreira Salles, de iniciativa do próprio instituto, para realização de atividades na ocupação - como oficinas de fotografia -, visitas às exposições em cartaz, sessões de cinema e doação de móveis e materiais para a ocupação. A cultura faz parte da construção da Ocupação Penha Pietra's e de sua luta por um acesso democrático à moradia na cidade de São Paulo e no Brasil. Penha Pietras, que dá nome à ocupação, foi uma atriz, bailarina e coreógrafa que deu aulas de dança e teatro para crianças no Bixiga, e criadora do grupo “Os 16 meninos da 13 de Maio”, falecida em 2021 - pouco antes da ocupação do prédio. Ainda, é digno de destaque o fato de que uma das primeiras iniciativas enquanto grupo de trabalho organizado na ocupação foi a organização do Grupo de Cultura do território, dando a cultura e a arte espaço privilegiado de atuação dentro da ocupação.⁴⁸

A atividade elaborada pelo grupo de Giovana, então, se situa neste contexto da ocupação Penha Pietra's. A partir do reconhecimento das demandas trazidas pela comunidade daquele território, da coordenação, e na vivência no espaço, o grupo reconheceu uma demanda envolvendo às crianças e adolescentes moradorxs daquele espaço. Do mesmo modo, como o núcleo do grupo se concentrava nos temas

⁴⁸ Para acompanhar as atividades - passadas, presentes e futuras - na Ocupação Penha Pietra's, acesse: <https://www.instagram.com/ocupacao.penhapietras/> (acesso dez 2023)

de educação e aprendizagem, xs estagiárixs decidiram por elaborar atividades com este grupo de moradorxs específico. O grupo elaborou uma proposta de oficinas que trabalhassem a brincadeira enquanto atividade de apropriação das crianças e adolescentes daquele espaço, e de firmamento do lugar delxs na ocupação. O lugar escolhido para acontecerem as atividades foi o mezanino do andar térreo do prédio, que por sua vez passou por um processo intenso de reorganização e limpeza para realização das oficinas. O ciclo de oficinas foi então batizado como “Rodas de Brincar”. Toda sexta-feira à noite, em um período de 2 horas, as atividades envolviam práticas do brincar nas suas mais diversas manifestações, seja pelo brincar coletivo em brincadeiras coletivas “tradicionais”, ou do fazer individual do desenho em folhas de papel A4, por exemplo. Hoje, o espaço do mezanino é de ocupação e uso das crianças e adolescentes moradorxs da ocupação, de organização autônoma. O brincar exercitado enquanto prática de ocupação de um espaço pelas crianças e pelos adolescentes parece ter dado bons frutos.

Giovana se formou no final de 2022. Seu ciclo na PUC-SP - e logo, com o núcleo de estágio em educação - havia sido encerrado. No entanto, sua vontade de dar continuidade ao projeto iniciado em 2022 seguiu forte. Ela acredita que esse desejo veio da admiração que ela tem pelo trabalho feito na ocupação, das pessoas que vivem e constroem este território, e de tudo que ele representa em sua luta política, cultural e social. Ainda, a vontade de continuar a construir um trabalho em conjunto com xs moradorxs da ocupação veio da construção do entendimento do papel privilegiado da cultura e da arte na luta política nos territórios de ocupações e movimentos sociais; seja esse papel no fortalecimento da argumentação jurídica de “função social” do espaço dado pela ocupação, como também pelo papel que a cultura e a arte tem na construção e firmamento das ideias de pertencimento dentro do território, que por sua vez passa pelo afeto, pela subjetividade e coletividade.

Numa série de encontros com Giovana, tive a oportunidade de ouvir o compartilhamento de suas experiências dentro do espaço da ocupação Penha Pietra’s algumas vezes. Segundo ela, por eu ter tido experiência nas oficinas de arte da Ocupação 9 de Julho, era um interlocutor particular com quem ela poderia trocar suas vivências neste espaço com maior profundidade. A partir dessa reciprocidade enquanto interlocutores de experiências similares, Giovana me convidou para

pensarmos em conjunto em uma série de atividades com xs moradorxs da ocupação, e que fosse uma síntese de nossas respectivas formações; uma oficina de arte e saúde mental.

Tenho dificuldades em pensar que o convite de Giovana tenha sido coincidência, mas isso não é importante. O fato é que vi neste convite a chance de poder retomar minhas experiências em oficinas de arte em territórios de ocupação enquanto espaços que me foram - e são - muito importantes para minha formação. Se, por um lado, o trabalho realizado em conjunto da Ocupação 9 de Julho marcou minhas primeiras experiências de formação enquanto educador, por outro, a possibilidade de construção de trabalho na Penha Pietra's marcaria o encerramento desse ciclo formativo. É claro que cada ocupação possui suas características próprias, e não seria prudente reduzi-las a um mesmo território; são ocupações diferentes, com histórias diferentes, coordenações diferentes, moradorxs diferentes, espaços e dinâmicas diferentes. Outros contextos e novas reflexões; dentre elas a criação e proposição de um ciclo de atividades a serem realizadas em conjunto à ocupação, ao contrário da minha experiência com as Oficinas de Arte da Ocupação 9 de Julho, cujas oficinas já existiam e estavam consolidadas havia um certo tempo.

A criação não pressupõe, no entanto, que as propostas de oficinas sejam concebidas do nada. Uma proposta de trabalho em conjunto com a comunidade da ocupação Penha Pietra's passa por diálogo intenso com ela. Esse entendimento passa pelo cuidado que se deve tomar ao entrar em espaços atravessados por disputas políticas e econômicas, e oprimidos pela desigualdade gritante de São Paulo e do Brasil. Parte dessa responsabilidade passa por saber “pedir licença” e adquirir “contexto” no território que se está entrando enquanto proponente de atividades de ensino e aprendizagem dentro do espaço da ocupação. A educação é uma prática, que se pratica dentro e fora da sala de aula, nas dinâmicas entre educador e educando, entre educadores e entre educandos. Ainda, na relação entre educadorx e a comunidade na qual elx se insere. Essa prática não é de forma nenhuma neutra, podendo se tornar produtora e afirmadora de subjetividades, autonomia e crítica - produzindo dinâmicas de formação de conhecimentos e práticas libertadoras entre educadores e educandos, criando vida -, ou tornando-se uma ferramenta que *dociliza* os corpos, achata subjetividades e que reproduz estruturas de dominação. A neutralidade é farsante em

uma sociedade opressora, na medida em que atua em favor do opressor por meio da conivência. Nossa vontade em atuar enquanto educador em conjunto com espaços de ocupação de moradia vêm de um desejo profundamente político e de uma prática educativa em arte que seja ativamente engajada na produção de liberdade e vida. Esse engajamento, logo, pressupõe este cuidado no qual me referi acima; a falta dele implica em uma prática educativa que reproduz a desigualdade sob o olhar colonial, paternalista e de assistencialismo que pode vir a ter - totalmente contrário ao que se quer. O processo de educação e aprendizagem que se cria começa desde como x educadorx se coloca em um determinado território, e como suas propostas são elaboradas a partir desse espaço. Ao não levar nada disso em consideração - de carona com a visão de uma suposta “neutralidade” do educador -, a educação que se propõe torna-se alienada e alienante.

É nessa perspectiva, então, que antes de começar a elaborar ideias para as oficinas de arte e saúde mental em parceria com Giovana, nos propomos construir um canal de comunicação e vivência com a Penha Pietra's, a fim de caracterizar o território, saber suas demandas e desejos e, por fim, elaborar propostas de trabalho.

Giovana, por já ter interlocução com a coordenação da ocupação, iniciou o diálogo com as duas coordenadoras da Penha Pietra's, Giulia Ramilo e Gabriela Feliciano, artistas, militantes e conselheiras tutelares eleitas da região da Bela Vista. Criamos um grupo de WhatsApp para centralizar a troca de mensagens e marcar futuras reuniões para conhecermos as demandas da ocupação pela coordenação e começarmos uma primeira troca de ideias. Ainda, frequentamos as atividades culturais abertas da ocupação, para assim entender um pouco da dinâmica destes eventos e atividades organizadas pela ocupação e abertas ao público da comunidade externa.

“Com que roupa?” foi uma festa à fantasia e bate papo que aconteceu no espaço da Penha Pietra's no dia 1o de abril de 2023. O nome da festa e bate papo vêm do livro de mesmo nome de autoria da escritora e artista Mari Waechter, moradora da ocupação, cujo lançamento se deu no contexto do evento, conjuntamente com brechó, feira de livros e quadrinhos, e um bate papo entre a autora, Guilherme Terry e Aleta Valente, mediado por Jairo Malta. Guilherme Terry é ator e professor, conhecido por

sua persona drag “Rita Von Hunty”, conhecida por debater temas sociais com horizonte de emancipação em meios de comunicação como Youtube e na Carta Capital. Aleta Valente é artista plástica carioca, que utiliza o Instagram como suporte principal de seu trabalho. Jairo Malta é jornalista e pesquisador cultural, colunista do “Sons da Periferia”, na Folha de São Paulo. O bate papo foi acalorado, especialmente quando questões a respeito de identidade de gênero foram colocadas na roda, gerando muito debate e discussão no campo das ideias e posicionamentos. Deste evento, pude ver na prática uma parte de como a cultura e a arte constituem a identidade da Ocupação Penha Pietra’s.

A primeira reunião com a coordenação da Penha Pietra’s ocorreu no mês de Maio. A dinâmica se deu na minha apresentação para as coordenadoras da ocupação - Giulia e Gabriela - e uma pequena introdução de nossas vontades, das demandas da ocupação segundo as coordenadoras e de uma primeira coleta de informações a respeito do perfil dxs moradorxs do território.

Das demandas trazidas pelas coordenadoras da Penha Pietra’s, podemos listar as seguintes:

1. A necessidade de uma atenção à saúde mental, de maneira ativa, dentro do espaço da ocupação;

O ato de ocupar, a incerteza de uma ação de reintegração de posse e a dinâmica dentro de um espaço com pendências de manutenção estrutural e de serviços básicos é desgastante. Isso foi - e é - algo trazido frequentemente pelxs moradorxs, segundo a coordenação.

2. Uma oficina voltada ao público em geral da ocupação, sem recorte etário e de gênero;

As diversas atividades internas da ocupação, em toda sua riqueza processual e cultural, possuem um recorte específico de público alvo. A coordenação, então, levantou a possibilidade de realizarmos uma oficina sem este tipo de recorte.

3. Uma oficina de fazer artístico, educação artística e saúde mental que leve em consideração as vontades dxs participantes - ou “algo mais livre”, no caso.

Segundo a coordenação, as oficinas e atividades realizadas na ocupação tem, como aspecto principal, uma atividade em específico (na linguagem ou proposição), sem uma abertura ativa para as ideias e demandas trazidas pelxs moradorxs.

4. Um “produto final”

As atividades conduzidas até então na ocupação, por mais processual que sejam, não possuem um “produto final”, como uma exposição de encerramento de ciclo, por exemplo. A exposição, ou qualquer materialização de fechamento de ciclo, seria uma forma de reconhecimento da construção de um processo.

Da caracterização da Penha Pietra's, as informações dadas pelas coordenadoras são do primeiro semestre de 2023. Por ser uma ocupação nova, a rotatividade de famílias e moradorxs é alta, o que faz com que o número seja, neste trabalho, aproximado. A ocupação é lar de 104 moradores, em sua maioria composta por mulheres e crianças (totalizando 64 moradorxs), e um número considerável de migrantes de países latino americanos, em especial a Venezuela. O prédio possui espaços comuns de convivência como um mezanino - destinado às crianças -, biblioteca, lavanderia e cozinha comum. A estrutura do prédio foi ocupada inicialmente a partir da divisão dos quartos do antigo hotel abandonado que antes funcionava; isso faz com que os apartamentos de cada família sejam divididos a partir da distribuição dos antigos quartos, a depender da necessidade de cada família. Isso também dificulta a instalação de cozinhas “particulares”, fazendo com que a cozinha comum seja intensamente utilizada. Finalmente, o acesso à água e ao esgoto na ocupação ainda é limitado, e a circulação do prédio é feita pelas escadas uma vez que o elevador ainda não passou por uma manutenção necessária para a segurança de sua utilização.

O processo de vivência e caracterização da ocupação Penha Pietra's tomou alguns meses, e foi formado a partir de reuniões com a coordenação, vivências dentro do espaço, pesquisa a partir das páginas da ocupação e da Frente de Luta por Moradia,

assim como trabalhos audiovisuais e matérias da internet sobre a ocupação e o movimento.

O diálogo com a coordenação da ocupação é um tema que merece uma análise cuidadosa, a fim de não cair em lugares fáceis e rasos. Nos relatos de Giovana sobre a sua experiência dentro do grupo de estagiárixs do Núcleo de Educação do curso de psicologia da PUC, ela citou uma dificuldade em marcar reuniões e estabelecer um diálogo extenso com a coordenação. Para ela, existe uma diferença entre o tempo de se estabelecer um diálogo para proposição de atividades dentro de espaços como ocupações de moradia, em comparação com instituições. Isso ocorre, dentre muitos fatores, pelo fato da coordenação da ocupação ser responsável por praticamente todos os aspectos administrativos, políticos e de convivência do território. Infraestrutura do espaço, reformas necessárias, organização das famílias, e a organização das escalas de trabalho de limpeza e portaria são apenas algumas das responsabilidades da coordenação da ocupação. Ainda, a organização de atividades de formação política do movimento, das atividades culturais, e de qualquer tipo de mobilização jurídica contra ações de despejo e reintegração de posse - que são constantes -, também são de responsabilidade da coordenação. Deste modo, é natural que o tempo para a formação e andamento de um diálogo com a coordenação a respeito das oficinas na ocupação tome mais tempo do que em uma instituição educacional formal ou um museu, por exemplo. Uma ocupação é atravessada por disputas e necessidades políticas, econômicas e sociais no plano simbólico e principalmente no plano prático.

Dito isso, percebemos nesse meio tempo que esperar pela coordenação para começar a elaborar propostas de oficinas não seria justo com Giulia e Gabriela. Já tínhamos a “autorização” da coordenação para começarmos a elaborar planejamentos de atividades, informações sobre a caracterização do espaço, e vivência - dentro do possível - no espaço da ocupação. Para Giovana, então, seria preciso “ocupar” o espaço que nos foi cedido; partir das informações e vivências que tínhamos para começar a propor, e assim realizar os trabalhos em conjunto com xs moradorxs. Na última reunião de planejamento com a coordenação, no final de julho, definimos o local e dia específicos para as oficinas. A agenda de atividades da Penha Pietra’s é agitada, e por sermos um grupo de duas pessoas, propomos que as oficinas acontecessem a

cada 15 dias, às quartas-feiras - que por sorte era o único dia da semana sem atividades ordinárias previstas durante a noite. A grande presença de feriados nas quintas-feiras no segundo semestre fez com que a dinâmica de uma oficina a cada 15 dias fosse prejudicada pela possibilidade de esvaziamento, e logo, chegamos a conclusão de realizar dois encontros em duas quartas-feiras de cada mês a partir de setembro. O local dos encontros escolhido foi a biblioteca, localizada no 1o andar da ocupação.

Partindo, então, de todas as vivências, demandas e informações da ocupação e sua comunidade, começamos a planejar nossos encontros. Das demandas trazidas, queríamos levar todas elas em consideração enquanto norteadoras, e não definidoras.

No que diz respeito ao conteúdo mais “livre” da proposta, à abertura para a comunidade da ocupação como um todo e a atenção à saúde mental, esses três aspectos foram fundamentais para a elaboração da primeira proposta. Tínhamos muitas informações e demandas dadas pela coordenação da ocupação e vivência em atividades abertas; não tínhamos, no entanto, um contato direto com a comunidade moradora da Penha Pietra's. Essa constatação nos levou para o objetivo central das primeiras oficinas: atividades que nos apresentasse para o público participante, e que o público participante se apresentasse a nós. A demanda de uma oficina “mais aberta” também contribuiu para esta ideia; uma oficina que tivesse sua centralidade na apresentação de cada participante tem uma abertura considerável e dada àquelxs que iriam construir a atividade conosco. Finalmente, a partir da demanda sobre atenção à saúde mental, e pelo fato de Giovana ser psicóloga, levantamos a possibilidade de trabalhar com palavras, material familiar aos processos de acolhimento e terapia.

As ideias, demandas, possibilidades e desejos se materializaram no ciclo de duas oficinas batizado de “Palavra-Guia”. A primeira oficina foi organizada a partir da apresentação dxs participantes da atividade: eu e Giovana nos apresentaríamos para xs partipantxs, nossa proposta de oficinas de arte e saúde mental e um resumo da oficina preparada para o dia. Em seguida, pediríamos para que xs participantes se apresentassem do jeito que quisessem - nome, idade, profissão, há quanto tempo está na ocupação, por exemplo -, e ao final da apresentação citassem uma palavra especial para elxs, podendo ser uma “palavra favorita” ou que estivesse presente no

cotidiano delxs. A partir do momento em que todxs se apresentassem, proporíamos o desenho da palavra escolhida. Finalmente, o momento final da atividade seria conduzido por meio de um compartilhamento das produções dxs participantes. A oficina foi marcada para o dia 20 de setembro de 2023, das 19h às 20h30, no espaço da biblioteca da ocupação.

Uma vez que a oficina foi marcada, saímos em busca dos materiais necessários para ela. A simplicidade da proposta nos ajudou a procurar e a comprar materiais objetivos para o desenho, como lápis, canetas, borracha, apontador, papel A4 colorido e giz. A ocupação não dispunha de materiais para a oficina, e logo tivemos que organizar uma pequena campanha de doação de materiais, e comprar aqueles que não conseguissimos a partir dela. Utilizando das redes sociais, produzimos *posts* pedindo por doação de materiais artísticos, listando-os e divulgando para amigxs, colegas e familiares. Após um curto período de tempo, tivemos a felicidade de levantar um número considerável de materiais; tivemos que comprar somente os papéis A4 coloridos, alguns lápis e borrachas a mais - a fim de que não faltassem, afinal não sabíamos quantxs participantes teríamos em nossa primeira oficina.

Uma vez que a oficina estava planejada, os materiais encaminhados, desenvolvemos uma imagem e um pequeno texto para divulgação nos grupos de WhatsApp da ocupação.



Imagem 14: Material de divulgação do ciclo de oficinas “Palavra-Guia”

- I. **Fonte: Arquivo pessoal**
- II. O primeiro material de divulgação foi compartilhado com um erro nas datas das oficinas, logo depois corrigido por meio de mensagem de texto

No dia 20 de setembro chegamos 15 minutos antes do horário da oficina, fomos em direção à biblioteca e organizamos os materiais, mesas e cadeiras disponíveis no espaço. Xs participantes começaram a chegar pouco antes do horário e, aos poucos, se sentando enquanto nos apresentávamos para quem chegasse. Uma vez que um número considerável de participantes chegou, e o horário da oficina começou há alguns minutos, iniciamos a atividade apresentando a proposta para xs moradorxs da Penha.

O número de participantes foi muito além do esperado, totalizando pouco mais de 20 participantes, dentre elxs crianças, adolescentes, adultos e idosos. Das crianças e adolescentes havia um equilíbrio de representatividade de gênero; dos adultos e idosos, por sua vez, a presença de pessoas do gênero feminino era contrastante ao da presença de pessoas do gênero masculino. Pelo fato do espaço da biblioteca não ser grande, e o número de mesas não ter sido o suficiente para acomodar a todxs confortavelmente nelas, ficamos preocupados inicialmente com o grande número de

participantes. Isso, no entanto, se provou irrelevante, uma vez que xs próprixs moradorxs se organizaram para que todxs tivessem ao menos uma cadeira e um suporte para o desenho, seja na mesa ou sobre um livro grande e de capa dura.

A condução da oficina correu tranquilamente; todos xs participantes se apresentaram confortavelmente e escolheram suas palavras, na maioria das vezes compartilhando a razão na qual fundamentou sua escolha. A partir da apresentação de todxs, propomos então que desenhássemos as palavras que escolhemos nas nossas apresentações.



Imagem 15: Registro da primeira oficina “Palavra-Guia”

I. Fonte: Arquivo divulgação da Ocupação Penha Pietra’s

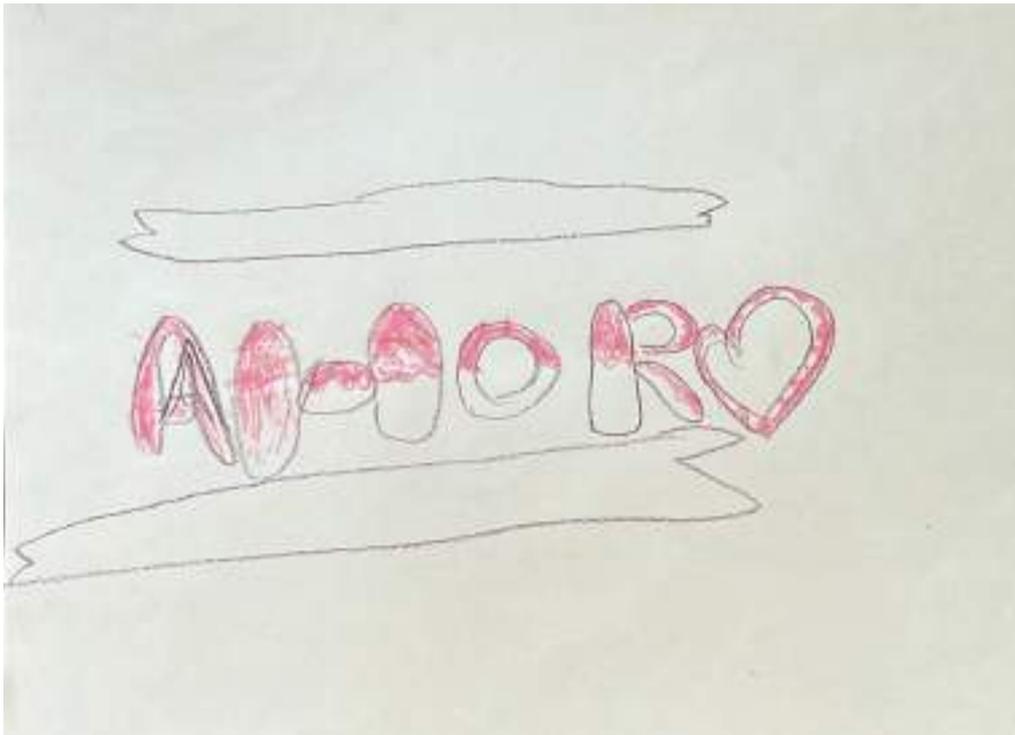


Imagem 16: Desenho de Júlia a partir da palavra "Amor"

I. Fonte: Idem



Imagem 17: Desenho de Joana a partir da palavra "Perseverança"

I. Fonte: Idem



Imagem 18: Desenho de Julia a partir da palavra "Desafio"

I. Fonte: Idem

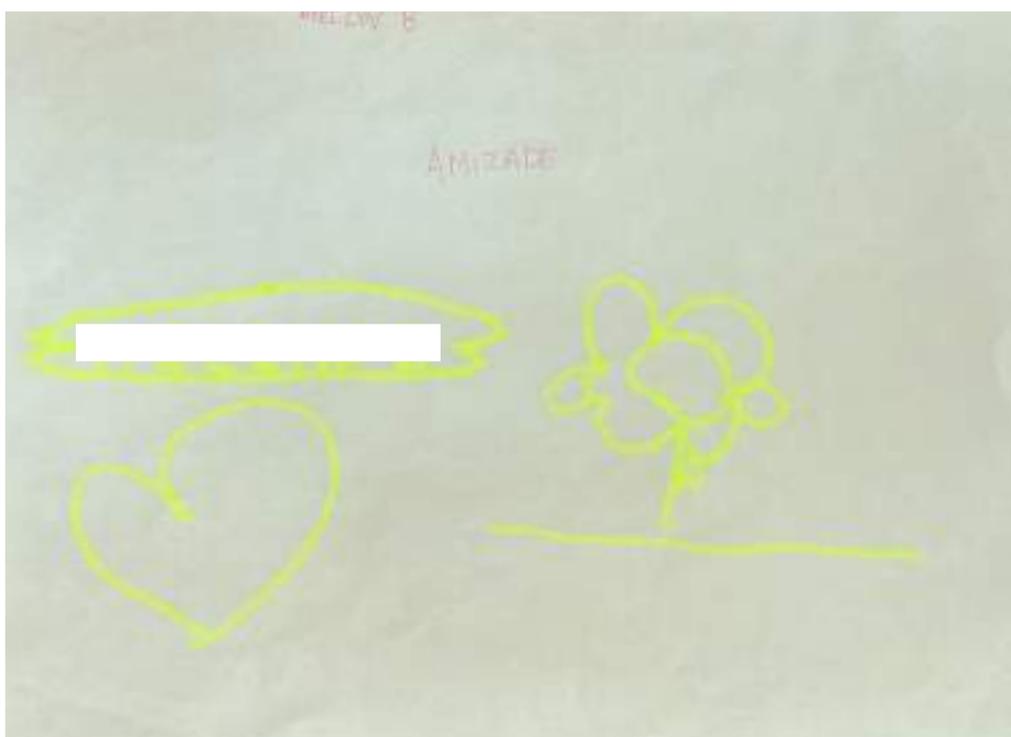


Imagem 19: Desenho de Nicole a partir da palavra "Amizade"

I. Fonte: Idem



Imagem 20: Desenho de Ana a partir da palavra "Saúde"

I. Fonte: Idem

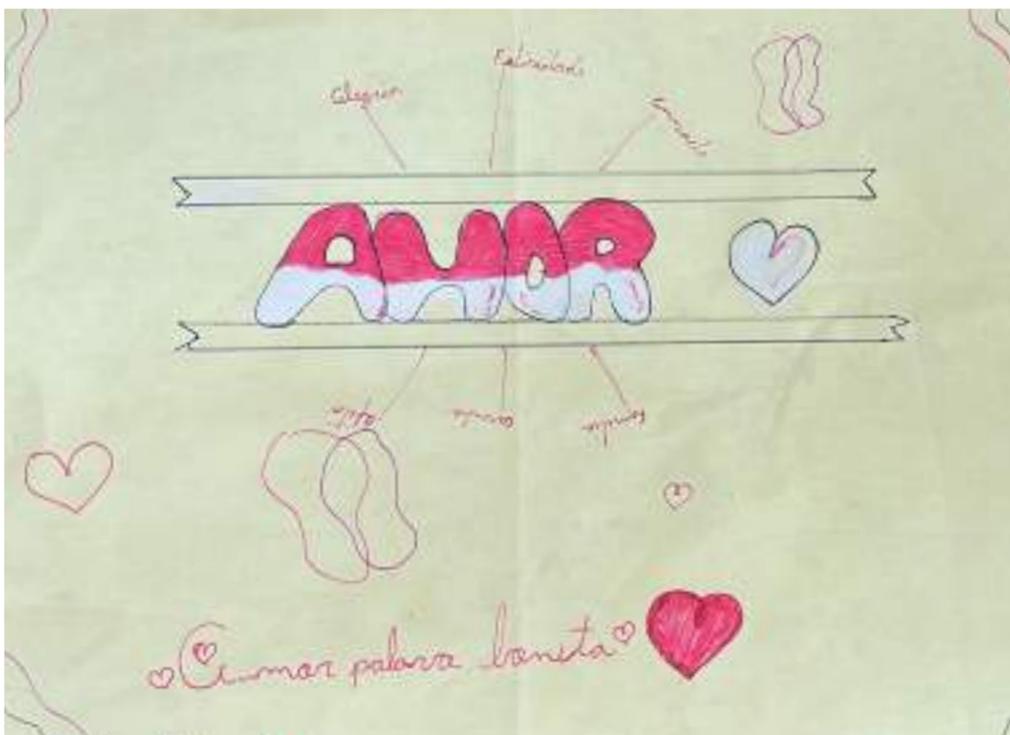


Imagem 21: Desenho de Rebeca a partir da palavra "Amor"

I. Fonte: Idem



Imagem 22: Desenho de Yasmin a partir da palavra "Quem não luta tá morto"

I. Fonte: Idem

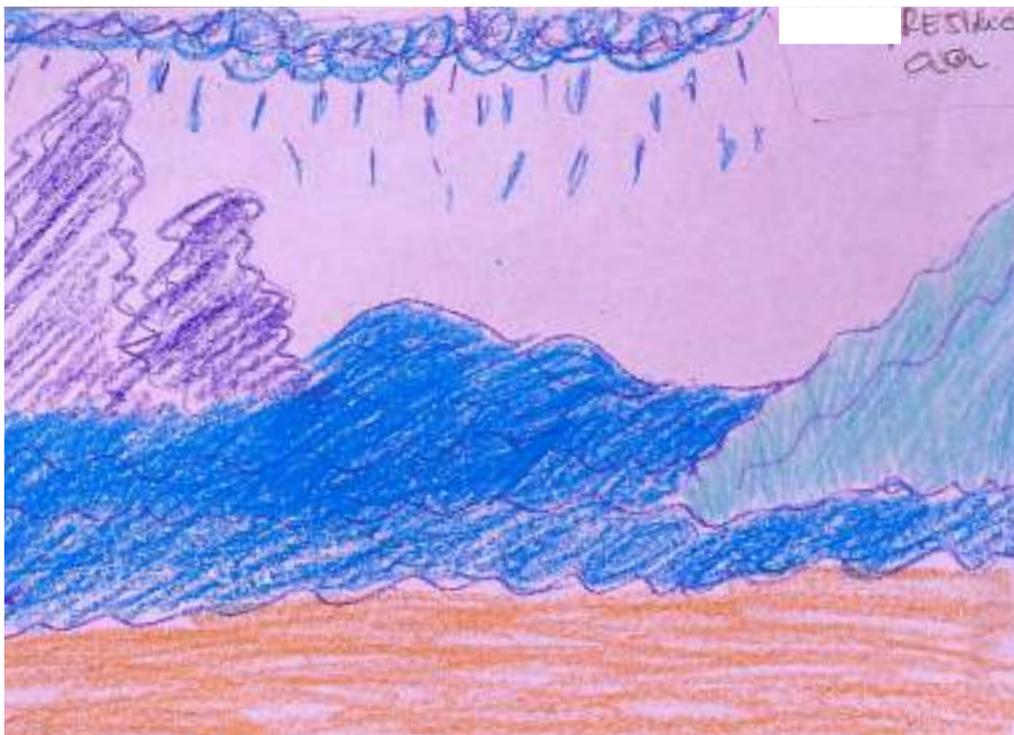


Imagem 23: Desenho de Lúcia a partir da palavra "Resiliência"

I. Fonte: Idem



Imagem 24: Desenho de Sílvia a partir da palavra “Amor”

I. Fonte: Idem

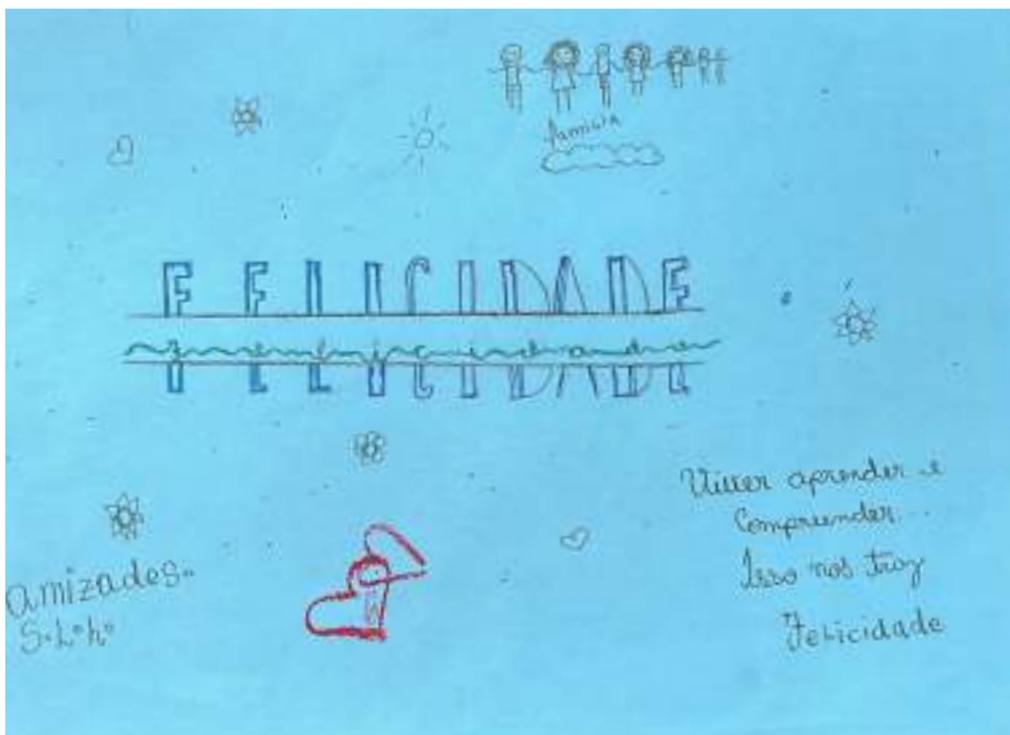


Imagem 25: Desenho de Gisele a partir da palavra “Felicidade”

I. Fonte: Idem



Imagem 26: Desenho de Pedro a partir da palavra "Sonic"

I. Fonte: Idem



Imagem 27: Desenho de Isabela a partir da palavra "Gratidão"

I. Fonte: Idem



Imagem 28: Desenho de Miguel a partir da palavra "Futebol"

I. Fonte: Idem

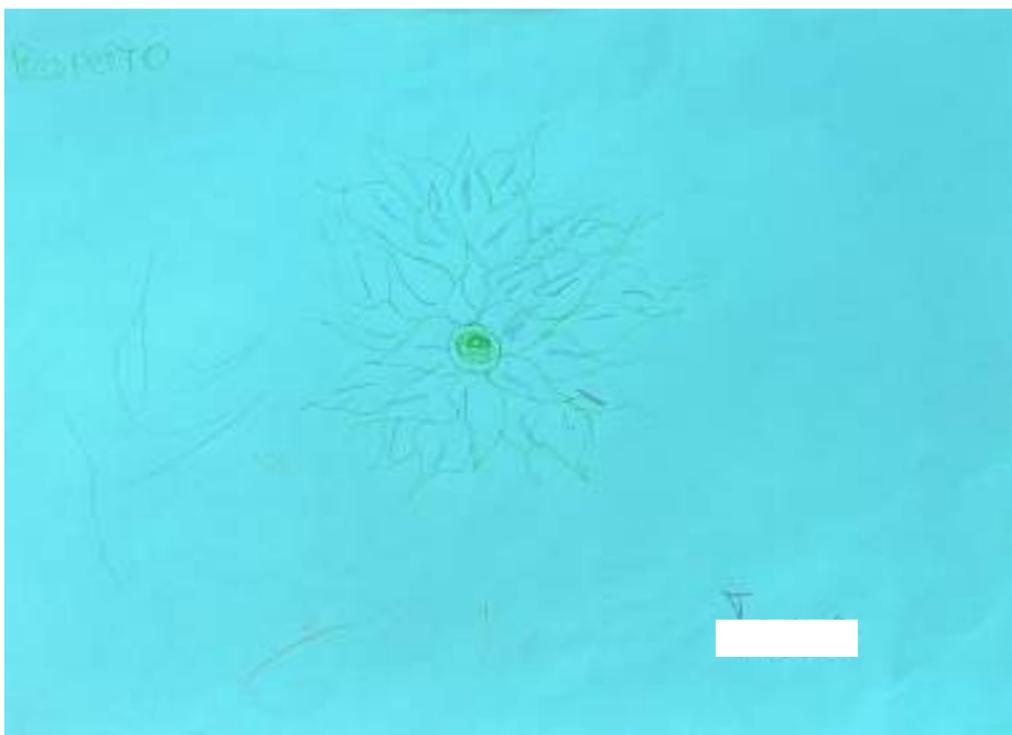


Imagem 29: Desenho de Thais a partir da palavra "Respeito"

I. Fonte: Idem



Imagem 30: Desenho de Andre a partir da palavra "Super"

I. Fonte: Idem



Imagem 31: Desenho de Ray a partir da palavra "Integridade"

I. Fonte: Idem



Imagem 32: Desenho de André a partir da palavra "Só vem!"

I. Fonte: Idem



Imagem 33: Desenho de Violeta a partir da palavra "Felicidad"

I. Fonte: Idem



Imagem 34: Desenho de Thomás a partir da palavra "Paz"

I. Fonte: Idem



Imagem 35: Desenho de Naomi a partir da palavra "Amor"

I. Fonte: Idem



Imagem 36: Desenho de Rafael a partir da palavra "Ação"

I. Fonte: Idem



Imagem 37: Desenho de Maria a partir da palavra "Respeito"

I. Fonte: Idem



Imagem 38: Desenho de Daniela a partir da palavra "Arte"

I. Fonte: Idem

Uma vez encerrada a atividade, fechamos o encontro propondo uma dinâmica de compartilhamento dos desenhos produzidos. É comum pensar que momentos como este geram um pouco de tensão e desconforto; partindo, então, desta possibilidade, deixamos claro que o compartilhamento das produções não era algo obrigatório. Acredito que este cuidado tenha vindo do fato da oficina também tratar de saúde mental, e logo, de questões sensíveis à subjetividade; deste modo, não queríamos criar um ambiente em que alguém se sentisse forçado a se expor nesse sentido. Felizmente nossas ansiedades foram frustradas pelos próprios participantes, que se organizaram na dinâmica de uma roda para apresentar e contar sobre suas palavras e os desenhos que fizeram, de maneira autônoma.

Dos desenhos produzidos, gostaria de destacar dois cujo compartilhamento pode nos dar pistas para uma análise da produção realizada: Isabela⁴⁹, moradora da ocupação e enfermeira, escolheu a palavra “gratidão” durante a apresentação, e desenhou um sol saindo entre nuvens. Joana⁵⁰, também moradora da Penha - por sua vez - escolheu a palavra “perseverança”, e ilustrou o conhecido conto do coelho e da tartaruga.

⁴⁹ Nome alterado para preservar a identidade - essa escolha foi feita a partir de uma conversa com a coordenação da ocupação

⁵⁰ Nome alterado para preservar a identidade - essa escolha foi feita a partir de uma conversa com a coordenação da ocupação



Imagem 39: Registro do desenho de Isabela a partir da palavra “Gratidão”

I. Fonte: Idem



Imagem 40: Registro do desenho de Joana a partir da palavra “Perseverança”

II. Fonte: Idem

A maioria das palavras escolhidas pelxs participantes flutuam no universo dos sentimentos, das relações e da vida pessoal. “Saúde”, “Cuidado”, “Saudade”, “Amizade”, “Amor”, “Resiliência”, “Desafio”, “Gratidão”, “Integridade”, “Perseverança”, “Respeito”, “Felicidade”, “Arte”, “Ação” e “Paz”, por exemplo.

A divulgação das oficinas, compartilhada nos grupos de WhatsApp da comunidade da ocupação, destacou a relação entre a Arte e a Saúde Mental - que por sua vez vêm da confluência das áreas de atuação minha e de Giovana. É plausível pensar que isso teria influenciado a escolha de palavras pelxs participantes, afinal isso foi reafirmado quando nos apresentamos no começo da atividade. No entanto, seria antecipado - e até mesmo um erro - reduzir a escolha delxs a este fato. Afinal, fizemos questão de falar que a escolha da palavra era livre, e houve participantxs da oficina que escolheram palavras fora deste universo. Da mesma forma, é possível pensar que a escolha dessas palavras reflete a experiência dxs moradorxs na ocupação. Mas, novamente, reduzir as escolhas das palavras e os desenhos a isso seria antecipado e até mesmo carregado de pré concepções perigosas, no sentido de que toda forma de expressão produzida por pessoas que constituem essa comunidade é definida por sua condição enquanto moradores de uma ocupação. “Analisar” desenhos e expressões artísticas tem um limite até onde uma leitura única de diversas manifestações criativas pode ir, e sinto que posso ir até um ponto em considerar que, de fato, os desenhos produzidos passam pelo contexto da oficina de arte e saúde mental, e também pela experiência dxs participantes no território de uma ocupação. Ainda, posso dizer também que as palavras e os desenhos se inserem num contexto para além do da ocupação pelo fato de que o universo da saúde mental, dos sentimentos e das relações ter um lugar privilegiado na discussão pública hoje - e cada vez mais acessível -, no Brasil. Estes aspectos formam um universo com muitos outros que se somam.

Dos desenhos de Isabela e Joana, por sua vez, é possível traçar uma linha analítica com maiores contornos, uma vez que seus compartilhamentos tiveram certo destaque na dinâmica da oficina a partir de seus próprios relatos. Isabela compartilhou que

escolheu a palavra “gratidão” por, segundo ela, ter passado recentemente por uma forte depressão e, nesse processo, ter tido que acreditar que dias melhores viriam, assim como o sol volta a brilhar em meio às nuvens. Joana, por sua vez, escolheu a palavra “perseverança”, e ilustrou o conto do coelho e da tartaruga que, segundo ela, representa a perseverança enquanto a ideia de que devagar se vai longe em direção a uma meta.

A partir destes compartilhamentos, e da dinâmica de acolhimento que se deu em cada um deles, posso dizer que a oficina “Palavra-Guia” foi - dentre muitas coisas - um espaço de compartilhamento, acolhimento e para que pudéssemos nos conhecer com maior profundidade a partir da produção artística. Saímos da oficina muito contentes e com um sentimento de que o planejamento da oficina se deu no plano prático de maneira acolhedora, dinâmica e assertiva com nossos desejos para ela.

A segunda oficina do ciclo “Palavra-Guia” foi pensada enquanto continuidade e adaptação da primeira proposta. Se na primeira oficina xs participantes desenharam as palavras que escolheram no momento de apresentação, a segunda partiria dessas mesmas palavras. Numa dinâmica de sorteio entre o universo de palavras da primeira oficina, cada pessoa teria de retirar uma palavra aleatória deste universo para, em seguida, produzir um desenho dela. Neste lugar, cada participante entraria em contato com a palavra escolhida pelo outro, e o desenho materializaria este diálogo.

Fizemos uma pequena lista com as palavras levantadas na primeira oficina, imprimimos 3 cópias de cada - para termos certeza de que haveria palavras suficientes para todxs - e as recortamos; em seguida, colocamos todas elas num saco plástico. A oficina seria então conduzida a partir da retirada de uma palavra por cada participante e posterior desenho desta em papel A4 colorido, finalizando com novamente uma dinâmica de compartilhamento das produções. Uma vez organizada, preparamos um novo material de divulgação e compartilhamos nos grupos de WhatsApp da Penha Pietra's.



Imagem 41: Divulgação do segundo encontro do Ciclo de Oficinas "Palavra-Guia"

I. Fonte: Arquivo pessoal

No dia 27 de setembro conduzimos a oficina na mesma hora e local. O número de participantes da oficina foi menor em relação ao primeiro, com uma maior presença de crianças e adolescentes. Começamos a oficina nos apresentando novamente, e perguntando se havia alguém que não tinha participado da oficina anterior. Uma vez que havia novxs participantes, propomos uma dinâmica em que aqueles que participaram da atividade anterior contassem o que havia sido trabalhado na última oficina - deste modo, construímos um entendimento comum do que havíamos produzido; e partir disso iniciamos a atividade planejada.

Introduzimos a proposta da oficina, e xs participantes pegaram individualmente uma palavra do saco plástico. Definimos que, se por acaso, alguém pegasse a própria palavra, devolvesse-a e pegasse outra, a fim de praticar a proposta do desenho a

partir da palavra do outro. Após esta dinâmica, xs participantes da oficina começaram a desenhar e, ao final, compartilharam suas impressões de um jeito especial. Propomos que cada umx mostrasse seu desenho sem mencionar a palavra que havia pego, e que nós deveríamos adivinhar a palavra a qual o desenho representaria.



Imagem 42: Registro do segundo encontro do Ciclo “Palavra-Guia”

I. Fonte: Idem



Imagem 43: Desenho de Luísa a partir da palavra “Perseverança”

I. Fonte: Idem



Imagem 44: Desenho de Francisca a partir da palavra “Saúde”

I. Fonte: Idem



Imagem 45: Desenho de Gael a partir da palavra "Felicidade"

I. Fonte: Idem

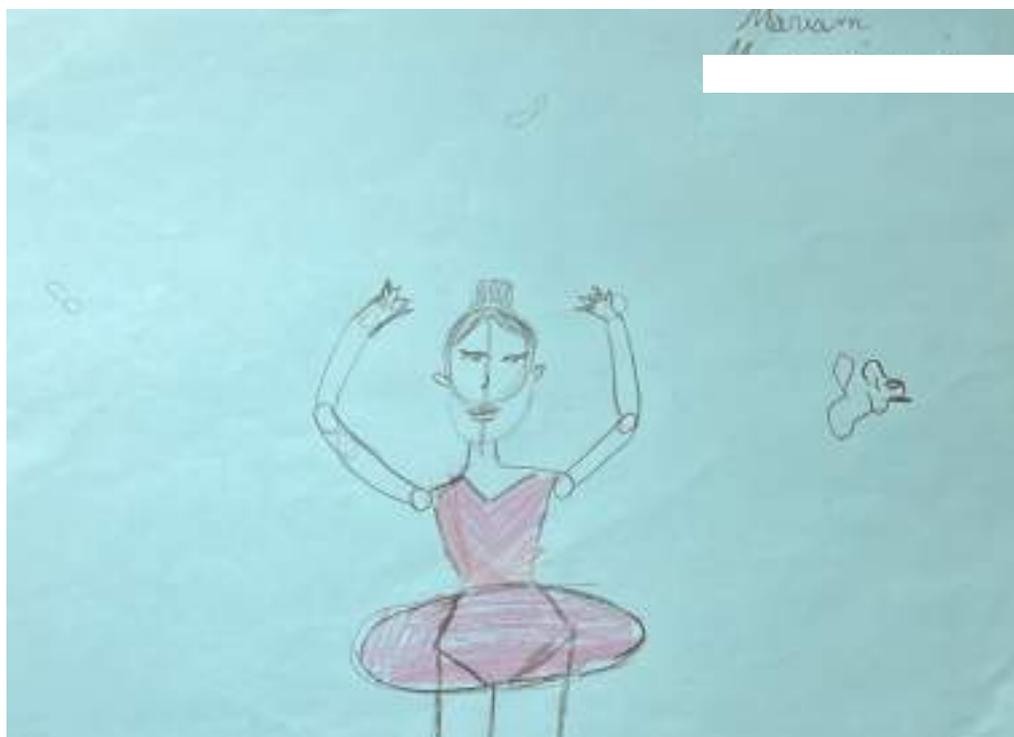


Imagem 46: Desenho de Maria a partir da palavra "Arte"

I. Fonte: Idem



Imagem 47 Desenho de Natália a partir da palavra "Arte"

I. Fonte: Idem

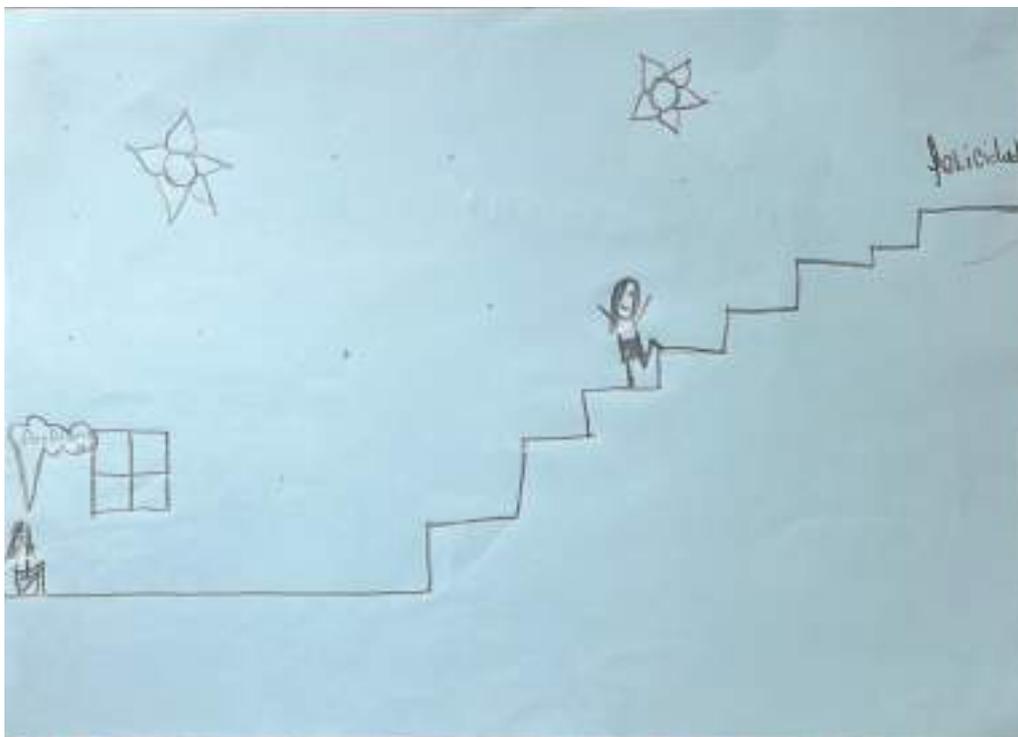


Imagem 48: Desenho de Ana Miriam a partir da palavra "Perseverança"

I. Fonte: Idem



Imagem 49: Desenho de Júlia a partir da palavra "Saudade"

I. Fonte: Idem



Imagem 50: Desenho de Joana a partir da palavra "Arte"

I. Fonte: Idem



Imagem 51: Desenho de Ana a partir da palavra "Super"

I. Fonte: Idem



Imagem 52: Desenho de Miguel a partir da palavra "Amizade"

I. Fonte: Idem

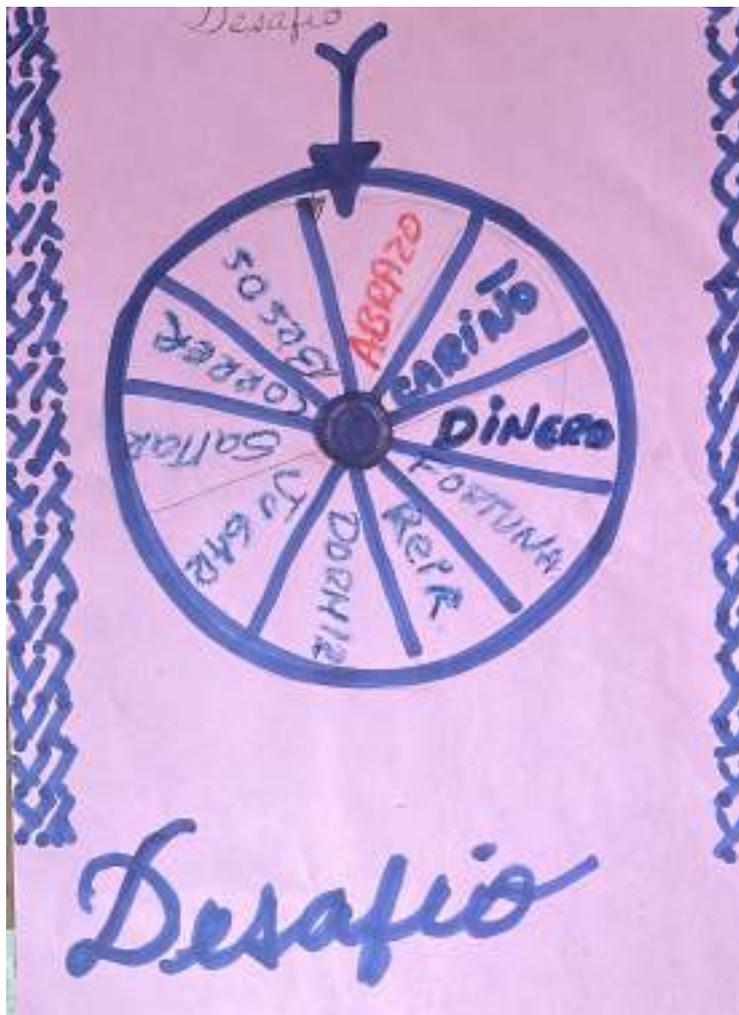


Imagem 53: Desenho de Violeta a partir da palavra "Desafio"

I. Fonte: Idem



Imagem 54: Desenho de Thomás a partir da palavra "Ação"

I. Fonte: Idem



Imagem 55: Desenho de Bruno a partir da palavra "Cuidado"

I. Fonte: Idem

A dinâmica de compartilhamento foi espontânea e leve, e de maneira que se transformou em uma espécie de jogo de adivinhação da palavra a partir do desenho. Nesta dinâmica, o lugar da comparação foi colocado em segundo plano; isto é, o foco não seria corresponder ao desenho do outro, mas a realização de um desenho a partir da palavra escolhida pelo outro.

Retomo o desenho de Joana a respeito da palavra “perseverança”, e pego a produção de Luísa⁵¹ para analisar essa condição de um desenho a partir da palavra do outro.

O desenho de Joana a respeito da perseverança representa o conto do coelho e da tartaruga que, nas palavras dela, ilustra a ideia de perseverança enquanto o caminho lento em direção a uma “meta”. O desenho de Luísa, por outro lado, suspende uma noção direcionada do que seria a perseverança, figurando uma flor nascendo em meio a uma rachadura. Não quero fazer uma comparação qualitativa aqui - não acho que seja o meu lugar fazer isso, e nem da proposta das oficinas -, o que eu quero fazer com essa comparação é colocar em evidência a diferença entre dois desenhos que vêm de uma mesma palavra-guia: perseverança. Os dois desenhos evidenciam como uma palavra pode ter múltiplos sentidos a depender de cada pessoa, assim como o simbólico opera de maneiras diferentes a partir de um mesmo ponto de partida.

⁵¹ Nome alterado para preservar a identidade - essa escolha foi feita a partir de uma conversa com a coordenação da ocupação



Imagem 55 – Registro do desenho de Luísa a partir da palavra “Perseverança”

I. Fonte: Idem



Imagem 56: Registro do desenho de Joana a partir da palavra “Perseverança”

III. Fonte: Idem

Ao final da oficina, saímos com a vontade de continuar com o uso da palavra enquanto guia, ou ao menos parte importante das propostas de nossos futuros planejamentos. Aos poucos, elementos que nos deram dicas e recursos para construção de uma continuidade nas oficinas foram aparecendo, e começamos a vislumbrar um caminho possível para as próximas atividades.

As próximas oficinas do ciclo foram previstas para acontecer nos dias 18 e 25 de outubro, no mesmo horário e espaço. Em nossas reuniões de planejamento, sentimos a necessidade de conciliar uma série de coisas, dentre elas a limitação a partir da disponibilidade de materiais, a vontade de uma continuidade das propostas passadas, e a diversidade de linguagens ou formas artísticas que queríamos trabalhar com xs

participantes. Desta forma, então, partimos de nossas vontades primeiramente para colocar na mesa o maior número possível de propostas, para em seguida serem confrontadas com as possibilidades e impossibilidades práticas do espaço da ocupação, da quantidade de participantes, do espaço e da acessibilidade.

Partimos da vontade de continuar a trabalhar com as palavras. Se nas últimas oficinas o que direcionou as produções em desenho dxs participantes foram as palavras-guia trazidas por elxs, combinamos de propor uma atividade que partisse da escolha de uma palavra a partir de um material já dado. Além disso, algumas crianças e adolescentes tinham expressado o desejo de trabalhar com colagem, e isso foi levado em consideração na hora do planejamento; tendo em vista o universo limitado de materiais e do espaço da ocupação, a proposta então de recorte e colagem - sem, contudo, descartar o desenho - pareceu uma boa alternativa.

A partir desse universo de possibilidades, desejos e demandas, começamos a esboçar um planejamento com maiores contornos. A relação entre a palavra e a imagem seria o ponto de partida, e o recorte e a colagem a forma que materializa essa discussão. Nossa proposta de atividade para a primeira oficina de outubro seria, então, focada na linguagem do recorte e da colagem, e a apropriação da palavra e da imagem já existentes no mundo. Num primeiro momento, planejamos propor para xs participantes o recorte e a colagem de palavras e frases encontradas e escolhidas nas revistas e jornais levados por nós. A atividade teria continuidade a partir da mesma operação, desta vez na seleção, recorte e colagem tão somente de imagens no mesmo suporte compositivo.

A oficina do dia 18 de outubro não pôde acontecer por motivos de ordem pessoal meus. Com isso, transferimos a proposta para o dia 25, e tivemos que remanejar o planejamento de continuidade da primeira oficina de outubro para uma outra oportunidade. A impossibilidade de remarcar a oficina não dada para o mesmo mês fez com que a oficina do dia 25 fosse a única de outubro.

A oficina na Ocupação Penha Pietra's do dia 25 ocorreu no mesmo horário (19h), e local (biblioteca). O número de participantes foi o mesmo ao da segunda oficina de setembro, mas desta vez a presença de crianças e adolescentes compreendeu a

totalidade dxs participantes. Iniciamos a atividade com a dinâmica de nos apresentarmos e de retomarmos, de maneira coletiva, o que havia sido feito no mês anterior, para acolhermos aqueles que não tinham participado das oficinas anteriores. Em seguida, compartilhamos nossa proposição com xs participantes, que logo iniciaram a atividade; na prática, constatamos que a divisão de momentos na etapa referente ao recorte e à colagem - um primeiro momento focado nas palavras e um segundo nas imagens - não foi efetiva. Mais ainda, que essa divisão não teve, na prática, o mesmo sentido que pensamos haver na teoria. Foram poucxs xs participantes que fizeram a atividade separando os dois momentos, e muitos os que questionaram se poderiam selecionar, recortar e colar as imagens e as palavras ao mesmo tempo. A relação entre a imagem e a palavra não necessariamente precisa dessa separação tão rígida, sendo exercitada justamente na prática conjunta de seleção, recorte e colagem destes dois universos linguísticos.



Imagem 57: Registro da oficina de Recorte e Colagem

I. Fonte: Idem



Imagem 58: Colagem de Bruno - Oficina Recorte e Colagem

I. Fonte: Idem



Imagem 59: Colagem de Natália - Oficina Recorte e Colagem

I. Fonte: Idem



Imagem 60: Colagem de Júlia - Oficina de Recorte e Colagem

I. Fonte: Idem



Imagem 61: Colagem de Isabela - Oficina de Recorte e Colagem

I. Fonte: Idem



Imagem 62: Colagem de Luísa - Oficina Recorte e Colagem

I. Fonte: Idem

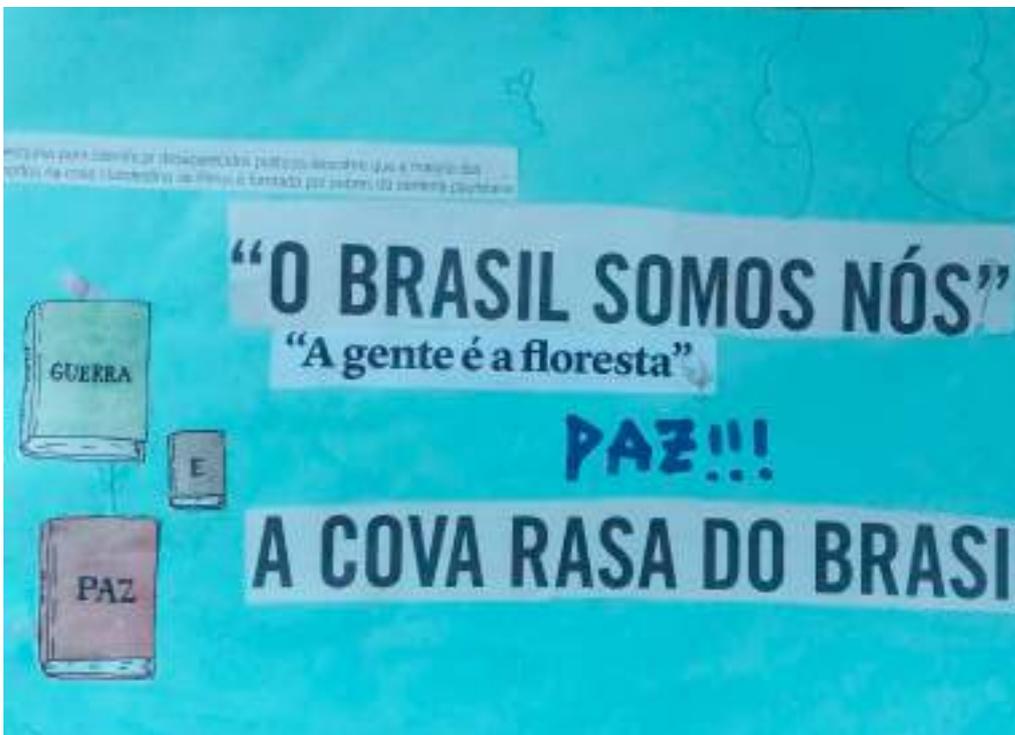


Imagem 63: Desenho de Miguel - Oficina Recorte e Colagem

I. Fonte: Idem

Em nosso planejamento, não previmos que a atividade exigiria um tempo considerável de organização e limpeza do local. A linguagem do recorte e da colagem a partir de revistas e jornais produz retalhos pequenos de papel em número considerável, o que fez com que o tempo dedicado ao compartilhamento das produções tenha sido utilizado para a limpeza do espaço. A biblioteca recebe também reuniões do movimento e da ocupação durante a semana, além de ser um espaço comum de convivência dxs moradores, fazendo com que a limpeza do local seja prioridade imediata, uma vez que o planejamento do tempo de limpeza previu a presença de todxs xs participantes neste momento, a fim de criar um espaço de exercício de cuidado com o espaço da oficina.

Do conjunto das atividades até então realizadas, observamos um aspecto importante a respeito do público participante, que, por sua vez, vale uma discussão mais aprofundada.

O público participante das oficinas foi, aos poucos, caracterizando-se enquanto um grupo composto integralmente por crianças e adolescentes. Assim como nas oficinas da Ocupação 9 de Julho, cujo grupo de participantes era em sua esmagadora maioria composto por também crianças e adolescentes - com participações momentâneas de mulheres idosas -, o mesmo fenômeno foi identificado nas atividades realizadas na Penha Pietra's. É claro que ambos os casos têm suas particularidades, mas também aspectos comuns que valem a pena serem analisados e discutidos. Dentre eles, o modo no qual a economia do cuidado no Brasil é estruturada⁵².

Em uma reportagem do Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE) da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA-USP)⁵³ sobre a Penha Pietra's, a organização familiar dentro do território é discutida na perspectiva das mães que vivem na ocupação. Segundo a matéria, no Brasil existem 8 milhões de mães que não possuem apoio de outras pessoas para cuidar de seus filhos. Na Penha Pietra's isso não é

⁵² Este assunto foi, inclusive, tema da redação do Enem de 2023: "Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil".

⁵³ Para ver a matéria - separada em duas partes - na íntegra, acesse: https://www.youtube.com/watch?v=2kr_uHgtbqQ e https://www.youtube.com/watch?v=K4eQddUT_EU (acesso dez 2023)

diferente – segundo a mesma reportagem, seriam 8 as mulheres moradoras que criam os seus filhos sozinhas. Neste contexto, a comunidade da ocupação tornou-se um espaço de acolhimento e cuidado entre xs moradores para a criação das crianças e adolescentes que vivem lá, formando uma rede de apoio. Na realidade brasileira, na qual existem 11 milhões de mães - sendo a maioria delas mulheres negras - que encabeçam a criação de seus filhos⁵⁴, e 50,8% das famílias são chefiadas por mulheres, essa rede de acolhimento faz a diferença⁵⁵. A dupla e tripla jornada de mulheres e mães brasileiras é uma realidade nesse cenário, onde o trabalho formal, o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado se encavalam no dia a dia, sem o devido reconhecimento enquanto trabalho e remuneração. A possibilidade, então, que a rede de apoio formada na Penha Pietra's cria de acolhimento e cuidado com todas as crianças e adolescentes que vivem lá produz qualidade de vida para as mães - que se encontram com tempo para descanso e realização de outras atividades - e também para as crianças e os adolescentes, cuja mesma rede cria um ambiente de moradia seguro, acolhedor, afetivo e digno para elas - direito este previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

As oficinas, então, passam invariavelmente por esta rede de cuidado e acolhimento desse público infantil e juvenil, assim como das famílias e das mães que vivem na ocupação. O fato de as oficinas ocorrerem no contraturno do período escolar abre espaço para que as crianças e os adolescentes possam participar de atividades que xs acolhem, ao mesmo tempo em que dá às famílias e às mães duas horas do começo da noite para outros afazeres, cuidados de si e descanso após um dia inteiro de trabalho. Novamente, seria simplista reduzir a participação integral das oficinas por crianças e adolescentes a essa questão de maneira isolada, mas é impossível não atrelar esse fato a um problema estrutural do Brasil – cujo Estado também se mostra omissivo neste âmbito⁵⁶ -, e no qual a luta da ocupação também passa por. Esta rede

⁵⁴Dado de 2023, retirado de matéria do Bom Dia Brasil no portal de notícias G1, da Globo. Para saber mais, acesse: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/05/12/brasil-tem-mais-de-11-milhoes-de-maes-que-criam-os-filhos-sozinhas.ghtml> (acesso dez 2023)

⁵⁵ Dado retirado do “Boletim Especial 8 de Março Dia da Mulher”, de Março de 2023, do Dieese. Para aprofundamento, ver: <https://assets.cut.org.br/system/uploads/ck/BOLETIM%20MULHERES%202023%20%281%29.pdf> (acesso dez 2023)

⁵⁶ A oferta, frequência, e perfil de vagas ocupadas ou não em creches no município de São Paulo – por exemplo – é um dado que podemos observar e constatar essa omissão. O município, em 2022, bateu a meta de frequência de crianças em creches públicas e de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC's), com 63% das crianças entre 0 e 3 anos matriculadas em creche. A

criada a partir da convivência dentro do espaço da ocupação é uma entre muitas outras que se conectam e criam uma vasta rede de acolhimento e cuidado em comunidade.

Pouco antes da realização da oficina do dia 25, recebemos uma mensagem de uma integrante de um outro grupo que realiza atividades na ocupação. A mensagem fazia o convite para participarmos da festa de aniversário de dois anos da Penha Pietra's, prevista para acontecer em dezembro de 2023. Respondemos à mensagem com animação, perguntando se haveria um tema centralizador da festa, e se poderíamos marcar uma reunião para nos organizarmos melhor.

Antes da oficina de recorte e colagem, nos encontramos com Elise, integrante do grupo que nos fez o convite. Ela nos contou que a festa de aniversário teria como temática central a frase “Memórias do Futuro” que, segundo ela, parte do entendimento de que são as memórias dxs moradorxs da ocupação que criam os recursos para a projeção de um futuro para a Penha Pietra's. Essas memórias, então, seriam a matéria central da festa, que contaria com uma exposição com o mesmo nome ao longo de todo o espaço da ocupação. A celebração estava programada para ocorrer no final de semana do dia 02 de dezembro, com música, debates, audiovisual e intervenções artísticas, com programação a ser construída por todxs. Deste modo, ao entrar em contato com a proposta da festa e da exposição, decidimos que as oficinas de novembro seriam direcionadas para a elaboração de um trabalho conjunto com xs participantes das oficinas para exposição durante a festa.

Ao longo dos planejamentos para as oficinas de novembro, previstas para ocorrerem nos dias 22 e 29 de novembro, partimos da proposta geral da exposição: as

Fundação Maria Cecília Couto Vidigal, no entanto, publicou um estudo em que estabelece um recorte de classe neste grupo matriculado, constatando que menos da metade (48%) das crianças advindos de famílias economicamente pobres estão regularmente matriculadas nesses tipos de instituições. Partindo do pressuposto que são estas crianças e famílias que tem maior necessidade e demanda deste tipo de serviço, pode-se constatar então que há um descompasso entre a demanda real dessa população e o serviço ofertado pelo estado; seja a falta de vagas numa determinada região, a ausência de “busca ativa” por parte do Estado, dentre outras razões. Vale dizer que os números do estudo publicado pela Fundação são de 2019, isto é, antes da pandemia. Para saber mais, acesse: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/03/08/cidade-de-sp-bate-meta-de-frequencia-em-creche-mas-menos-da-metade-das-criancas-pobres-sao-atendidas.ghtml> (acesso jan 2024)

lembranças dxs moradores da ocupação. Retomando as linguagens trabalhadas nas últimas oficinas - a palavra, o desenho, o recorte e a colagem - pensamos em propor uma oficina em que xs participantes materializassem suas memórias a partir dessas linguagens já trabalhadas, dando-lhes a maior liberdade possível. Ao final do ciclo, realizaríamos a montagem de todos os trabalhos na forma de um mural coletivo dxs participantes e suas memórias no espaço. Batizamos o ciclo de oficinas e o futuro mural de “Mural de Memórias”; a oficina do dia 22 seria, então, destinada para a produção das obras, e a do dia 29 para montagem do mural. Para este ciclo em especial, pensamos propor que as produções fossem feitas em papel colorido A3 - a fim de dar maior destaque e escala para as produções individuais e ao mural coletivo.

A oficina do dia 22 nos escancarou um problema de organização de nossas oficinas. A inconsistência e a falta de uma regularidade das atividades, junto com a divulgação em cima da hora pela coordenação da ocupação fez com que xs participantes não comparecessem à oficina, ou comparecessem muito após o horário de seu início. A divulgação em cima da hora é um aspecto que contribuiu para este cenário, mas julgo que a inconsistência e a falta de regularidade das oficinas foi o principal causador dele. Definimos no começo que seriam duas oficinas por mês às quartas-feiras. A presença de muitos feriados às quintas, no entanto, nos fez decidir por privilegiar as quartas que não fossem véspera de feriado e, com isso, muitas das oficinas foram colocadas em semanas consecutivas, produzindo um mês de hiato entre alguns ciclos. Tudo isso em conjunto com o cancelamento de uma oficina por motivos além de nosso controle produziu uma inconsistência que não engajou xs participantes, e isso se mostrou evidente no não comparecimento. Concluímos que, em vez de nos apegarmos à possibilidade abstrata de maior comparecimento em quartas-feiras que não são véspera de feriado, teria sido mais benéfico privilegiar a consistência e estabelecer um processo regular para as oficinas. Isso evitaria a colocação consecutiva de algumas das atividades devido aos feriados nas quintas-feiras e o mês de hiato entre alguns ciclos.

Não desanimamos, e pedimos axs participantes que chegaram muito após o horário da oficina do dia 22 que avisassem seus amigxs e familiares que a oficina do dia 29 seria mais longa, a fim de produzirmos e montarmos algo para o aniversário da ocupação. Planejamos, então, a fusão das duas oficinas em uma só com maior tempo:

uma que propusesse a materialização de memórias dxs participantes na ocupação, seguida da destinada à montagem do “Mural de Memórias”. Por fim, elaboramos um texto de chamada para ser divulgado nos grupos de WhatsApp:

Na quarta-feira dia 29 de novembro acontecerá o 4º encontro das Oficinas de Arte e Saúde Mental na Ocupação Penha Pietra's! Esse novo ciclo de oficinas é especial: Faremos uma atividade para a festa de 2 anos da Ocupação! Para a festa, faremos um mural de memórias da ocupação composto de expressões criativas de memórias dentro da Penha Pietra's de cada participante da oficina. Para isso, vamos partir das atividades que realizamos ao longo dos últimos meses: desenho, colagem e a palavra. As atividades serão coordenadas pelo educador Gabriel Ussami e pela psicóloga Giovana Lin. Venham conosco explorar sua criatividade e formas de expressão! Tode são bem vindes! Quanto mais gente participar, maior ficará o mural - e, logo, mais colorido e criativo!

Em paralelo, a coordenação da ocupação nos pediu um pequeno texto que contasse sobre a proposta do Mural de Memórias, além das oficinas que eu e Giovana estávamos desenvolvendo com xs moradores, a fim de colocar ao lado do mural para contextualizar os visitantes.

A oficina do dia 29 de novembro ocorreu entre às 19h e às 22h no espaço do mezanino, haja vista que a biblioteca estava passando por uma pequena reforma para a festa. A atividade contou com a presença de crianças e adolescentes em maior número, além de adultos que nunca antes haviam participado de nossas atividades. Começamos a oficina nos apresentando e realizando uma dinâmica de apresentações gerais, seguido de uma contextualização da proposta no contexto da festa de aniversário da ocupação e da exposição “Memórias do Futuro” e, com isso, da produção do mural coletivo.

Para que a nossa proposição não fosse “jogada”, convidamos xs participantes para criar um espaço de partilha das “primeiras memórias” ou “das memórias mais especiais” que elxs tivessem da ocupação, enfatizando que não havia nenhum tipo de restrição quanto ao “tipo” de memória. A partir desse momento de compartilhamento dxs participantes, apresentamos a proposta de materialização delas em obras a partir

do desenho, da palavra, do recorte e da colagem, retomando os recursos e formas trabalhados nos últimos meses para posterior montagem e exposição enquanto mural coletivo.

Ao final da atividade, convidamos xs participantes para escolher o local no qual o mural seria montado - no mezanino ou na biblioteca. Essa escolha partiu do princípio de que a autonomia dxs participantes da oficina poderia ser trabalhada na escolha do local de exposição dos trabalhos; mais do que isso, achamos que seria um direito delxs decidir onde expor suas produções.

Elxs, então, escolheram o espaço da biblioteca, pelo fato da maioria das oficinas terem ocorrido lá, dando sentido ao local de exposição. Subimos todxs para a biblioteca e montamos o mural dando axs participantes o poder de decisão de “onde” cada pedaço do mural seria organizado, e logo, de composição coletiva da obra produzida em conjunto. Nesse meio tempo, alguns participantes se propuseram a produzir o título de nosso mural na forma de desenhos de *lettering*, assim como o símbolo da FLM, paralelamente à montagem.

Ao final deste processo, nasce o Mural de Memórias da Penha Pietra's, produzido a partir das Oficinas de Arte e Saúde Mental da Ocupação.



Imagem 64: Registro do “Mural de Memórias” da Ocupação Penha Pietra’s

I. Fonte: Idem

O texto a seguir foi impresso e fixado ao lado do mural, pouco antes da festa de aniversário e exposição “Memórias do Futuro”.

Mural de Memórias

O Mural de Memórias é uma atividade síntese das oficinas de Arte e Saúde Mental compostas pelos moradores da Penha Pietra's e organizadas pela psicóloga Giovana Lin e pelo artista e educador Gabriel Ussami.

Durante as oficinas - que aconteceram às quartas-feiras do segundo semestre de 2023 - utilizamos os recursos da palavra e da imagem de diversas formas, abrindo um espaço de criação e expressão do ser e estar dos participantes da oficina.

Através da ativação da memória afetiva dos participantes da oficina, o Mural de Memórias é a composição coletiva de memórias e experiências dentro da ocupação, expressadas por meio da palavra e da imagem.

As memórias retratadas neste mural são reflexos da subjetividade dos moradores que estiveram presentes no último ciclo de oficinas de 2023, em sua maioria crianças. Os moradores foram convidados a resgatar uma memória significativa que viveram dentro da Ocupação, e retratá-la de forma criativa e simbólica utilizando imagens e palavras.

O Mural de Memórias reúne os significantes singulares de cada morador em uma composição coletiva, que revela pontos de encontro e conversa entre subjetividades que compartilham um mesmo contexto.

Imagem 65: Cópia do texto de apresentação "Mural de Memórias"

I. Fonte: Idem

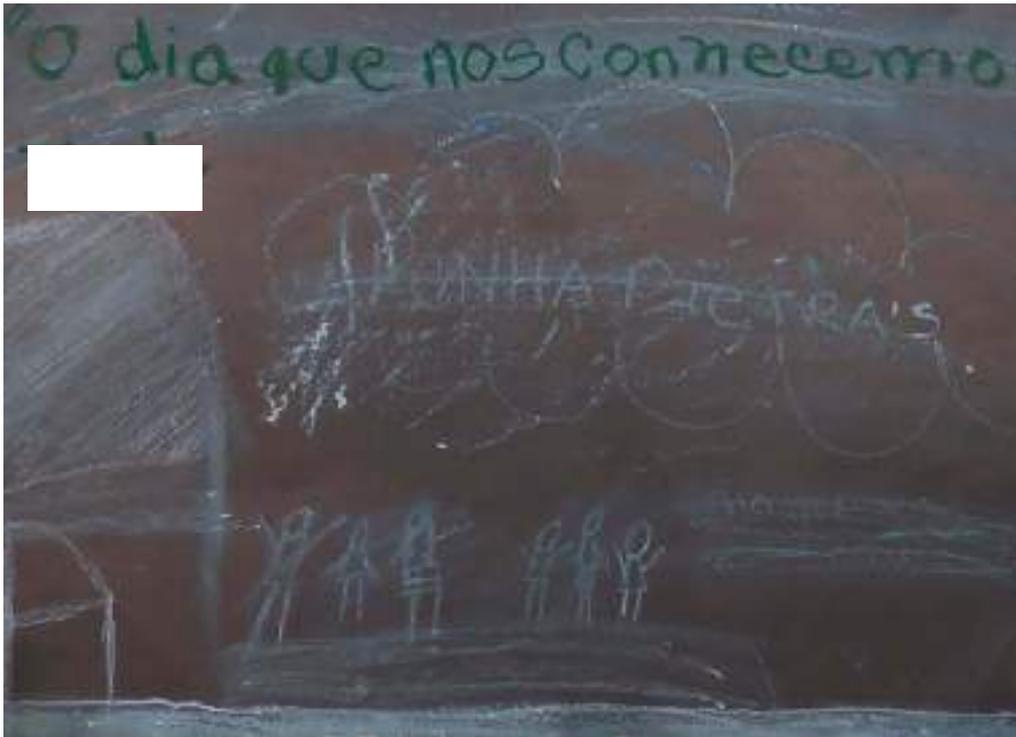


Imagem 66: Memória de Isabela - "O dia que nos conhecemos"

I. Fonte: Idem

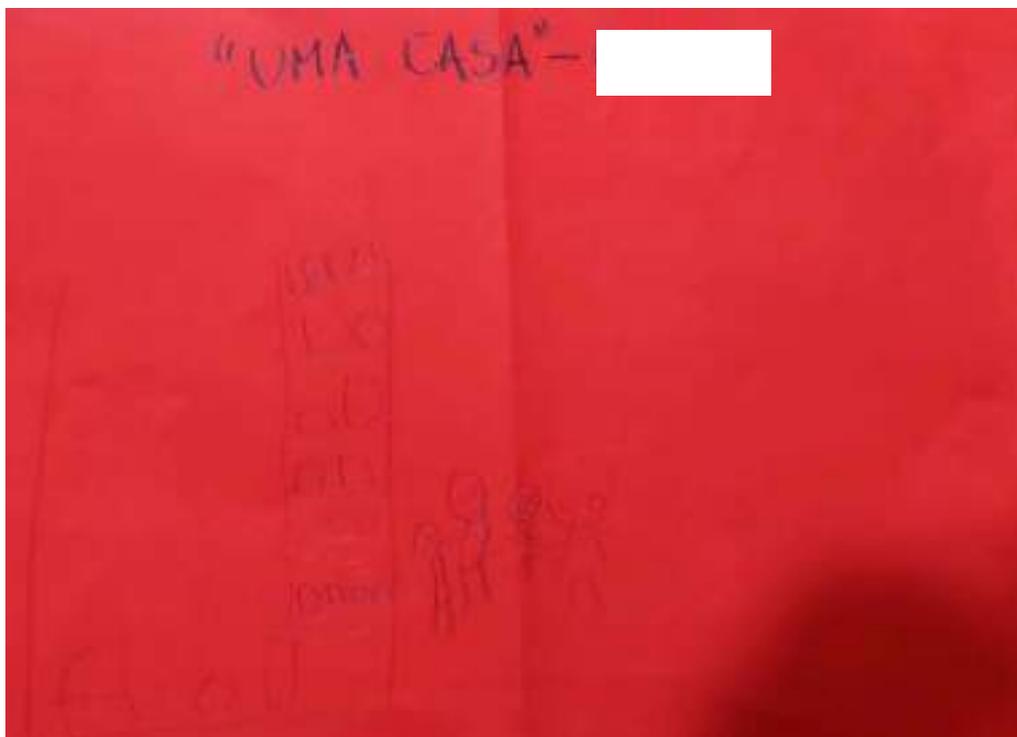


Imagem 67: Memória de Miguel - "Uma casa"

I. Fonte: Idem



Imagem 68: Memória de André - "O dia que eu entrei"

I. Fonte: Idem

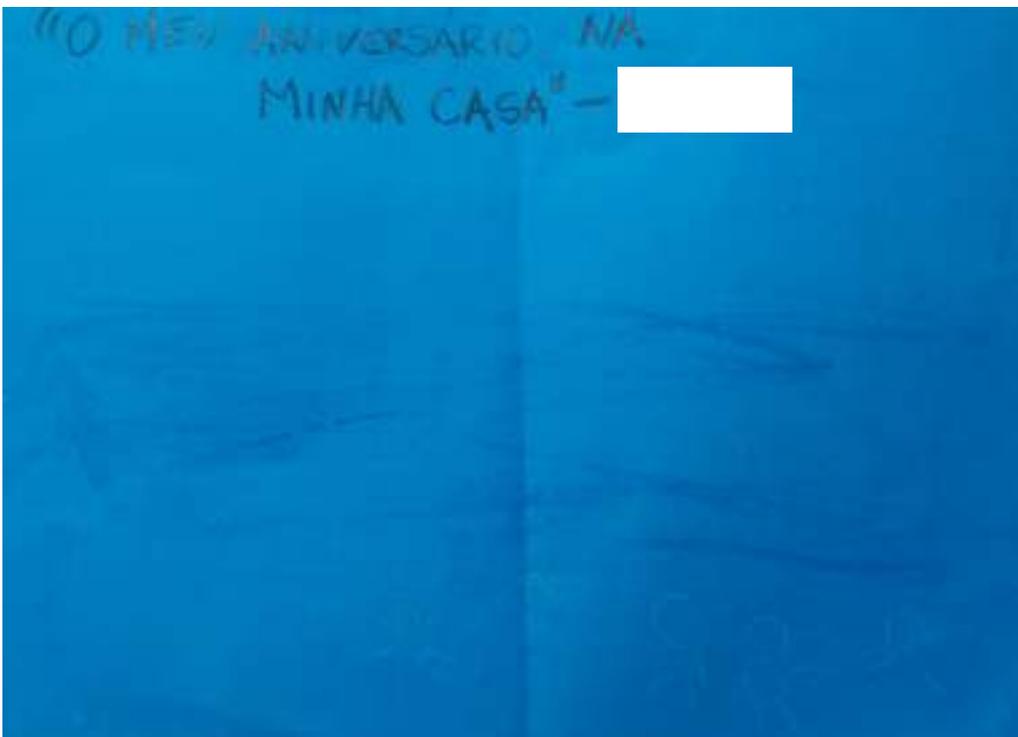


Imagem 69: Memória de Miguel - "O meu aniversário na minha casa"

I. Fonte: Idem



Imagem: 70 Memória de Yasmin - "A limosene do meu aniversário"

I. Fonte: Idem



Imagem 71: Colagem de Sara - "Limpeza da Caixa D'Água. Legal apreciar a vista"

I. Fonte: Idem

A proposta de materialização das memórias dentro do espaço da Penha Pietra's, a formação de um mural coletivo, e todo o contexto que envolve esta atividade dizem respeito diretamente à luta que a ocupação reivindica e pratica. Seria muito difícil, logo, que as memórias materializadas e expressadas nas formas de desenho, recorte e colagem não fossem resultantes do encontro entre a subjetividade e o território. A entrada na Penha, a ocupação enquanto casa e lar, as festas e comemorações passadas dentro desse espaço, a vista do terraço, as amizades e relações construídas; tudo isso são memórias e vivências de pessoas que vivem e constroem a Penha Pietra's. Essas memórias, por sua vez, atravessam as noções de pertencimento e afetividade individuais dentro da experiência coletiva da ocupação; elementos estes que possuem uma profunda carga subjetiva. Subjetividades que compartilham de um mesmo contexto.

Quero destacar aqui as produções de Sara e de Miguel para o Mural de Memórias, cujos desenhos parecem evidenciar esta materialização da memória enquanto uma experiência individual e subjetiva dentro do contexto coletivo da ocupação:

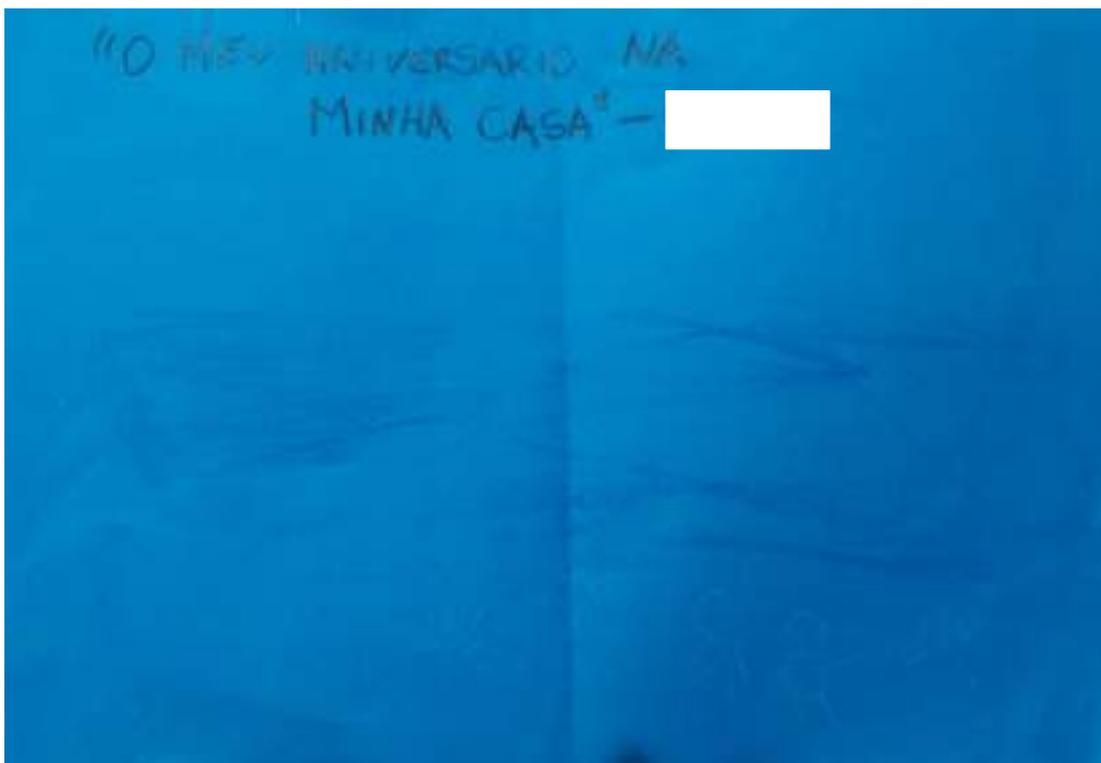


Imagem 72: Memória de Miguel - "O meu aniversário na minha casa"

I. Fonte: Idem

O uso da palavra no desenho de Miguel aparece aqui em destaque; o olhar de quem observa à primeira vista é conduzido diretamente à frase “Meu aniversário na minha casa”. As celebrações são datas especiais a partir do momento em que simbolicamente fecham e abrem ciclos. Na perspectiva coletiva de uma determinada cultura construída a partir de estruturas ocidentais, feriados religiosos como o Natal ou a data de ano novo - entre outros tipos de celebrações - marcam a passagem e a contagem do tempo. Essas maneiras de se contar o tempo por sua vez atuam enquanto medidas figurativas da abstração que é o processo do decorrer da vida daquelas que estão inserido nessa cultura. O aniversário entra aqui enquanto uma celebração consideravelmente individual a partir do momento em que são estas datas que marcam os ciclos anuais de nascimento de uma pessoa e seus ciclos de desenvolvimento.

Miguel coloca em perspectiva sua celebração individual dentro do espaço coletivo da ocupação enquanto uma memória importante dele dentro do espaço. Numa análise a partir de sua escolha de palavras, o uso da “Minha casa” enquanto o espaço central de seu aniversário pode nos indicar a escolha ativa de destacar a importância da casa no contexto dessa celebração. A escolha da ênfase do “meu” para situar o espaço de celebração do aniversário quando dentro do contexto da oficina e do território da Penha Pietra’s como um todo são indicativos de um movimento de apropriação da ocupação e seu espaço em sua casa, com toda a carga simbólica, afetiva e subjetiva que a casa tem. O fato do desenho de Miguel fazer parte de um grupo de outros desenhos que evidenciam a importância destas experiências individuais estarem situadas dentro do território da ocupação é mais um elemento que indica essa relação. Neste grupo, outro desenho produzido no contexto da oficina é o de Sara:



Imagem 73: Memória de Sara - "Limpeza da Caixa D'Água. Legal apreciar a vista"

I. Fonte: Idem

Sara desenha o prédio da ocupação Penha Pietra's a partir do ponto de vista aéreo de quem o vê de fora. No desenho, é possível ver a caixa d'água do prédio, localizada no terraço; ela conta que alguns moradores da ocupação tem a função de zelar pela caixa d'água – sua limpeza, vedação etc. -, por motivos de garantir a qualidade do acesso à água para todos. Sara, por fazer parte deste grupo de moradores, dividiu então sua experiência dentro da ocupação a partir da possibilidade de “apreciar a vista” privilegiada da cidade a partir do terraço e de sua função dentro da ocupação.

Ao contrário do desenho de Miguel, as palavras de Sara estão em segundo plano ao desenho, perto de sua assinatura e do ano de produção. “Limpeza da Caixa D'Água. Foi legal apreciar a vista”. No entanto, assim como Miguel, Sara coloca em perspectiva a sua experiência individual de apreciar a vista do terraço de sua casa dentro do contexto coletivo da Penha Pietra's. O curto tempo de apreciar uma vista e observar o horizonte é o tempo descolado do ritmo intenso da vida numa metrópole como São Paulo, especialmente na Avenida Paulista – uma das regiões mais verticalizadas e movimentadas da cidade. O uso do terraço do prédio da ocupação para apreciar a vista - tirar um tempo para observar a cidade e o horizonte - é a apropriação do espaço para a produção de momentos de qualidade de vida. Essa apropriação e função do espaço é produzido pelos indivíduos que compõem a ocupação, que por sua vez coletivamente luta pelo acesso e uso da moradia e da cidade enquanto justamente produtores de qualidade de vida, ao invés de desigualdade.

O espaço do mural é, portanto, essa materialização de memórias individuais constituídas e colocadas numa perspectiva coletiva. A proposta soma com o mote da exposição e da festa de aniversário que celebram os 2 anos deste território e da luta por uma moradia digna que ele representa e pratica. A celebração, a memória e a mobilização formam os recursos de esperança e recusa que, pelo próprio nome da exposição diz, constroem o futuro da Penha Pietra's e de suas inúmeras lutas.

As celebrações da festa de aniversário da ocupação ocorreram nos dias 02 e 03 de dezembro, com diversas atividades e ativações culturais e artísticas em todo o espaço comum da ocupação. Não seria exagero dizer que a Penha Pietra's foi transformada naquele final de semana em um grande centro cultural aberto à população da cidade, com exposições, oficinas artísticas, bolo de aniversário, intervenções, almoço,

apresentação de Judô, leitura coletiva e rodas de conversa; o Mural de Memórias produzido por nós fez parte disso, expondo os trabalhos produzidos dentro do contexto das Oficinas de Arte e Saúde Mental e dessa celebração.

O “Mural de Memórias” foi a última oficina planejada, proposta e realizada em conjunto com xs moradores da Ocupação Penha Pietra’s de 2023, encerrando este ciclo de oficinas de Arte e Saúde Mental em conjunto com Giovana Lin. Não conseguimos nos organizar para montar atividades no mês de dezembro, como havíamos planejado, por demandas profissionais e pessoais. O “Mural de Memórias”, no entanto, parece ter cumprido um papel importante de uma demanda que nos foi trazida lá no começo de um “produto final”, na forma de exposição, que fechasse simbolicamente esse ciclo.

Analisando as oficinas com maior distanciamento, podemos ver que este período nos foi importante para começar a estabelecer um vínculo com xs participantes da oficina e moradorxs da ocupação. A vivência e o contexto dentro da Penha Pietra’s foram exercitados a partir do diálogo com o território em suas mais diversas formas; e acredito que as oficinas tenham sido também uma forma na qual o diálogo se deu. Em outras palavras, as quatro atividades que compõem as oficinas realizadas em conjunto com Giovana Lin fazem parte desse longo processo de vivência e contexto. A conclusão deste ciclo de atividades foi crucial para destacar como as expressões artísticas dxs moradorxs da ocupação são materializações de suas subjetividades e identidades imersas no contexto de luta por moradia e visão de um uso sustentável da cidade para todos. As complexidades dos desenhos, das colagens e das palavras escolhidas pelxs participantes são achatadas e/ou esvaziadas quando analisadas isoladamente, sem considerar o contexto de vivência na ocupação. Por outro lado, essas mesmas complexidades também são diluídas se ignorarmos as subjetividades particulares de cada indivíduo que as produziram. As subjetividades que formam a comunidade da ocupação são atravessadas pela luta, mas não são definidas por ela.

No erro e no acerto, entramos lá “pedindo licença”, com cuidado para não reproduzir estruturas de dominação e exclusão; desinvestidos do pensamento de que a ocupação e seus moradores tinham algo para nos ensinar, ou que tínhamos algo para ensinar para elxs, mas sim de que cada um de nós temos com o que contribuir para a construção de conhecimentos e experiências em ensino e aprendizagem em arte. Entramos no território da Penha comprometidos com a escuta enquanto forma - ou estrutura - fundamental para elaborar os nossos planejamentos de aula. Tivemos a oportunidade de construir relações com nossxs educandxs e abrimos um espaço de construção, expressão e compartilhamento de experiências, ensino e aprendizagem, tendo a arte como matéria central e intermediadora. Fomos confrontados por questões de organização e dinâmica que dizem respeito diretamente ao território que estávamos, sem, contudo, limitarmos a leitura e a reflexão destas questões tão somente ao fato de estarmos em uma ocupação. Essa postura partiu do mesmo princípio de que o contexto de resistência à privação de direitos atravessa profundamente este território, mas não o define e nem define as pessoas que lá vivem.

Queremos dar continuidade às oficinas e aos trabalhos em conjunto com a Penha Pietra's no ano de 2024, atentos ao que pode ser melhorado e ao que pode ser aproveitado das experiências de 2023. Dessas reflexões, de saída nos comprometemos a privilegiar a consistência e a regularidade das oficinas neste novo ciclo, realizando-as a cada 15 dias. Ainda, queremos abrir espaço para que artistas e educadores externos colaborem conosco nos planejamentos e condução das atividades - a partir das experiências da Ocupação 9 de Julho -, com a esperança de dinamizar e diversificar ainda mais os temas e linguagens trabalhados. Esperamos que isso seja tão somente um ponto de partida para construir momentos de acolhimento, troca, ensino e aprendizagem ainda mais aprofundados e potentes.

Concluo este trabalho retomando o desejo que orientou as escolhas, os movimentos e as ações que construíram estes relatos e reflexões.

Acredito que existam ideias, modos de pensar e de agir que têm neles as sementes de vida, e outros que têm as sementes de desencantamento. Quero, enquanto educador, exercitar a educação enquanto pensamento e prática que produz vida. Do mesmo modo, somar com espaços que contenham essas mesmas sementes. As

ocupações de moradia - produtos da necessidade a partir da privação de direitos e da recusa de uma realidade esmagadora e produtora de desigualdades – possuem estas sementes de vida. Estes territórios, em sua prática extremamente desafiadora e difícil, exercem o direito de alterar a sua realidade e **anunciar** uma possibilidade; vislumbram e colocam em prática a esperança de um outro modo de vida na cidade e no país. Por meio da radicalidade do ato de **recusar** - que, novamente, vem de uma necessidade urgente -, nos apresentam alternativas curriculares da cidade de São Paulo. São nesses espaços que a arte, a cultura e a educação trabalham em direção à construção de emancipação e libertação das mais diversas formas; algumas delas só o tempo irá nos mostrar.

A partir do poder da contingência e do encontro, tive a sorte de ser recebido nestes espaços de formação com muita generosidade, que por sua vez tornaram-se parte fundamental da minha própria formação enquanto educador que quer ser comprometido com seu papel social. Novamente, acredito que a educação enquanto prática libertadora seja uma prática que necessita da ciência de sua potencialidade e, com isso, tomada de posição. Ser educador em arte parte deste princípio comum à educação, mas contém a sua singularidade a partir do momento em que se cria espaços de ensino e aprendizagem em linguagens e expressões artísticas que são fundamentalmente subjetivas. O educador em arte e o artista, então, podem construir lugares de potencialização de subjetividades que por muitas vezes são achatadas por condições materiais de existência regidas pela desigualdade. Artistas e intelectuais, no entanto, também podem reproduzir – e criar espaços onde se reproduzam - desigualdades como as que foram relatadas e discutidas aqui neste trabalho; isso depende diretamente de como estes agentes entram nestes territórios. Que, ao encerrar esse ciclo de formação, eu esteja à altura daqueles que abriram as portas destes espaços para mim, dxs que me formaram, e daqueles que estão atentos às brechas para a transformação e às responsabilidades de suas práticas; e que eu possa somar na luta coletiva para a mudança e para formação de possibilidades sempre esperançosas de formar subjetividades que construam outros caminhos.

BIBLIOGRAFIA

BONAFÉ, Jaume Martínez. *A cidade no currículo e o currículo na cidade*. in *Saberes e incertezas sobre o currículo*. organização José Gimeno Sacristán. tradução Alexandre Salvaterra. 1 ed. Porto Alegre: 2013

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Organização de Sergio Miceli. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DUNKER, Christian. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 84 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança. Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 32 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020

hooks, Bell. *Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade*. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LIPPARD, Lucy. *Six Years: The Dematerialization of the Art Object from 1966 to 1972*. Organizado e anotado por Lucy Lippard. 1 ed. Berkeley: University of California Press, 1997.

O'DOHERTY, Brian. *No interior do cubo branco. A ideologia do Espaço da Arte*. 1 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. 1 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

SIMAS, Luiz Antonio / RUFINO, Luiz. *Flecha no tempo*. 1 ed. São Paulo: Mórula, 2019.

WILLIAMS, Raymond. *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. editado por Robin Gable; tradução Nair Fonseca; João Alexandre Peschanski. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2015.